Diário de Lisboa

Março 1977
Quarta-feira
9

ANO 56.º
N.º 192 97
6 escudos

Fundador **Joaquim Manso** Director **A. Ruella Ramos** Director-adjunto **Fernando Piteira Santos**

Um popular observando os estragos no posto de transformação da C. R. G. E. na Rua Castilho

Bombas em Lisboa levam à prisão de dois suspeitos

(Pág. 7)

UM APOIO QUE SE PAGA CARO

Centrais nucleares beneficiam indústria estrangeira

Nove reactores nucleares até ao ano 2000; quatro numa primeira fase, montados com intervalos de dois anos. Eis o projecto delineado pelas autoridades portuguesas, com vista a fazer entrar o nosso país no «clube» das nações que dispõem de centrais nucleares para fins de produção de energia.

Nas costas do público, os contactos estão a ser iniciados com vista à concretização deste duvidoso empreendimento, tudo apontando no sentido de ser previligiada a indústria alemã. Mas não só. Nos contactos que as duas fases da viagem do Primeiro-Ministro pelos «nove» lhe proporcionou, o assunto foi abordado nas negociações oficiais pelo menos em duas capitais: Bona, recentemente, e Roma, há cerca de três semanas (um relatório oficial italiano divulgado na altura da visita de Mário Soares assinalava como terceiro de uma série de dez temas que envolvem a colaboração italiana em empreendimentos em Portugal: «Participação da indústria italiana no projecto recentemente aprovado, e em vias de realização, para a construção de uma central nuclear em Portugal). No caso da República Federal Alemã, como revela hoje o nosso colaborador E. Neves em artigo publicado nesta edição, tem havido contactos com a empresa «Kraftwerk Union». Pesam, aliás, fortes suspeitas sobre se a construção da primeira central nuclear portuguesa não será adjudicada a R.F.A. sem concurso (a C.E.E. tem um preço...).

Note-se ainda que o reactor que se pretende instalar em Portugal (de tipo americano), pelo processo técnico utilizado, deverá estar desactualizado dentro de uns dez anos, já que presentemente se prepara a comercialização de um novo tipo de reactor que fará um melhor aproveitamento do urânio, poupando as reservas existentes.

Este empreendimento, que custará, por reactor, qualquer coisa na ordem dos 20 milhões de contos, além de recorrer a um tipo de reactor extremamente discutível (por exemplo, na Canadá, e para o mesmo efeito, produzem-se reactores com muito melhor aproveitamento), é ele próprio altamente controverso. Em causa está, antes de mais, saber-se exactamente se Portugal necessita de recorrer a um processo tão dispendioso como o da montagem de um reactor nuclear, quando os recursos nacionais em termos de centrais térmicas, a «fuel-oil» ou a carvão estão longe de estar esgotados.

A isto adicionam-se ainda os problemas de manutenção e da segurança da central nuclear. Não estando o nosso país preparado para garantir, nem um nem outro, por falta de técnicos preparados, também nestes dois aspectos seria ao estrangeiro que cometeria o papel principal.

Mário Soares prossegue "Operação C.E.E."

(Pág. 20)

20 PÁGINAS

ACUSAM HOMENS DE LEIS EM DOCUMENTO COLECTIVO

Relatório das Sevícias é "um nada jurídico"

«O Relatório das Sevícias é hoje um nada jurídico, sobre o qual não se funda legitimamente qualquer crédito». Esta a conclusão de uma «apreciação jurídico-constitucional» que um grupo de 16 reputados juristas portugueses, entre os quais diversos professores e assistentes da Faculdade de Direito de Coimbra, elaborou relativamente ao chamado «Relatório das Sevícias», e que será enviado às autoridades competentes.

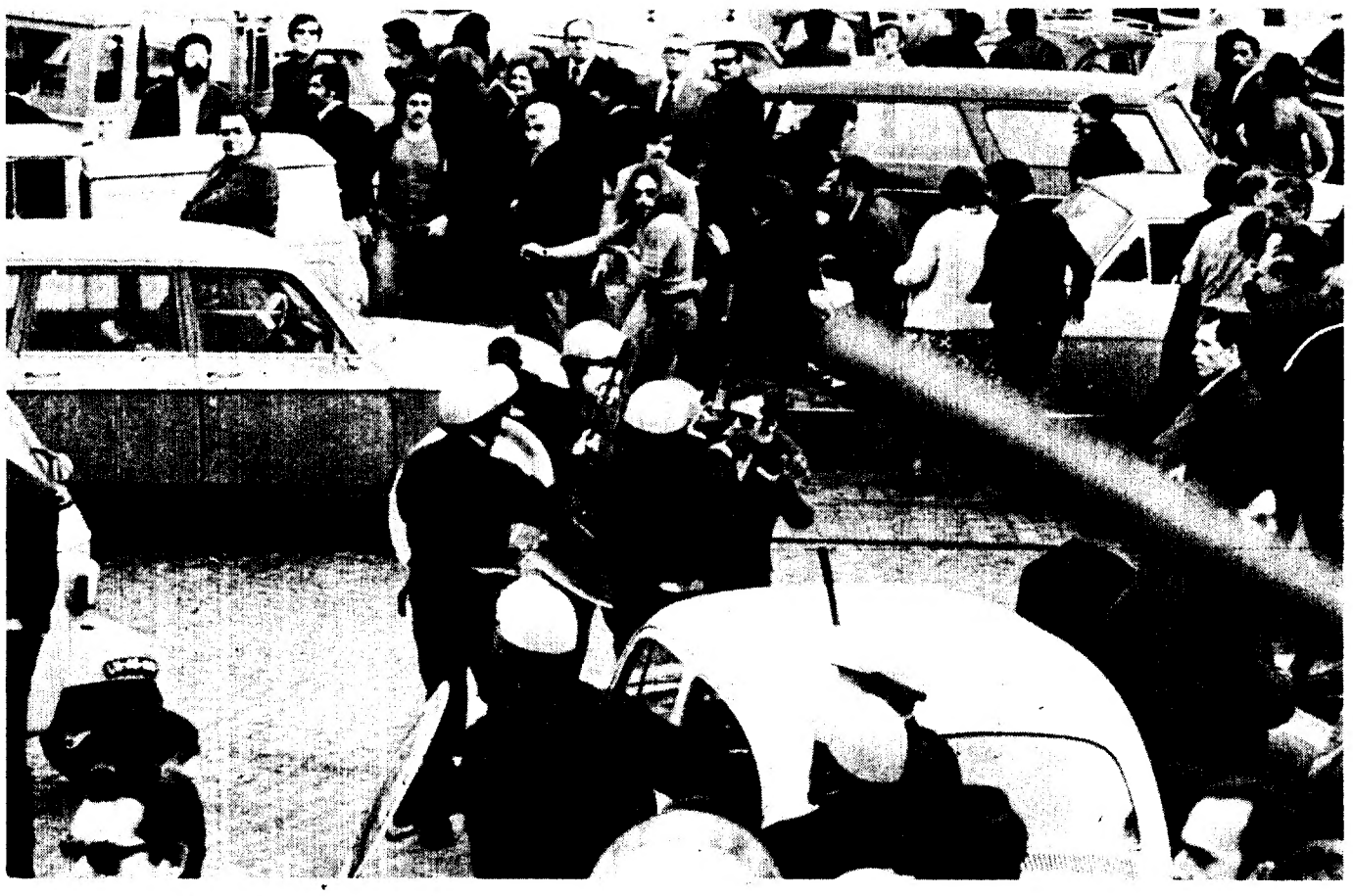
..Dissecando os aspectos jurídicos do «Relatório das Sevícias», elaborado, segundo resolução do Conselho da Revolução de 19 de Janeiro de 1976, por uma Comissão de Averiguações, o que «resulta em definitivo», segundo a opinião dos subscritores desta apreciação, que o «D⊥» transcreve hoje em primeira mão, «é um libelo acusatório, sem a mínima consistência jurídica, contra os primeiros anos da Revolução em Portugal», isto «sem insistir nas alusões sibilinas (...) sobre o 28 de Setembro e sobre o 11 de Março (...)».

Aspectos que jogam contra a isenção do Relatório são largamente focados, começando na própria participação da Comissão de Averiguações de «um jurista» que era «advogado de pessoas detidas pelas autoridades militares» e de um outro que «tinha relações de família com um dos detidos».

Outras passagens deste importante documento, referindo as Conclusões Finais do «Relatório», nas quais, pretextando-se embora «não ser possível, sem absurdo, ir mais além no grau de abstracção», não se hesita em referir expressamente pessoas concretas como «de algum modo envolvidas naqueles delitos ou crimes». Encontram-se neste caso as referências aos gabinetes do Primeiro-Ministro na altura (general Vasco Gonçalves) e do almirante Rosa Coutinho, ao COPCON, ao S.D.C.I., ao Serviço de Coordenação de Extinção da PIDE/DGS, à Comissão «had hoc» para o 28 de Setembro, à Comissão de Inquérito ao 11 de Março, ao R.P.M., ao Ralis, ao CICAP, ao Comando da R.M.N., etc., «que convertem, na prática, as Forças Armadas Portuguesas, designadamente o seu sector mais dinâmico na destruição das estruturas fascistas e na criação da democracia em Portugal, nas autênticas Rés deste tremendo requisitório». E isto a despeito da própria Comissão de Averiguações confessar que «a Comissão conduziu as suas averiguações não tanto com o propósito de esclarecer, na máxima profundidade, as queixas concretas que lhe foram chegando, bem como as de que foi tendo conhecimento, mas principalmente por forma a conseguir uma visão geral do que se passa...».

E o documento subscrito pelos 16 juristas termina classificando o «Relatório das Sevícias», além de um «nada jurídico», «uma ofensa que impunemente continua como sintoma cruel de uma Democracia que hesita entre uma esperança possível e um novo 'tempo de desprezo'».

(Págs. 10/12)



"Oposição civilizada" foi a S. Bento

Grupos de retornados foram à Assembleia da República apoiar o deputado do C. D. S., general Galvão de Melo, em mais uma das suas intervenções (ontem «moderada») contra os militares de Abril. Os que não tiveram lugar nas galerias ficaram cá fora, partindo alguns vidros e ameaçando invadir o Palácio de S. Bento. A Polícia teve de intervir (foto de cima), sendo um guarda anavalhado por um dos retornados (foto de baixo)

(Pág. 2)

Edmundo Pedro na RTP

(Pág. 6)

Política de A a Z

O DISCURSO DO COLISEU

No comício que, no sábado passado, reuniu no Coliseu cerca de três mil «retornados», o deputado Galvão de Melo, general da Força Aérea na situação de reserva, repetiu as diatribes contra a descolonização e as graves acusações que caracterizaram os seus discursos de 25 de Janeiro e de 15 de Fevereiro, proferidos na Assembleia da República.

Sabe-se que aos discursos proferidos na Assembleia da República deverá ser atribuida maior importância política, mas o discurso do Coliseu adquiriu especial gravidade, não só pela repetição de idênticas diatribes e das mesmíssimas acusações, como porque se destinava a provocar agitação subversiva, a movimentar os «retornados», a mobilizar esses portugueses como corpo de manobra ao serviço dos reaccionários. E no dia 8 de Março, com efeito, o deputado Galvão de Melo usou da palavra na Assembleia da República e os «retornados» compareceram para ensaiar novas manobras de um activismo reaccionário. E as ameaças e os choques lamentáveis com a força pública levam água, como é notório, às azenhas da reacção.

O irrequieto Carlos Galvão de Melo não se contenta com o seu lugar de «independente» tolerado pelo C. D. S.; já não se satisfaz com os galanteios ao P. S.; nem com a diletante pose de general desportivo e com hábitos de salão. Carlos Galvão de Melo perdeu a serenidade ao ver-se ultrapassado pelo seu camarada Kaúlza de Arriaga. O outro é a «vedeta», politicamente. Militarmente, também. Condenado a ser o número qualquer coisa na hierarquia da «direita» (civil e militar), Galvão de Melo presta-se a montar o «circo» de um Movimento Nacional de Retornados, como se esses homens e essas mulheres vindas dos territórios que foram colónias, desorientados, desesperados, atravessando dificuldades, desprovidos de perspectivas, não nos devessem merecer uma grande compreensão e um grande respeito. São nossos compatriotas. Não são corpo de manobra para apoiar ambições e delírios.

A MEMÓRIA CURTA

O general Galvão de Melo esqueceu o coronel Galvão de Melo — e foi Manuel Alegre, um dos seus interlocutores em Angola, que houve por bem recordar-lhe a conspiração fracassada. O deputado Galvão de Melo, discursando no Coliseu, esqueceu o entrevistado Galvão de Melo. E dirigiu-se, num apelo, ao Presidente da República incitando-o a praticar um acto inconstitucional, incitando-o a afastar da governação «aqueles que nem dentro das fronteiras de Portugal devem permanecer».

Quem vem lá? Para onde vamos?

Portugal não voltou a ser uma quinta e o general Ramalho Eanes, Presidente da República, não é o patrão do Governo, nem é o proprietário da quinta.

Bem sabemos que este género de linguagem e de atitudes não terá audiência junto do Presidente da República. Mas o que é grave — e esperamos que o próprio Presidente da República que é, também, Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, o reconheça — é a impunidade que palavras extremamente ofensivas e que atitudes desestabilizadoras merecem às entidades responsáveis. O general Galvão de Melo está na reserva; o general Costa Gomes está na reserva. Certo. Mas as acusações contra o general Costa Gomes atingem a honra militar, o prestígio dos órgãos de soberania, o bom nome da Revolução Portuguesa de 25 de Abril de 1974.

Não podemos limitar-nos a recordar as responsabilidades próprias de Galvão de Melo, o seu buliçoso espírito, as suas inconsequências políticas, o espinho que o dilacera após o fracasso da sua presumível candidatura à Presidência da República. O deputado Carlos Galvão de Melo é responsável. Como actos de um homem político, e não como exibições de um diletante, deverão ser considerados os seus discursos.

Não estamos perante um «caso» pitoresco.

CAMPANHA DE ÓDIO

Aos portugueses à Pátria regressados que o foram ouvir, Galvão de Melo declarou: «Vós sois a primeira geração de um Portugal cujo orgulho foi quebrado pela traição infame de alguns portugueses. Sim, é preciso dizê-lo bem alto e de uma vez para sempre: que os Melo Antunes, os Vítor Crespo, os Costa Gomes e tantos outros, cujos nomes guardamos nos corações enraivecidos, traíram Portugal e os portugueses, como não há memória de traição semelhante.»

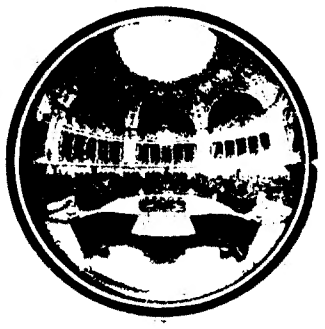
Não vamos transcrever mais. O trecho reproduzido dá a medida da gravidade das acusações, da violência verbal, do tom patético. Estamos perante uma campanha de ódio e de incitamento à violência. E do discurso de sábado, à agitação e à violência de terça-feira vão quarenta e oito horas de preparação. A campanha de incitamento ao ódio e à violência deu já os seus frutos.

APELO AO PRESIDENCIALISMO

O apelo ao general Ramalho Eanes para que intervenha na área política governamental é directo. O general Galvão de Melo incitou: «Apelemos para quem tem obrigação de nos escutar: que o Presidente da República faça, quanto antes, o que ao Presidente da maioria dos portugueses compete fazer...» E noutro passo do seu discurso, afirmou: «Que o Presidente da maioria dos portugueses se liberte a si e nos liberte a nós, de tão nefastas criaturas, porque, enquanto o não fizer, nem ele poderá governar, nem os portugueses aceitarão ser governados.»

Este apelo ao Presidente é um «apelo ao presidencialismo». Se nos não enganamos, Carlos Galvão de Melo faz mal as contas. Foi um erro de contas que lhe foi fatal na tentativa de candidatura à Presidência da República. Toma os sorrisos por realidades; toma as promessas por compromissos; toma os convites por apoio material. E a partir de dados recolhidos numa euforia de auto-satisfação, as contas

Continua na pág. 18



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

"Oposição civilizada", isto?

Galvão de Melo promete mais «sessões de esclarecimento»

O menos que se pode dizer da actuação de ontem dentro e fora da Assembleia de Galvão de Melo e da sua «tropa de choque» — formada por algumas centenas de retornados — é a de que «borraram a pintura» à denominada «oposição civilizada» conceito que o C. D. S. vem a utilizar de há algum tempo para cá, relativamente à sua posição para com o actual Governo.

Foi, visível, claramente visível, o carácter concertado e orquestrado da actuação dos retornados das ex-colónias, convocados no sábado passado, no Coliseu, para estarem presentes, em massa, no dia de ontem em S. Bento. O general Galvão irá falar de novo «contra os traidores», foram, algumas palavras-convocatórias. E algumas centenas acorreram. Uns encheram as galerias. Outros ficaram cá fora.

A mancha no «quadro» viria após a intervenção do novo «cruzado» anticomunista. Que, desta vez, com palavras mansas, num estilo completamente diferente do utilizado no Coliseu, evitou citar Costa Gomes e outros militares do 25 de Abril, limitando-se a invocar os Direitos do Homem a propósito de cidadãos portugueses presos nas ex-colónias. Cidadãos que — é preciso que se diga — foram (caso de Angola) na sua maioria detidos pelo M. P. L. A. nas frentes de combate, sob a bandeira da F. N. L. A. ou às ordens do coronel Santos e Castro do E. L. P. / M. D. L. P. Outros pertenciam aos «esquadrões da morte» que semearam, durante meses e meses, o terror em Luanda e Lourenço Marques, provocando confrontos sangrentos que ocasionaram a morte de milhares de pessoas.

Galvão de Melo finalizaria a sua intervenção dizendo que vai «continuar», «insistir» e «se ninguém responder às minhas dúvidas, que não são as minhas, mas de todos os portugueses, eu responderei».

O FEITIÇO E O FEITICEIRO

Jaime Gama (P. S.), num tom conciliatório, lembrou ao deputado do C. D. S. a sua participação na Junta de Salvação e referiu requerimentos dele (Jaime Gama) na Constituinte acerca dos prisioneiros de Moçambique para manifestar preocupação com o facto da actuação de Galvão de Melo prejudicar «o papel» intermédio de Portugal entre a Europa capitalista e a África Austral. Prometeu ainda que o Ministério dos Negócios Estrangeiros dará em breve, no hemiciclo, uma resposta aos esclarecimentos pedidos pelo deputado «centrista» e lembrou algumas libertações.

Antes desta intervenção e antes do discurso de Galvão, Carlos Brito (P. C. P.) e Acácio Barreiros (U. D. P.) referiram-se ao comício do Coliseu. O deputado comunista, fazendo fé no que veio descrito na Imprensa, considerou a reunião do Coliseu presidida por Galvão, como «a mais típica manifestação fascista realizada em Portugal depois do derrubamento da ditadura. O que foi posto em causa no Coliseu foi a Revolução de Abril e os seus heróicos capitães, o regime democrático e a Constituição da República».

«A reunião do Coliseu — disse ainda Carlos Brito — é um desafio a todas as instituições democráticas e um insulto ao Povo português». Este deputado lembrou por outro lado os boicotes feitos por retornados em Aveiro para com a jornada de solidariedade com as ex-colónias, para, de seguida, advertir o P. S. do estímulo que está a dar à histeria anticomunista a propósito da oposição do P. C. P. às medidas económicas do Governo (que lesam essencialmente os trabalhadores), advertindo solenemente:

«Queremos afirmar também que poucas vezes na história terá sido tão claro o ensinamento de que o anticomunismo, visando prioritariamente os comunistas e a classe operária, é uma arma contra todos os democratas, contra a própria democracia. Os que insistem brandindo a arma do anticomunismo e querem conservar as liberdades e a democracia, não devem esquecer o exemplo do aprendiz de feiticeiro.» E sublinhou: «Os do Coliseu já se consideram, só eles, os únicos patriotas!»

Acácio Barreiros, por sua vez, acentuou o facto de no Coliseu se falar de tudo menos de soluções para o problema dos retornados, denunciando a sua instrumentalização, como «tropa de choque» por Galvão de Melo e outros. Trocas de «piropos» entre o deputado da U. D. P. e outros do C. D. S. assinalariam ainda o período de antes da ordem do dia, obrigando à intervenção do presidente da Assembleia.

OS INCIDENTES

Entretanto, lá fora, centenas de retornados que não puderam entrar, partiram vidros da porta de acesso às galerias (já repletas) e foram em seguida postar-se em frente à Assembleia. Informados por outros que se encontravam no interior de S. Bento (alguns deles sentaram-se mesmo na tribuna dos diplomatas) e do que se passara lá dentro, começaram a gritar palavras de ordem anticomunistas, e ameaças de linchamento ao deputado da U. D. P.

Entretanto, Galvão de Melo, mal terminou a discussão que suscitara, saiu para o exterior. Nessa altura, os retornados, que se encontravam já muito perto da entrada principal da Assembleia, avançaram ainda mais. Surgira entretanto uma força da Polícia de Intervenção que por ordem do seu comandante (que receou a invasão do Palácio) e após aviso para recuarem ou dispersarem feito aos manifestantes, avançaram, pressionando estes a afastarem-se. Choveram insultos («traidores», «cabrões», filhos da..., etc...). Os agentes perderam a cabeça e começaram a usar o bastão. Um deles acabaria por ser esfaqueado no pescoço tendo sido conduzido ao Hospital Militar.

Os retornados afastaram-se para além dos 100 metros legais, previstos para manifestações junto de edifícios públicos, mas insistiram nos insultos e provocações.

É nesta altura que surgem vários deputados do C. D. S., com relevo para Malhó da Fonseca, a invectivarem, com ar arrogante e provocatório, o comandante da força policial que, entretanto, lhes lembrou ter feito «duas comissões no ultramar» e que não estava para ser insultado.

Galvão de Melo, que considerou os incidentes como «autêntica provocação da Polícia» teve, ainda, a ousadia de dirigir-se à varanda da Assembleia, e, de megafone em punho, dirigiu-se aos portugueses do Ultramar «convidando-os a retirarem-se pois a resposta virá «em breve». Foi obedecido.

Entretanto na aparente confusão gerada pelos incidentes visíveis as actuações de elementos como João Serejo e Paulo de Castro e de outros responsáveis da Organização dos Retornados entravam e saíam da Assembleia e davam indicações aos manifestantes. Palavras do Serejo a dada altura: «obrigam-nos ao terrorismo. Temos de passar à clandestinidade outra vez...qualquer dia vão começar a aparecer enforcados!»

Há dias perguntamos: que quer Galvão de Melo? A resposta parece clara. E a «oposição civilizada» do C. D. S. também. Ontem vimos e ouvimos reacções de deputados do P. S. que disso se aperceberam pelas frases que ouviram a deputados «centristas» e pela actuação destes nos incidentes. Estavam escandalizados. Que não se fiquem pelo escândalo.

O «Dia Internacional da Mulher» foi assinalado por intervenções de representantes de todos os grupos parlamentares: Ercília Talhadas (P.C.P.), Teresa Ambrósio (P.S.), Amélia de Azevedo (P.S.D.), Acácio Barreiros (U.D.P.), e Rui Pena (C.D.S.).

Na ordem do dia iniciou-se a discussão da exploração económica das 200 milhas da nossa costa marítima. O debate prossegue em próximas sessões.

E. A.

Por definir política de crédito aos Açores

S. MIGUEL, 9 — «A economia regional carece de definição de linhas de crédito especiais e específicas que visem, fundamentalmente, a prazo imediato um rápido desenvolvimento do sector primário» — afirmou o secretário regional das Finanças, Raul Gomes dos Santos, no encerramento do seminário realizado nas Furnas sobre «Política de Crédito».

Aquele membro do Governo Regional referiu ainda a necessidade de linhas de crédito que estimulem a industrialização dos produtos obtidos mantendo a diversificação da produção, e que abranjam também «a expansão da indústria em geral, tendo em conta as potencialidades energéticas e geotérmicas que completem igualmente e em termos eficazes o turismo».

Foi igualmente referida a necessidade de entre o Banco de Portugal e o Governo Regional tendo-se afirmado que os serviços regionais do Banco de Portugal «deverão passar a dispor de meios que lhe permitam um contacto e um diálogo fácil com o Governo Regional, quanto mais não seja para uma maior celeridade nos processos de financiamento e maior acuidade na sua análise».

Jaime Neves desmente rumores de demissão

Rumores quanto à possível demissão do coronel Jaime Neves do Regimento de Comandos da Amadora, circulavam esta manhã, com certa insistência, em alguns meios.

No R. C. Jaime Neves desmentiu: «Estou aqui a trabalhar e depois explico-me» — disse.

post-scriptum

A catequese deve ser dada na Igreja e não nas escolas oficiais

Desculpem pelo tempo que vos vou tomar; mas a minha confusão é tanta, que por isso tomo a liberdade de vos escrever.

Tenho uma filha de 7 anos, que frequenta a 1.ª classe, da escola oficial n.º90-111, sita no Bairro de Alvalade, freguesia de São João de Brito. Tudo isto é normal, mas a minha confusão começa quando, há dias, a garota me trás um papel passado pelo sr. padre da referida paróquia, para que o encarregado de educação consentir, ou não, na frequência de aulas de catequese. Fiquei espantada. Procurei saber como é que o papel tinha aparecido na escola e cheguei à conclusão de que tinha sido entregue na escola pela Igreja e depois distribuído aos alunos.

E o que mais me espanta, é que no caso do encarregado de educação não concordar que o seu filho frequente a catequese, esse aluno fica uma hora por semana sem aulas. Será isto possível? Saberá o MEIC o que está a acontecer na referida escola?

A catequese, na minha opinião, deve ser dada na Igreja e não nas escolas e muito menos com prejuízo das aulas, pois o tempo escolar já é tão pouco, que se começa a ser absorvido por assuntos fora do âmbito escolar, ainda menos os alunos aproveitam.

Pois penso que para os pais que desejem que os filhos sigam a religião católica ou outras, não têm mais que os mandar à Igreja.

Odete Oliveira Leite da Rocha
LISBOA

Uma nova via para o socialismo: a do «frete» ao imperialismo

Assisti, em 1973, em local que não posso precisar mas que julgo ter sido o Teatro Vasco de Santana, a uma sessão de esclarecimento da CDE. Nessa sessão (em que tomava parte o actual Secretário de Estado das Pescas, engenheiro Pedro Coelho, que foi até proibido de continuar no uso da palavra pelo capitão da polícia que «fiscalizava democraticamente » a sessão) foi denunciada como vergonhosa a existência em Portugal da Rádio Europa Livre (Raret).

Que dizer dela hoje, em 1977, num país cuja Constituição aponta para o socialismo? Que dizer deste outro Secretário de Estado que assinou a renovação do contrato? Ou teria sido «obrigado»? Ou já não seremos independentes? Ou já não poderemos dizer NÃO!? Ou o dinheiro (empréstimos) compra também as consciências socialistas?

Aliás, este Secretário de Estado, **poeta** que muito admiro (mas apenas como tal), «gabou-se» há pouco na rósea (ex?) televisão de ter estado durante anos à frente de uma emissora de resistência em Argel. Ali foi com efeito, hóspede de um país a caminho do socialismo que o deixou, no seu solo, lutar pela causa socialista de outro país. Lógico e coerente. Mas um país, também a caminho do socialismo (promessas...), albergar uma Rádio imperialista e a sua «cruzada anticomunista» é que é aparentemente ilógico e incoerente. Talvez o não seja se relacionarmos o facto com a trajectória do partido do governo a partir das eleições para a Constituinte...

Como pode Manuel Alegre estranhar que na RDP existam programas de resistência? Como se pode estranhar que, entre o Povo, haja quem resista?

Parafraseando o eng.º Pedro Coelho, na sessão a que aludi, poderemos dizer que, também ao povo português, «podem cortar o microfone nas não lhe cortarão a voz!»

Gabriel de Sousa
LISBOA

Àcerca de infantários e externatos

Hoje em dia um casal só pode sobreviver se trabalharem ambos e deixarem a casa vazia, se não habitam com pessoas de família. Nestas condições estão milhares de casais.

Quando há filhos pequenos, terá de se recorrer a um infantário ou a um externato com secção infantil, apesar dos preços bastante altos.

Acontece, porém, que por alturas de feriados ou dias santos, estes estabelecimentos encerram durante dias e não apenas no dia exacto do feriado ou dia santo. Ao que parece, obedecendo a directrizes do MEIC, estabelecidas para as escolas.

Numa altura em que se exige maior produção no trabalho e se condena o absentismo, os infantáriose externatos, cobrando todos eles sobrestadia para além das 17 horas e encerrando as portas em harmonia com o disposto para o sistema escolar, em nada favorecem as medidas acima referidas. Pessoalmente, tenho observado o seguinte: saio do emprego às 18 horas. Apresento-me no externato às 18.30, para ir buscar a minha filha e, das dezenas de crianças da idade dela, é ela a última a sair. Pergunto a mim mesmo se todas aquelas crianças têm familiares em casa ou, não sendo assim, como estou certo que em muitos casos não é, que horário de trabalho terão os pais?

Poderá o MEIC solucionar este problema ou os pais das crianças terão de continuar a faltar aos empregos nos dias em que, estando um feriado ou dia santo previsto, esses estabelecimentos encerrem 2 ou 3 dias antes e reabram também 2 ou e dias depois?

Creio que este é um assunto a requerer medidas urgentes.

Rui Manuel Alves de Barros
S. PEDRO DO ESTORIL

A CENTRAL NUCLEAR PORTUGUESA VAI SER COMPRADA À ALEMANHA?

E. NEVES

Na sua viagem ao Brasil o dr. Mário Soares anunciou que o seu Governo estava a preparar um acordo nuclear com a República Federal Alemã, acrescentando posteriormente que se tratava de um simples «acordo de cooperação científica».

No entanto, conhecendo-se a intenção de alguns sectores do Governo de fazer instalar uma central nuclear nos próximos anos — com início de construção ainda em 1977 — e sabendo-se que esses sectores pretendem encontrar uma solução que «permita recuperar o tempo perdido», fácil é concluir que se visa encomendar a central, sem concurso, à República Federal Alemã, mais exactamente à empresa Kraftwerk Union (KWU). Recorde-se que o Governo, na sua resolução de 5 de Março de 1976, comprometeu a EDP a lançar uma consulta internacional a várias empresas fornecedoras de centrais, o que permitiria actualizar os estudos económicos anteriormente realizados.

Recorde-se ainda que a KWU fez deslocar a Lisboa, recentemente, um dos seus técnicos, que participou numa conferência sobre energia nuclear, tendo sido a primeira empresa, com possibilidades de entrar na «corrida nuclear» no nosso País, a realizar a sua «sessão de propaganda».

A KWU é uma empresa fundada em 1969, por acordo entre duas multinacionais alemãs de equipamento eléctrico, Siemens e AEG, as quais mantêm ligações em vários domínios, há dezenas de anos, com duas multinacionais americanas do mesmo ramo, respectivamente, Westinghouse e General Electric.

E tem sido tão estreita essa ligação, mesmo no que se refere à construção de centrais nucleares, que a Siemens desenvolveu o tipo PWR — da Westinghouse — e a AEG desenvolveu o BWR — da General Electric. Por isso, a KWU tem construído estes dois tipos de reactores. A Siemens desligou-se da Westinghouse, no domínio nuclear, em fins de 1972, ligando-se à Combustion Engineering, uma outra empresa americana de reactores nucleares PWR, que detém uma pequena percentagem no mercado nuclear americano.

A KWU, para quem este último acordo terá sido transferido, possui também acordos, no domínio das turbinas, com uma outra empresa americana, a Allis Chalmers, a qual construiu algumas centrais nucleares nos E.U.A.

Desde a sua constituição, a KWU tem acumulado défices sobre défices, verificando-se, no exercício de 1975, um saldo negativo de 40 milhões de marcos (mais de 540 mil contos), adicionados a 7 milhões de marcos nas empresas associadas.

Embora em 1976 a KWU tivesse uma carteira de encomendas no valor de 20 000 milhões de marcos, na qual se inclui o «acordo de cooperação científica com o Brasil», e pense obter, até meados de 1977, mais 2 ou 3 encomendas na R.F.A., a situação futura não ébrilhante, prevendo-se pequenos lucros até 1980, pois os investimentos anuais a realizar, em equipamento e investigação, são muito elevados. A empresa tem anunciado que a sua rentabilidade mínima aceitável só será atingida quando alcançar um volume de produção de seis reactores por ano.

Estas dificuldades são tanto maiores, quanto se verifica que nove reactores a instalar na R.F.A. estão a encontrar muitas dificuldades no processo de licenciamento — Wyhl, sujeito a grandes contestações da parte das populações, 3 reactores cujo processo de licenciamento se iniciou em 1974 e 5 cujo processo se iniciou em 1975, dos quais avulta o da central de Brockdorf, localidade onde se têm verificado grandes manifestações, com violentos e demorados recontros com a Polícia.

Face a este panorama, o presidente da KWU, Klaus Barthelt, tem «sugerido» a ideia da empresa proceder à redução do horário de trabalho de uma parte dos seus 14 000 trabalhadores, ou até mesmo, de despedir um número significativo deles.

Em carta dirigida ao chanceler alemão em meados de 1976, Barthelt expunha a situação e «dava a entender» que era necessário acelerar os processos de licenciamento em curso.

No entanto, surgiram dificuldades adicionais.

Na sua recente visita ao chanceler alemão, o vice-presidente americano exerceu grandes pressões para que seja revisto o «acordo de cooperação científica» com o Brasil, pois os E.U.A. não terão visto com bons olhos a «invasão» da sua «reserva de caça».

Prevendo, certamente, esta situação, à qual se adiciona um momento difícil para os reactores tipo BWR, a AEG, que desenvolveu este tipo de reactores no interior da KWU, decidiu desligar-se desta empresa em meados de 1974, o que veio a efectivar-se em fins de 1976.

A AEG receberá da Siemens 668 milhões de marcos, pela sua parte no capital da KWU, o que não será suficiente para compensar o défice da sua «aventura nuclear», o qual atingiu 1500 milhões de marcos, mais de 20 milhões de contos.

É natural, pois, que o social-democrata Helmut Schmidt, como gestor «leal dos interesses capitalistas» (1), não querendo deixar o grupo monopolista Siemens em dificuldades, e não podendo forçar a aceleração do licenciamento das centrais nucleares alemãs — o que se passou com a social-democracia sueca nas últimas eleições não deve deixá-lo muito à vontade para a defesa clara de um programa nuclear na R.F.A. — venha a socorrer-se das suas «amizades» por esse mundo fora para tirar a KWU da situação em que se encontra.

A concretizar-se o «acordo de cooperação científica», com a consequente aquisição de um reactor nuclear à KWU, sem concurso, esta empresa seria também o arquitecto-engenheiro, procurando, certamente, privilegiar alguns dos seus 350 habituais subcontratantes através das expecificações constantes do projecto e do argumento da confiança, o qual não deixará de ter peso num empreendimento em que normas de segurança são muito exigentes, prejudicando as empresas portuguesas que teriam possibilidade de participar na construção da central.

Mesmo a nível da construção civil, a KWU não deixaria de impor a Hochtief — grande empresa alemã de construção civil, em cujo capital a AEG participa e que, por sua vez, participa no capital de empresas em que a KWU também está presente — diminuindo a intervenção das empresas de projecto e de construção civil nacionais.

Então, ficaríamos cada vez mais longe dos muito discutidos 50 por cento de participação nacional no empreendimento, com uma maior drenagem de divisas!

. Vejamos ainda qual poderia ser a interferência das cinco filiais da KWU: RBU (elemento de combustível) onde possui 50 por cento do capital; Alkem (plutónio) — 60 por cento; NRG (bainha dos elementos de combustível) — 50 por cento; Interatom (reactores reprodutores, reactores PWR integrados, enriquecimento de urânio) — 100 por cento; GHT (reactores a alta temperatura) — 100 por cento.

Estas empresas, garantem-lhe o fornecimento de certos materiais estratégicos e o acompanhamento do desenvolvimento de outras linhas de reactores, nomeadamente os reprodutores.

Em especial, a RBU é fornecedora dos elementos do combustível para os reactores que a KWU fabrica e a Interatom participa num dos consórcios europeus de enriquecimento de urânio, a Urenco, o qual está a construir uma das três grandes unidades europeias de enriquecimento.

Portugal receberia através destas duas empresas os elementos de urânio enriquecido para a central adquirida à KWU.

Simplesmente, se se constata que, a nível dos países capitalistas, se verificará um défice de urânio enriquecido por volta de 1985 — a primeira central nuclear portuguesa entrará em serviço, provavelmente, nesse mesmo ano — constata-se também que, por essa altura, a Urenco já não deverá conseguir satisfazer as necessidades dos países que nela participam, tendo em conta os respectivos programas de centrais nucleares.

Se isso acontecer, acreditamos que a KWU possa fornecer urânio enriquecido a outros países, mesmo «amigos»?

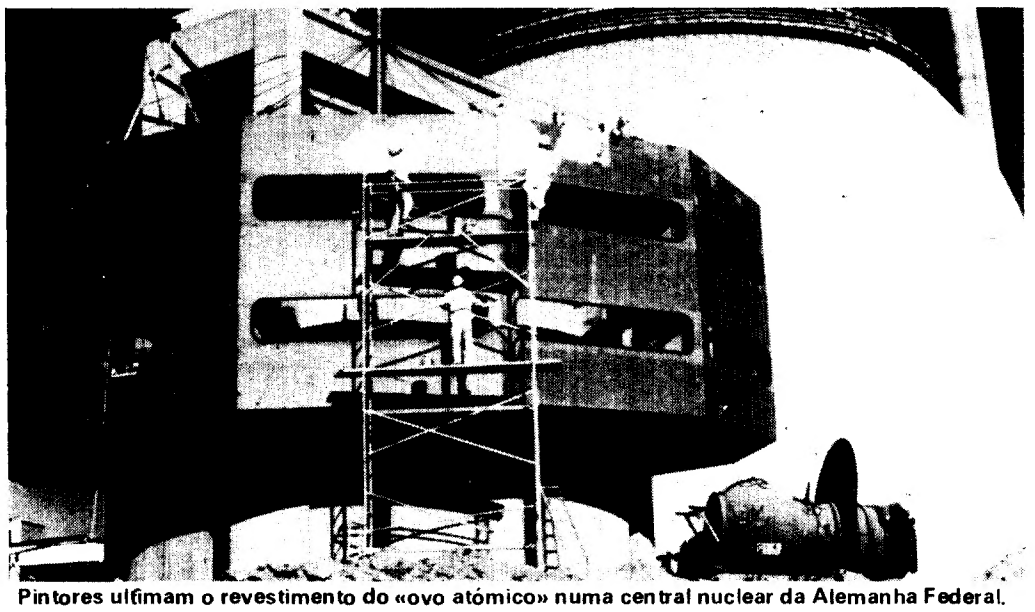
. Poderíamos até perguntar se a República Federal Alemã que tem insignificantes reservas de urânio razoavelmente assegurados — muito inferiores às portuguesas — não procuraria obter, naquela situação de défice, urânio português a um preço muito desvantajoso para nós em troca dos seus «bons ofícios» junto da Urenco, com a agravante de estarmos a exportar um produto de que mais tarde teremos falta (2).

E poderíamos vir a ser obrigados a aceitar essa solução, pois em caso contrário, arriscar-nos-íamos a ter parada uma central cuja dimensão será demasiado elevada para o nível de consumos de energia eléctrica do País, o que significaria que, mesmo em ano medianamente chuvoso, teríamos de realizar cortes de energia.

E nem mesmo seria possível recorrer a outros fornecedores: vamos acreditar que outros construtores de centrais estivessem dispostos a fornecer combustível (mesmo que os respectivos elementos pudessem ser utilizados em reactores que não os seus) para fazerem funcionar equipamentos produzidos por empresas concorrentes?

. Seria este o panorama do «acordo de cooperação científica», em que certos sectores parece quererem envolver o País...

No entanto, se este «acordo» se efectivar, não deixará de ser apresentado como um negócio da China, mesmo muito melhor que os empréstimos garantidos a ouro...



Pintores ultimam o revestimento do «ovo atómico» numa central nuclear da Alemanha Federal.

(1) — Citamos Sottomayor Cardia em «Por uma democracia anticapitalista», edição Seara Nova, 1973, Pag : 59. «Quem diz social-democracia diz gestão leal dos interesses capitalistas».

(2) — Para o programa nuclear previsto pela EDP, as reservas portuguesas de urânio não irão além de cerca de 1998.

PUB

SINDICATO DOS METALURGICOS

DE AVEIRO

COMUNICADO

A LUTA DOS TRABALHADORES DA OLIVA É JUSTA

O Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro, consciente do papel que lhe cabe na defesa intransigente dos interesses dos trabalhadores, sente-se na obrigação de divulgar a todos os trabalhadores e ao Povo Português em geral a situação existente na OLIVA-INDÚSTRIAS METALÚRGICAS SARL, e dar a conhecer a precária situação dos seus cerca de 2500 trabalhadores.

A OLIVA foi adquirida pela multinacional ITT no ano de 1969.

Logo no ano seguinte, e não obstante ter sido até aquela data uma Empresa próspera e estável, se inicia o rápido processo de degradação económica cujo primeiro e grave sintoma é a extinção do sector de produção de máquinas de costura que ocupava cerca de um quinto dos trabalhadores da Empresa, ao mesmo tempo que, inexplicavelmente, a ITT passa a comercializar em Portugal máquinas de costura importadas.

Paralelamente a ITT, em 1973, lança uma fábrica de Torneiras completamente subordinada à Empresa GROHE da República Federal Alemã onde, por sua vez, detém 51 por cento do capital social.

Através de um Regime de subcontrato, as torneiras portuguesas facturadas as mais das chorudos lucros à GHE Alemã.

Este rendoso «negócio», autêntico «filão de ouro de S. João da Madeira» fez perder a cabeça aos senhores da ITT, que, esquecendo as mais elementares regras de gestão de Empresas, iniciaram uma indiscriminada campanha de recrutamento chegando ao cúmulo de premiar com 2500$00 todo o trabalhador da OLIVA ou seu familiar que recrutasse mais um trabalhador para o OLIVA... Isto era assim em 24 de Abril de 1974...

Entretanto, com o glorioso Movimento de 25 de Abril, a euforia económica da OLIVA foi-se como por encanto: de empresa de «vento em popa» a OLIVA transforma-se em Empresa superdimencionada» (sic) com grandes dificuldades económicas» que só resolveria o problema da sua subsistência ecorómica despedindo, pasme-se..., mil trabalhadores ou, na melhor hipótese, quatrocentos e cinquenta ou quinhentos solicitando paralelamente, um empréstimo à Caixa Geral de Depósitos de cento e cinquenta mil contos.

(Anote-se que para um capital social de cento e cinco mil contos, a OLIVA deve à Banca nacional trezentos e setenta e dois mil e à Previdência mais de cem mil).

Algo ia mal no «reino da Dinamarca»... e é na luta da defesa dos seus postos de trabalho que os operários descobrem o descarado boicote económico da ITT: cortando encomendas de torneiras, subfacturação, não-investimento, etc., etc.

Em Agosto de 1975 e talvez pelo Governo de então não ter cedido às suas acções sabotadoras, a ITT informa que retira todo o apoio Administrativo e financeiro às Empresas do grupo instaladas em Portugal.

Nessa data a OLIVA era uma Empresa tecnicamente falida, sem carteira de encomendas, sem dinheiro, com centenas de trabalhadores paralisados ou não-ocupados (nos últimos três anos o prejuízo acumulado pela OLIVA é de quinhentos mil contos).

Num esforço desesperado para manter o pão para a boca os trabalhadores tentam a recuperação económica da Empresa e conseguem-no em parte, reduzindo o n.º de trabalhadores inactivos, conseguindo uma carteira de encomendas superiores a trezentos mil contos, aumentando a produção e as vendas, colaborando e preparando projectos de reconversão económica não exigindo grandes investimentos, nomeadamente, a retomada do fabrico de máquinas de costura, o relançamento do sector de torneiras, etc., que a concretizar-se absorveriam a mão-de-obra disponível e possibilitariam a criação de novos postos de trabalho.

(Alguns números elucidativos: a média mensal de vendas em 1976 não ultrapassou o montante de quarenta mil contos; após denúncia das situações anormais da empresa feita pelos trabalhadores, as vendas subiram nos últimos dois meses do mesmo ano para uma média de sessenta e cinco mil contos; a média mensal da venda de torneiras, em 1976, foi de três mil contos quando a fábrica se encontra apetrechada com meios técnicos e humanos para vinte e cinco mil contos; as vendas de Janeiro/77 foram de sessenta mil contos).

E nem sequer a falta de pagamento do subsídio de Natal, nem o atraso do pagamento dos salários, nem a insegurança em que os trabalhadores da OLIVA vivem permanentemente, fez esmorecer a sua força, a sua firmeza, a sua vontade de levar por diante a sua luta pela defesa do pão, do trabalho e da paz.

Porém se isto é muito não é tudo: é necessário que as instâncias Oficiais, o Governo, intervenham decisivamente num problema que a manter-se, descambará no colapso económico que já se vislumbra, no desemprego, e na miséria de milhares de famílias.

Por isso, apelamos a todos os Sindicatos, a todos os trabalhadores para que se solidarizem e apoiem a justa luta dos trabalhadores da ITT OLIVA.

NÃO AO DESEMPREGO E À MISÉRIA!
DESEMPREGO NÃO! TRABALHO SIM... E PARA TODOS!
NÃO AO CAPITALISMO EXPLORADOR!
NÃO ÀS PREPOTÊNCIAS DA ITT!

Riomeão, 3 de Março de 1977

O PRESIDENTE DA DIRECÇÃO
(Carlos de Oliveira Alves Marçal)

"Voz da América" viola independência nacional

EUGÉNIO ALVES

Os órgãos de Informação noticiaram, há dias, a assinatura de novo contrato do Governo português com a RARET, Empresa de Rádio Retransmissão que veicula, diariamente, de território português, a propaganda da «Voz da América», dirigida em exclusivo contra os países socialistas europeus.

Para uma ideia mais concreta dos objectivos desta emissora, lançada em 1951 pela CIA, são elucidativas as palavras de Charles Douglas Jackson, um dos fundadores e organizadores da então chamada «Rádio Europa Livre»: «A Rádio Free Europe é um veículo da guerra psicológica. A nossa organização foi criada para semear a intranquilidade nos países a que se destinam as emissões...».

Foi pois com esta celebrada voz do ocidental «mundo livre», que o Governo Constitucional — um Governo que subscreveu os acordos de Helsínquia e está obrigado pela própria Lei Fundamental a uma política de entendimento com países e povos de todo o mundo — negociou em dólares a autorização para aquilo que um senador norte-americano, William Fulbright, caracterizara, há não muito tempo como «relíquia da guerra fria».

Sabe-se que as negociações para assinatura de novo contrato com a RARET foram inicialmente atribuídas a uma comissão presidida por um responsável da Radiodifusão Portuguesa. Mais tarde, porém, e após a rejeição da proposta inicial de Lisboa pelos americanos (3 milhões de dólares) o Governo determinou que as negociações passassem a decorrer directamente entre o Palácio Foz e a «Voz da América». Tudo no «segredo dos deuses!».

Na passada semana, e através de uma agência espanhola que citava a Imprensa norte-americana, ficámos a saber que o Governo PS decidiu alugar por sete mil contos anuais, um instrumento ignóbil contra a amizade entre os povos, um agente claro e directo do imperialismo. E tudo contra o estabelecido na Constituição, vergando-se às exigências do poder estrangeiro.

O facto assume, entretanto, maior gravidade, dado que os trabalhadores portugueses, mostrando maior consciência e sentido da independência nacional tinham apresentado, em 1975, uma proposta para o aproveitamento nacional dos poderosos emissores, sugerindo, nomeadamente, a criação de programas para os nossos emigrantes e para a frota pesqueira.

Avizinhava-se, então o termo do primeiro contrato, e não se punha o problema do desemprego (motivo invocado mais tarde pelo Governo para pressionar os trabalhadores a aceitarem o negócio com os EUA) nem do desaproveitamento dos emissores. Além disso, sabe-se que, nos termos do contrato anterior, teria sido possível rescindir o contrato, ficando Portugal com direito à utilização e posse dos emissores.

Emissores estes que, dia e noite, e nos idiomas dos países socialistas, transmitem as «delícias» do sistema «livre» a Ocidente, ou seja a exploração, o desemprego, a miséria, a droga, a alineação e a violência... Tudo em liberdade...».

Apesar de se terem separado economicamente da CIA, em meados de 1975, a «Europa Livre» e a «Voz da América» — que no ano passado gastaram mais de 56 milhões de dólares — têm 60 por cento do respectivo pessoal formado por agentes da CIA e por oficiais do aparelho de espionagem militar dos Estados Unidos. O pessoal restante é composto por técnicos de rádio dos países onde estão instalados os estúdios e emissores.

Registe-se que o administrador por parte do Estado, nomeado após o 25 de Abril, na RARET foi o capitão Tomás Rosa. Há quem admita que após a sua «discutida» passagem pela RTP, o ex-ministro do Trabalho do 6.º Governo Provisório, voltará ao tranquilo e bem remunerado lugar da RARET.

Dito isto relembre-se a nossa Constituição e veja-se se o «negócio» do actual Governo português com os USA, é legítimo, se nos enobrece, se favorece uma política de amizade, de relações culturais e económicas com os países socialistas, se está de acordo com uma política independente, honrosa para o nosso povo.

Lê-se no n.º 1 do artigo 7 da nossa Constituição: «Portugal rege-se nas relações internacionais pelo princípio da independência nacional, do direito dos povos à autodeterminação e à independência, da igualdade entre os Estados, da solução pacífica dos conflitos internacionais, da **não ingerência nos assuntos internos de outros Estados e da cooperação com todos os outros povos para a emancipação e o progresso da Humanidade**.

Uma última questão: será ou não verdade que uma das condições impostas pelos americanos para financiarem, ou concederem empréstimos ao nosso país, assentou na renovação do contrato com a RARET?

Trabalhadores da Maiombe esperam garantias sobre futuro da empresa

As conclusões da Comissão de Inquérito nomeada pelo Governo para analisar as alegadas irregularidades e a situação económica-financeira da Maiombe, e bem assim para apresentar uma proposta de viabilização para a empresa, não divergem do relatório inicial elaborado pela comissão de trabalhadores da firma. Segundo um memorando dos trabalhadores da firma as conclusões da comissão de inquérito avolumam o referido relatório, especialmente no que se relaciona com as fraudes cometidas pelo ex-sócio-gerente da empresa, José Galvão de Melo.

Perante todos estes factos, e porque entregou, de acordo com o Decreto-Lei n.º 907/76, o seu relatório dentro dos prazos previstos pelo Governo, a comissão administrativa da Maiombe está apreensiva com a demora na constituição da comissão interministerial igualmente prevista naquele decreto, à qual competirá pronunciar-se sobre a situação e designadamente sobre os termos da intervenção. O levantamento da empresa após a intervenção, as transformações operadas, a multiplicidade de relações, o reapetrechamento, as melhoras sociais nela introduzidas e a criação de mais quatro postos de trabalho numa empresa dependente do Estado, para quem tinha uma dívida bancária de cerca de 220 mil contos, são aspectos a considerar, segundo o memorando dos trabalhadores. Assim, parece não estar em causa o futuro da Maiombe, e muito menos a sua desintervenção.

Sobre esse aspecto os trabalhadores consideram «como posição mais correcta que seja o Estado a tomar as rédeas da empresa», porquanto os financiamentos efectuados pela banca nacionalizada, e ainda não saldados, ascendem a 140 mil contos. As dívidas dos sócios à firma, para além da sua descapitalização, venda de enormes lotes de madeiras a preços unitários e transferências de investimentos para o estrangeiro, montam a 7200 contos, isto é, seis vezes mais que o seu capital social, segundo os trabalhadores.

Uma saída para a intervenção não poderá ser encarada sem a participação do Governo e dos trabalhadores, e nunca poderá ser levada a cabo sem a disciplinação do sector. Mas nunca — e isso os trabalhadores defendem-no com determinação — com o regresso dos patrões, sem a audição e participação de quem se encarregou de manter a sua laboração nos dois últimos anos porque «não se poderá encetar qualquer política de habitação social ou até de incitamento à construção civil» sem a Maiombe.

Numa moção dos trabalhadores da empresa no Porto que acompanha o memorando, a propósito do ataque em 23 de Fevereiro último às instalações afirma-se que «as tentativas de assalto levadas a cabo pelo ex-gerente constituem uma profunda violência contra todos os trabalhadores, contra o Governo, contra a democracia», com o objectivo de desestabilizar toda a empresa. Os trabalhadores aguardam as decisões do Governo «na certeza que será feita justiça».

Ainda a suspensão das tarifas de energia

PORTO, 9 — O eng. Ferreira de Lima, secretário de Estado da Administração Local e Regional, que se deslocou a esta cidade para debater questões de administração local com elementos do PS, aproveitou o ensejo para reunir no governo civil com o dr. Cal Brandão, com o eng. Aureliano Veloso, presidente da Câmara e outros técnicos do município com os quais debateu a recente decisão da edilidade portuense de suspender temporariamente os aumentos das novas tarifas e taxas de energia eléctrica. Aliás, e como foi referido, o Ministério da Indústria e Tecnologia vai fornecer dados concretos à Vereação Municipal para que esta debata de novo o assunto na reunião da próxima quinta-feira.

Entretanto, o eng. Ferreira de Lima adiantou existirem pontos de vista não coincidentes entre o município do Porto e o Governo. Acrescentou, porém, que serão ultrapassados «sem que o governo utilize os seus direitos tutelares» de fazer cumprir as determinações que constam da portaria de 21 de Janeiro.

Questão do aborto submetida a debate público

A questão do aborto e as iniciativas em curso para alcançar a revisão da legislação, em especial do artigo 358.º do Código Penal que o considera um crime punível com dois a oito anos de prisão, serão, debatidas hoje publicamente na Casa de Imprensa a partir das 21 horas.

Conforme noticiámos, foi ontem entregue ao presidente da Assembleia da República uma petição, subscrita por mais de 5500 assinaturas, em que se exige a abolição da legislação sobre o aborto e a igualdade de condições de todas as mulheres perante a gravidez, o parto e o aborto.

Ao receber o texto do abaixo-assinado e a exposição anexa que contém a respectiva fundamentação, Vasco da Gama Fernandes considerou que este importante problema deverá ser tratado com desassombro e sem preconceitos.

«É um dos tabus da comunidade portuguesa e nós estamos aqui para acabar com os tabus» — afirmou o presidente da Assembleia da República, que previu «um grande debate parlamentar no caso de o assunto subir ao plenário».

Após a leitura da petição no plenário da Assembleia, o documento poderá ser estudado por uma comissão parlamentar ou sugerir qualquer iniciativa dos deputados. Não compete à Assembleia decidir da inconstucionalidade ou não da actual legislação sobre o aborto, sobre a qual se deverão pronunciar outros órgãos de soberania. Neste sentido foram apresentadas cópias da petição na Presidência da República, Comissão Constitucional, Conselho da Revolução e gabinete do Primeiro-Ministro.

OBJECTIVO DO SINDICATO DOS ESPECTÁCULOS

Combater o desemprego e saída de divisas

A fazer fé num comunicado ontem distribuido e em afirmações proferidas no decurso de uma conferência de Imprensa, o Sindicato dos Trabalhadores de Espectáculos vai desencadear uma campanha no sentido de conseguir maior participação de artistas portugueses na programação da televisão, e exigir que nos filmes produzidos ou subsidiados com dinheiros públicos tomem parte pelo menos 80 por cento de artistas profissionais.

Os dirigentes do sindicato, que comunicaram esta decisão aos jornalistas, pela voz de Rogério Paulo, acentuaram alguns aspectos relacionados com a actividade dos seus sindicalizados na RTP: o exagero de séries estrangeiras, na sua grande maioria de inferior qualidade e a inexistência de uma série que seja de produção portuguesa; a ausência, sistemática, de artistas de circo e variedades em programas recreativos, enquanto se compram muitos programas no estrangeiro; e o desaparecimento dos pequenos «ecrans» das habituais noites de teatro com peças portuguesas ao mesmo tempo que a Televisão transmite espectáculos teatrais gravados e comprados no estrangeiro.

«O Instituto Português de Cinema ajuda igualmente à marginalização dos profissionais portugueses», foi ainda afirmado, mas aqui por outra via, a incursão de artistas amadores em tarefas e funções que deveriam ser atribuidas exclusivamente a profissionais. Assim, e segundo dados fornecidos na conferência de Imprensa, o realizador Manuel Oliveira está a rodar «Amor de Perdição», um filme cujo orçamento atinge os 16.000 contos. Pois apesar de esta verba ser proveniente dos cofres públicos, através do IPC, só quatro profissionais foram convidados a participar. No mais, o filme é feito com amadores que fazem do filme passatempo.

Os objectivos do sindicato, que neste momento tem 3000 filiados, muitos deles sentindo os efeitos do desemprego, apontam, resumidamente, para conseguir da Televisão um «show» de dança e circo por semana, uma série com assuntos portugueses, produzidas em Portugal, um espectáculo teatral igualmente semanal, a apresentação sistemática de pequenos «shows» com artistas de variedades e a igualização de «cachets» entre artistas portugueses e estrangeiros convidados.

Estes objectivos ligam-se também à intenção de propor à Radiodifusão maior número de horas-rádio com artistas portugueses ao vivo e entroncam na política sindical de combater o desemprego e na política geral de evitar a saída de divisas.

Quanto à saída de divisas só neste sector dos espectáculos os números contidos num comunicado do sindicato são igualmente elucidativos: o Casino Estoril fez sair de Portugal em pagamento de «cachets» a artistas estrangeiros por altura do Carnaval 750 contos; um circo estrangeiro que presentemente se exibe no nosso País já terá contribuído, até ontem, para a saída de 34.000 contos de divisas.

Rui Pedro despedido dos quadros do ex-R.C.P.

Eram dezasseis e unicamente quinze foram integrados: referimo-nos aos jornalistas do ex-RCP suspensos após o 25 de Novembro de 1975. O que ficou de fora, foi Rui Pedro. Melhor dizendo: Rui Pedro foi despedido através de um despacho assinado pelos majores João Figueiredo, José Dias e Vasco Durão, da Comissão Administrativa da RDP, com base no parecer do instrutor do processo, dr. Gonçalves.

A partir de ontem começaram já a exercer as suas funções os jornalistas Eugénio Corte-Real, Adelino Gomes Rui Paulo da Cruz, Joaquim Furtado, Teresa Moutinho, João Paulo Dinis, Artur Albarran, Fernando Montenegro e Mário Pereira.

O despedimento de Rui Pedro, ditado por razões políticas, causou indignação em todos os sectores da RDP, até porque a decisão contraria frontalmente o parecer da Comissão de Trabalhadores da RDP. Além disso, das testemunhas de defesa foi ouvida menos de metade. Além disso, não se procedeu a quaisquer acareações.

Admite-se que Rui Pedro recorra da decisão de despedimento.

Artistas comunistas vão cantar a Revolução

Contar e cantar a Revolução é o objectivo do espectáculo «25 canções de Abril» organizado pelo «Avante» (órgão oficial do Partido Comunista Português) e marcado para os dias 18 e 19 do corrente no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa. José Carlos Ary dos Santos, Joaquim Pessoa, João Paulo Guerra, Rui Pedro, João Rodrigues, Manuel Branco e Rúben de Carvalho, tem a seu cargo o guião do espectáculo, enquanto Augusto Sobral se incumbiu da encenação e direcção plástica. Participam, como intérpretes, Luísa Basto, Carlos Paredes, Adriano Correia de Oliveira, Manuel Freire, Fernando Tordo, José Jorge Letria, Paulo de Carvalho, José Barata Moura, Grupo de Mineiros de Aljustrel, Ary dos Santos e conjunto Outubro.

Segundo foi ontem revelado em conferência de Imprensa, «25 canções de Abril» subdivide-se em três elementos subordinados ao mesmo «leit-motiv» (a Revolução de Abril e as transformações sociais que veio desencadear): um de narração poética, a cargo de Ary dos Santos, outro de intervenção radiofónica, pelos locutores João Paulo Guerra, Luís Filipe Costa e Rui Pedro e um terceiro de intervenção musical a cargo da orquestra (14 figuras) e dos cantores.

O guião do espectáculo conta a história ilustrada da revolução iniciada em 25 de Abril e apoia-se em «slides» e gravações dos diferentes momentos que marcaram todo o processo libertador do povo português. Segundo informação de Rúben de Carvalho, chefe da Redacção do Jornal «Avante», serão incluidos no espectáculo documentos radiofónicos e outros ainda inéditos e de grande valor histórico.

«Pretendemos demonstrar que é possivel realizar espectáculos populares de massas com um mínimo de qualidades, inclusive de ordem estética», disse ainda Rúben de Carvalho.

A receita deste espectáculo (marcado para uma primeira apresentação no dia 18 com repetição no dia seguinte às 21 e 15) reverte para a campanha dos 50 mil contos que o Partido Comunista está a desenvolver para a compra ou construção de uma nova sede. Os bilhetes são ao preço de 60 escudos para um espectáculo que se calcula venha a ter três horas e meia de duração.

Câmara subsidia prémio da Associação de Escritores

Considerando o alto significado cívico e político do 25 de Abril, a Câmara Municipal de Lisboa decidiu na sua última reunião, sob proposta do seu presidente, Aquilino Ribeiro Machado, congratular-se com a designação daquela data como Dia de Portugal, dispondo-se a dar o seu contributo para as comemorações a efectuar.

A proposta, que mereceu uma abstenção por parte dos representantes do C. D. S., assinala que a comemoração do 25 de Abril «contribuirá para o reforço das consciências quanto à obrigação que a todos cabe de participar empenhadamente na reconstrução do País e na defesa das conquistas já adquiridas e consignadas na Constituição».

Durante a reunião foi aprovado um voto de solidariedade com as vítimas do terramoto na Roménia e nos outros países, bem como a atribuição de um subsídio à Associação Portuguesa dos Escritores para o prémio literário «Cidade de Lisboa».

Portugal-Moçambique condena "arruaceiros"

A Associação Portugal-Moçambique, a propósito do impedimento por «bandos reaccionários de arruaceiros claramente organizados», de jornadas de apoio aos povos de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, no Porto e em Aveiro, divulgou um comunicado de protesto em que apela para o Presidente da República, Conselho da Revolução e Governo «no sentido de serem tomadas eficazes medidas» que ponham cobro a tais actos.

VIAGENS AVIBAR

MARAVILHOSO CRUZEIRO À MADEIRA

Dia 21 a 25 de Abril

Fretamento especial do N/M «FUNCHAL»
Aproveitando o Feriado de Abril, vá connosco numa viagem inesquecível. A preços excepcionais.

DESDE ..... 3.950$00

Abertos à hora do almoço

Consulte-nos e peça-nos programa detalhado

AGÊNCIA DE VIAGENS AVIBAR Av. Liberdade, 49 _ Barcelos _ Tel. 82923
TURALGARVE _ Praça da República, 98-100 _ Loulé _ Tels. 62143/4
EM LISBOA: TURALGARVE
RUA LUCIANO CORDEIRO, 6-C _ T. 538240-40008

MOEDAS ● MEDALHAS ● SELOS ● RELÓGIOS

EXPOSIÇÃO-FEIRA DO COLECCIONADOR

Sábado e Domingo: 12/13 Março 10 às 24 h.

Exposição de Filatelia Temática com carimbo comemorativo.

COMPRA ● VENDA ● CONVÍVIO

HOTEL SHERATON
Lisboa (Metro Picoas)

F. PINTO COELHO (HERDEIROS), LDA.

CONVOCAÇÃO

Nos termos do respectivo pacto, convoco a assembleia geral da sociedade F. Pinto Coelho (Herdeiros), Lda., a reunir em sessão ordinária na sede social, Rua de João das Regras, n.º 3-3.º direito, Lisboa, no dia 28 de Março de 1977, pelas 15 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º — Discutir, aprovar ou modificar o balanço do exercício findo.

2.º — Deliberar sobre outros assuntos de interesse para a sociedade.

Lisboa, 8 de Março de 1977

a) **António da Silva Clara**

SABEL—SANTOS & BENTO, SARL

Rua D. Estefânia, n.º 98-A/B — LISBOA

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

CONVOCATÓRIA

Nos termos da lei e dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral Ordinária para reunir na sede social, no dia 28 de Março de 1977, pelas 21.30 horas, a fim de:

1.º — Discutir, aprovar ou modificar o Relatório e Contas do Conselho de Administração e o Parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício de 1976.

2.º — Tratar de quaisquer outros assuntos de interesse para a Sociedade.

Lisboa, 7 de Março de 1977

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL
Eng. Henrique Manuel da Luz Rocha

PUB

temos que viver com aquilo que temos

PUB

UNIÃO DOS SINDICATOS DO DISTRITO DE SETÚBAL

MOÇÃO

Considerando que o dr. Canhoto Antunes até há pouco presidente da Caixa de Previdência e Abono de Família do Distrito de Setúbal sempre foi credor de uma total verticalidade cumprindo com zelo e dignidade o cargo para o qual tinha sido nomeado como representante do Governo identificando-se totalmente com os interesses das classes trabalhadoras.

Considerando que o seu afastamento é mais um saneamento à esquerda.

Considerando que a flagrante ilegalidade do seu afastamento se deve ao facto de a tomada de posse do seu sucessor se ter dado sem que até hoje se conheça qualquer despacho de exoneração das suas funções.

O plenário dos sindicatos do distrito de Setúbal reunidos no dia 7/3/77 na União dos Sindicatos do Distrito de Setubal.

Decide: repudiar tal atitude por ser arbitrária e contraditória com tão apregoada legalidade democrática do Governo.

Aprovada por unanimidade com uma abstenção.

PUB

AVISO

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO

Contribuições em Dívida às Caixas de Previdência

Avisam-se os empreiteiros e fornecedores desta Câmara, contribuintes do Regime Geral da Previdência, de que, para efeito do cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 25/77, de 19 de Janeiro e Despacho Normativo n.º 47/77, publicado no «Diário da República», I Série n.º 47, o pagamento dos créditos por empreitadas e fornecimentos só poderão efectuar-se mediante prova de que a entidade credora tem a sua situação regularizada perante a Previdência, quando a quantia a receber seja igual ou superior a 20 000$00.

A prova será sempre efectuada através de certidão ou certidões emitidas pela Caixa ou Caixas de Previdência de conformidade com o modelo estabelecido e devidamente autenticada.

No caso da situação não se mostrar regularizada proceder-se-á à retenção de 25 % da quantia do crédito a pagar a fim de ser depositada à ordem na Caixa Nacional de Pensões.

Porto e Paços do Concelho, 7 de Março de 1977

O PRESIDENTE DA CÂMARA

(a) **Aureliano Capelo Veloso**

MUTUALIDADE POPULAR
ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS
SEDE — FARO

Perante a Direcção da Mutualidade Popular, A.S.M. com sede em Faro, correm éditos de trinta dias a contar da data da segunda publicação deste anúncio para habilitação ao legado de subrevivência e rateios, no montante de 30.299$40, deixado pelo sócio n.º 4.675 - Sr. Fernando Adriano Nunes do Amaral, natural da Freguesia de S. Pedro, Concelho de Trancoso e residente na Amadora, onde faleceu em 2 de Dezembro de 1976.

São pór este meio convidados todos os interessados a requerer, dentro de praso designado, o que julgarem de seu legítimo direito.

Faro e Secretaria da Mutualidade Popular, 20 de Dezembro de 1976.

PELA DIRECÇÃO,
O PRESIDENTE
António Palmeira

CONSELHO DE MINISTROS NOMEOU NOVA C.A. PARA A RTP

Edmundo Pedro substitui Tomás Rosa

Por proposta do secretário de Estado da Comunicação Social, o Conselho de Ministros aprovou na sua reunião de ontem uma resolução nomeando nova comissão administrativa para a RTP, constituída por Edmundo Pedro (presidente), Raul Junqueiro e João d'Korth Brandão. A decisão segue-se a outra exonerando a anterior comissão administrativa presidida por Tomás Rosa e tendo como vogais o tenente Parente e Raul Junqueiro. Falando ao País, no fim do plenário, através da Televisão, Manuel Alegre salientou a importância das resoluções tomadas apontando para a necessidade de uma nova Televisão e elogiando as qualidades do sucessor de Tomás Rosa. Deve notar-se que Raul Junqueiro se mantém, ainda como vogal, na comissão.

Ao mesmo tempo foi revogado o estatuto da RTP e aprovado um decreto-lei para vigorar temporariamente até à publicação de um estatuto novo. Entre as disposições definidas pelo decreto ontem aprovado figura a «exclusiva competência» da nova comissão administrativa e do respectivo presidente. A esta competem a designação de uma comissão de reestruturação e a fixação das fases e dos prazos para a apresentação das respectivas propostas, e bem assim a tomada de decisões que se prevêem como indispensáveis para a superação da crise em que a RTP actualmente se encontra.

«OBJECTOR DE CONSCIÊNCIA»

Outra importante decisão tomada ontem no plenário do Governo: a aprovação de uma proposta de lei (a ser apresentada à Assembleia da República) criando o estatuto de objector de consciência. Nos termos do comunicado emitido no final da reunião, «nos casos previstos no diploma, e com base em motivos atendíveis de ordem religiosa ou moral, é admitido que os cidadãos possam prestar, em vez de serviço militar armado, serviço militar não armado ou serviço cívico, com a mesma duração daquele». Ainda segundo o texto final, «o Conselho congratulou-se com a apresentação e, ao aprová-la, felicitou, na pessoa do ministro da Defesa, as Forças Armadas Portuguesas por esta iniciativa que dignifica o Estado democrático».

A. C. SANTOS E NUTRIPOL

Outra resolução a assinalar destacadamente dentre as resoluções aprovadas ontem pelo Conselho de Ministros: a cessação da intervenção do Estado nos Supermercados A. C. Santos, a partir do dia 11 do corrente. Houve outra resolução respeitante à Nutripol — Sociedade Portuguesa de Supermercados: «Foi decidido cometer à Comissão Interministerial designada o estudo e proposta, no prazo máximo de 10 dias, do esquema a seguir, aquando da cessação da intervenção do Estado, no tocante ao processo alimentar, suspenso pela intervenção do Estado».

A reunião de ontem do Conselho de Ministros foi presidida pelo ministro de Estado, prof. Henrique de Barros, dada a ausência do Primeiro-Ministro no estrangeiro. Na reunião participou o Ministro da República nos Açores, general Galvão de Figueiredo.

Foram aprovadas outras resoluções correspondentes a propostas apresentadas por diversos Ministérios.

"Seguradoras inglesas boicotaram Portugal"

A propósito da notícia inserta no «D.L.» de 3 do corrente sob o título acima transcrito, a A.S.E.P. (Agrupamento dos Seguradores Privados) enviou-nos uma carta em que «em nome das nossas (suas) Associadas inglesas» solicita o desmentido às afirmações ali contidas.

Argumenta a A.S.E.P. que «tal notícia é absolutamente infundada pois jamais as Companhias Inglesas **aqui estabelecidas** (leia-se: em Portugal e o sublinhado é o nosso) deixaram de observar as normas, tarifas e outras disposições emanadas pelas entidades que superintendem na actividade Seguradora em Portugal, normas aliás aplicáveis tanto às Seguradoras Nacionais como às estrangeiras».

Nada a objectar da nossa parte. E nada objectamos por que não afirmamos nunca que tivesse existido qualquer «inobservância» das normas, tarifas e demais disposições a que alude a A.S.E.P..

O que dissemos foi que «informações tornadas públicas em Londres (e veículadas por agências de informação internacionais, acrescentamos agora) diziam que a agência «Euroelite» especializada no seguro das propriedades imobiliárias de ingleses no estrangeiro, revelam que a Grã-Bretanha levantou agora o boicote que desde 1974 vinha fazendo a Portugal no campo da actividade dos seguradores ingleses». E mais adiante especificavamos que tal boicote constou da «recusa em segurar vivendas e outras residências adquiridas em Portugal **a não ser** mediante a aceitação pelos interessados de prémios exorbitantes».

Ora isto é substancialmente diferente do «desmentido» que a A.S.E.P. nos envia. Que tal divulgar a circular publicada em Londres pela «Euroelite» e à qual se refere a nossa notícia de 3 do corrente?

Próxima criação do Conselho do Comércio Externo

A próxima criação de um Conselho Nacional do Comércio Externo, no qual terão assento representantes dos Ministérios mais directamente ligados a este sector, bem como das actividades de transporte e empresas marítimas e transitárias, representantes das actividades produtoras e das organizações exportadoras, foi revelada ontem pelo secretário de Estado do Comércio Externo, dr. António Celeste, no decorrer do almoço oferecido pela Câmara de Comércio Belga.

Depois de se referir à provável composição daquele Conselho (C.I.P., Associações Comerciais e Industriais), representantes, «obviamente das classes trabalhadoras»), o dr. António Celeste fez questão de informar os belgas ali presentes:

«Apesar das nacionalizações operadas na nossa economia, o sector nacionalizado é responsável apenas por dez por cento das nossas exportações, enquanto o sector privado promove cerca de noventa por cento das nossas vendas».

Disto resulta, segundo disse, legitimidade para o sector ter uma palavra a dizer no que diz respeito à política de exportação.

ACORDO COM CARACAS

Agricultura, pesca e exploração mineira são alguns dos sectores nos quais se verificaram importantes possibilidades de cooperação e que foram consignados no acordo luso-venezuelano, assinado em Lisboa em 30 de Novembro de 1975 e aprovado em Fevereiro deste ano, de acordo com um decreto-lei publicado ontem no «Diário da República».

Técnicos da F.A.O. visitaram região de Aveiro

AVEIRO, 9 — Especialistas da FAO (Organização nas Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação) e do Banco Mundial, acompanhados por elementos da Brigada Técnica desta região, visitaram ontem a União das Cooperativas de Produção de Leite (Lacticoop), cujas instalações percorreram demoradamente, e ainda o complexo agro-pecuário da Uniagri.

A visita faz parte das atenções que aqueles dois organismos internacionais têm dedicado aos problemas desta região e serviu para que os técnicos que se deslocaram à área aveirense se inteirassem das suas potencialidades em matéria alimentar, bem como para avaliar as possibilidades de um financiamento aos complexos agro-pecuários locais com vista à sua dinamização e fomento.

Na FIGUEIRA DA FOZ o DIÁRIO DE LISBOA está à venda no CAFÉ REMO

Em BUARCOS o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na PAPELARIA SATÉLITE

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

SECRETARIA DE ESTADO DE ENERGIA E MINAS

Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Sousel em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Federação de Municípios do Ribatejo e a que se refere o processo 8/59 287, arquivo 9101, para o estabelecimento de uma linha aérea a 15 kV, com 1042 metros, do poste n.º 11 da linha para o posto de transformação n.º 44 de Casal do Saramago ao posto de transformação de José Pereira Marques.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 18 de Fevereiro de 1977.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei N.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Sousel em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP (ex-Hidro-Eléctrica Alto Alentejo), a que se refere o processo 8/57 980, arquivo 18, para o estabelecimento na freguesia de Santo Amaro, concelho de Sousel, de uma linha aérea a 30 kV com 2965 metros do poste n.º 11 da linha para o posto de transformação n.º 256 de Vale de Maceiras ao poste de transformação n.º 3 da Herdade de Alvarinha; de uma linha aérea a 30 kV com 10 metros do poste n.º 3 da linha anterior ao posto de transformação n.º 1 da Herdade de Alvarinha e de uma linha aérea a 30 kV com 10 metros do poste n.º 11 da linha para o posto de transformação n.º 3, ao posto de transformação n.º 2 da Herdade de Alvarinha.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 26 de Julho de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

NO RESCALDO DA BOMBA NO TEATRO ABERTO

P.J. prendeu dois retornados

Dois indivíduos foram esta madrugada detidos pela Polícia Judiciária cerca de três horas depois do rebentamento de uma bomba, à meia-noite e dez minutos, no Teatro Aberto, à Praça de Espanha. Os detidos são retornados de Angola, um deles chama-se Diogo, o outro João, e moravam numa pensão da Rua Lima Basto, 97. Um terceiro elemento suspeito logrou furar o cerco montado pela Polícia, saltando o muro do Hospital de Oncologia.

Com a detenção daqueles dois presumíveis bombistas foram apreendidas cerca de 30 cartas de condução falsas, cartões da F.N.L.A., outros documentos, um bloco com anotações aparentemente em código, um carregador, uma caixa de munições e uma matraca.

Na origem das detenções, uma informação confiada às autoridades por dois jovens amigos que, momentos após a explosão no teatro, consideraram suspeitos três indivíduos que se apressavam a alcançar a Rua Lima Basto. Com base nestas informações a Polícia não hesitou em fazer o cerco, não conseguindo, contudo, evitar a fuga do terceiro elemento.

Quanto à bomba, ela explodiu numa altura em que os actores se encontravam em ensaios. O petardo foi colocado manifestamente para assustar e não para causar mortes ou danos avultados. Ainda assim provocou alguns estragos nas paredes, além de ter destruído os vidros do «guichet» e as portas de acesso ao interior do edifício.

Naturalmente emocionados, mas calmos, os actores reuniram-se imediatamente no local, comentando os prejuízos e discutindo as possíveis intenções dos bombistas. Uma brigada da P.S.P. impedia que grupos de curiosos que acorreram ao local dificultassem as diligências dos agentes da P.J.

OUTRA BOMBA

Entretanto um segundo petardo rebentou poucos minutos depois do primeiro, na Rua Castilho, num posto transformador da Companhia de Gás e Electricidade, situado no passeio que torneia o lado ocidental do Parque Eduardo VII, defronte ao «snack» Monumental.

Colocado no vão duma pequena janela térrea do posto, o engenho explodiu numa altura em que não se encontrava ninguém nas imediações.

O facto de algumas pessoas terem visto um «clarão» e de uma parte da zona ter ficado às escuras levou a que, pouco depois, se começasse a aglomerar gente no local, onde se sentia o cheiro da pólvora.

Os agentes da Polícia Judiciária incumbidos das investigações levaram a cabo uma busca cuidada em torno do posto transformador, onde aliás se via um caixote chamuscado, porventura relacionado com a explosão.

Pela sua parte a P.J. recusa-se a fornecer elementos sobre os dois atentados, considerando que a sua divulgação poderia prejudicar o curso das diligências.

Finalmente, e quanto às características das bombas, estas continuam a ser de fabrico artesanal, accionadas por cordão pirotécnico tipo «Bedford», desconhecendo-se se a carga explosiva será de plástico ou TNT.

Imediatamente a seguir ao rebentamento na Praça de Espanha juntou-se muita gente nas imediações. A prisão dos retornados angolanos, suspeitos de implicação no caso, ficou a dever-se a dois adolescentes.

"Pides" continuam em liberdade

Realizaram-se mais três julgamentos dos ex-agentes da extinta polícia política (PIDE). Dois foram postos em liberdade e um terá ainda de passar mais 4 meses na prisão.

Joaquim Alexandrino Espadinha Manaça, de 37 anos, entrou para a PIDE em 1966. Segundo afirmou, exerceu sempre funções no Aeroporto. A pena aplicada pelo 5.º Tribunal Militar foi de 15 meses de prisão, que já tinha cumprido.

Laurentino Alves César, de 39 anos era agente motorista desde 1964, encarregado de conduzir Silva Pais e de fazer a segurança à residência deste. Treze meses de prisão, mais dois perdões, somando cento e oitenta dias foi o resultado de tal actividade. Ou seja a liberdade, com um emprego seguro — os Serviços Prisionais Militares, que o colocaram no Forte de Caxias...!

. José Manuel Martins Tiago foi o único a ficar na prisão por mais 4 meses e dez dias. Na PIDE desde 1968, esteve na Guiné até 1972. Depois foi colocado, até ao 25 de Abril, nos serviços de ligação com a Interpol. Foi preso durante 40 dias, colaborando a seguir na transferência dos seus antigos serviços para a Polícia Judiciária. Foi condenado a 12 meses de prisão, com 180 dias de perdão.

Duas crianças despejadas pela P.S.P. de Queluz

. Sem qualquer notificação ou aviso prévio, um oficial de diligências do Tribunal de Sintra que se fazia acompanhar de dez agentes da P. S. P., procedeu ontem, cerca das 12 horas, ao despejo do 4.º andar direito do prédio n.º 12, da Rua António Correia de Sá, em Queluz.

Em casa encontravam-se apenas duas crianças de um e dois anos, que, surpreendidos pela entrada intempestiva dos agentes da autoridade, sofreram forte comoção, tendo sido recolhidas, na emergência, por alguns vizinhos que presenciaram a insólita cena. A mãe das crianças, Ana Maria da Silva, tinha ido na altura às compras, e apesar da sua ausência os móveis foram retirados para a rua.

O despejo foi feito na presença do filho e do proprietário do prédio.

COMEMORAÇÕES DO 11 DE MARÇO

Romagem ao Ralis e comício promovidos por ex-militares

. Uma romagem ao RALIS, às 11.30, em homenagem ao soldado Luís e um comício a realizar no Teatro Vasco Santana, às 21.30, constituem o programa das celebrações da vitória popular de 11 de Março de 1975, promovidas na próxima sexta-feira pela Comissão de Unidade dos Ex-Militares contra o Fascismo, esta manhã divulgadas em conferência de Imprensa.

As iniciativas destinam-se, segundo foi afirmado, «a cerrar fileiras e lutar sem tréguas contra a ameaça fascista, a recuperação capitalista e a ingerência imperialista, de modo a que o 11 de Março, derrotado em 1975 pelos soldados, sargentos e oficiais, lado a lado com o povo trabalhador, não passe hoje.

A Comissão pretende que o 11 de Março constitua uma jornada de luta contra o terrorismo bombista e a ilibação dos «pides»; contra o avanço do fascismo nas Forças Armadas, pelo julgamento dos golpistas do 11 de Março, e pela ilibação e reintegração de todos os militares antifascistas suspensos;

e ainda contra o aumento de preços, contra a miséria e o desemprego, contra o regresso dos patrões e a venda do nosso país ao imperialismo.

Num manifesto divulgado durante a conferência de Imprensa os ex-militares salientam: «Lutar para impedir que o processo iniciado em 25 de Abril seja completamente invertido e que decorridos três anos prevaleçam, contra os interesses do povo, os interesses dos que nessa madrugada histórica foram derrotados, é nosso dever e é também condição para que o 25 de Abril possa continuar a ser celebrado como uma data do povo trabalhador, em que operários e camponeses, antifascistas e democratas conseqüentes e os militares antifascistas e patriotas que fizeram o 25 de Abril se juntem em cada ano, para celebrar novos avanços no sentido de uma sociedade mais justa, de onde o fascismo tenha, para sempre, sido banido e liberta da exploração do homem pelo homem».

Associaram-se já às iniciativas da Comissão dos Ex-Militares pessoas como Adelino Gomes (responsável pela reportagem da TV sobre o golpe), Manuel Lopes e António Rosas, do Secretariado da C.G.T.P.-Intersindical, José Afonso e José Mário Branco, Luís Moita, João Martins Pereira, Acácio Barreiros, Nuno Teotónio Pereira, Amadeu Lopes Sabino, Luís Salgado Matos, etc.

A Comissão de Unidade dos Ex-Militares contra o Fascismo pede a todos os ex-militares e militares que a queiram acompanhar para se dirigirem à R. Rodrigues Sampaio, 79, r/c, todos os dias das 21.30 às 24 horas.

Um flagrante da conferência de Imprensa desta manhã

ESQUERDA AVANÇA NO ENSINO

Independentes ganham em Coimbra

● M.E.S. e U.E.C. têm maioria no I.S.C.T.E.

. A lista C, de independentes de esquerda, ganhou as eleições para a Associação Académica de Coimbra, batendo a U.E.C. na segunda volta do escrutínio, ontem realizada.

A lista C, que era apoiada pelo M.E.S., tinha como palavras de ordem «Estudantes e Trabalhadores, Unidos na Luta» e «Contra o Controlo e o Sectarismo, Unidade e Luta», pela J.S.D., com apoio da J.S., Obteve 1247 votos, contra os 866 conseguidos pela U.E.C..

Recordamos que à primeira volta das eleições concorreram cinco listas — além das já referidas, uma da U.D.P., outra do P.S. e outra do M.R.P.P., tendo sido apuradas as duas mais votadas para a segunda volta.

No I.S.C.T.E. (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa) a lista proposta ganhou as eleições para a Assembleia de Representantes.

No entanto, a soma de votos conseguidos pelo M.E.S. e pela U.E.C. é superior ao alcançado pela lista de direita.

A J.S.D. obteve 521 votos, o M.E.S. 475 votos e a U.E.C. 181, donde também no I.S.C.T.E. a maioria da Assembleia de Representantes será de esquerda.

SINDICATO DE GARAGENS, POSTOS DE ABASTECIMENTO, TRANSPORTES E OFÍCIOS CORRELATIVOS DO CENTRO E SUL

COMUNICADO

Em face de mais um assalto verificado a um posto de abastecimento só possível devido à falta de policiamento e desinteresse das autoridades, este Sindicato exige que sejam tomadas imediatamente medidas que ponham cobro a estes assaltos.

No caso de se continuar a verificar o mesmo desinteresse das autoridades pela segurança dos nossos associados que prestam serviço nos postos de abastecimento, este Sindicato poderá ver-se forçado a promover uma paralisação da venda de gasolina a partir das 21 horas.

Lisboa, 8 de Março de 1977

O PRESIDENTE DA DIRECÇÃO

José Eduardo M. Borges

Sindicato dos Trabalhadores Gráficos do Sul e Ilhas Adjacentes

CONTRATO COLECTIVO DE TRABALHO VERTICAL — CARTONAGENS E AFINS

Convocam-se todos os trabalhadores residentes em Tomar e arredores, para reunirem no dia 10 do corrente, às 21 horas, na Delegação do Sindicato dos Empregados do Comércio, sita na Avenida Egas Moniz — Tomar, para discussão e análise do contrato em tópico, e formas de luta.

A DIRECÇÃO

PUB

SINDICATO DOS PROFESSORES
da Grande Lisboa

CONVOCATÓRIA

I – Convocam-se todos os professores do CPES e ES para um PLENÁRIO do Sector a realizar na próxima 5.ª feira, dia 10 de Março às 20.30 horas na Reitoria da Cidade Universitária com a seguinte OT:

Medidas a tomar sobre o Decreto-Lei 77/77 que regulamenta o concurso de efectivos do CPES e ES.

II – Convocam-se todos os professores de todos os sectores de ensino para um PLENÁRIO sindical a realizar no mesmo dia e local às 21.30 horas com a seguinte OT:

– Medidas a tomar sobre:
a) Letra das ex-Regentes escolares do Curso Especial do Magistério.
b) Pagamento aos professores do ensino especial.
c) Despacho 21/77 sobre a dispensa de horas aos delegados sindicais.
d) Despacho 17/77 sobre reuniões nas escolas.
e) Portaria 90/77 sobre a classificação de "apto".

NOTA: Os professores têm que ter a quota de Novembro/76 paga.

A DIRECÇÃO

PUB

transfec
transportes rodoviários, s. a. r. l.

CONVOCATÓRIA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Convoco a Assembleia Geral Ordinária da sociedade TRANSFEC – Transportes Rodoviários, S. A. R. L., a reunir na sede social em CUCENA, Paio Pires, Seixal, pelas 10 horas do dia 26 de Março de 1977, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

a) Análise, discussão e votação do Relatório, Contas, Balanço e demais documentos apresentados pelo Conselho de Administração e referentes ao exercício de 1976;
b) Análise, discussão e votação do Relatório e parecer do Conselho Fiscal;
c) Eleição de lugares vagos dos corpos gerentes à data da Assembleia;
d) Eleição dos membros que constituirão a Comissão a que se refere o Art.º 22 do nosso Pacto Social.

Cucena, Paio Pires, 8 de Março de 1977

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
António Albano Cid de Carvalho Leitão

PUB

UNIÃO DOS SINDICATOS
DO DISTRITO
DE SETÚBAL
CONVOCATÓRIA

Convocam-se todas as Comissões de Trabalhadores e Delegados Sindicais para plenários a efectuar nos seguintes locais:

SETUBAL – União dos Sindicatos – INATEL dia 12/3/77, pelas 10 horas
ALMADA – Sociedade Filarmónica União Artística Piedense, dia 10/3/77, pelas 21 horas
BARREIRO – Sindicato das Carnes, dia 12/3/77, pelas 10 horas
MONTIJO – Sindicato das Carnes, dia 12/3/77, pelas 10 horas

Ordem de Trabalhos: Legislação de trabalho a ser discutida na Assembleia da República.

NÃO FALTES!

A UNIDADE NA ACÇÃO, A FORÇA DOS TRABALHADORES!

A DIRECÇÃO

OLIVA

Ameaça de desemprego para 2500 trabalhadores

. O Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro lançou um apelo a todos os Sindicatos e a todos os trabalhadores para que se solidarizem e apoiem os 2500 trabalhadores da «Oliva — Indústrias Metalúrgicas S.A.R.L.», que se batem ela sobrevivência da empresa, em precária situação.

Em comunicado, o Sindicato narra a história da Oliva, «empresa próspera e estável» até 1969, ano em que foi comprada pela multinacional ITT. Logo no ano seguinte, em 1970, a situação económica da empresa começa a degradar-se, sendo o primeiro sintoma a extinção do sector de produção de máquinas de costura que «ocupava cerca de um quinto dos trabalhadores da empresa, ao mesmo tempo que a ITT passa a comercializar em Portugal máquinas de costura importadas». Entretanto, a ITT, lança uma fábrica de torneiras subordinada à empresa da Alemanha Federal Grohe, de cujo capital aquela multinacional detem 51 por cento. «Através de um subcontrato», rossegue o comunicado «as torneiras portuguesas facturadas, as mais das vezes, a preços inferiores ao custo abastecem os mercados europeus, propiciando chorudos lucros à Grohe alemã. Este rendoso negócio, autêntico filão de ouro de S. João da Madeira, fez perder a cabeça aos senhores da ITT que, esquecendo as mais elementares regras de gestão de empresas, iniciaram uma indiscriminada campanha de recrutamento, chegando ao cúmulo de premiar com 2500$00 todo o trabalhador da Oliva ou seu familiar que recrutasse mais um trabalhador para a Oliva... isto era assim em 24 de Abril de 1974...»

Depois do 25 de Abril, esta empresa florescente passa a «superdimensionada», com «grandes dificuldades económicas» cuja salvação estaria no despedimento de mil trabalhadores ou de pelo menos 450 ou quinhentos, e na concessão de um empréstimo de cento e cinquenta mil contos, pela Caixa Geral de Depósitos. (Segundo o comunicado do Sindicato dos Metalúrgicos, a Oliva deve à Banca Nacional trezentos e setenta e dois mil contos e à Previdência mais de cem mil).

Em Agosto de 75, «talvez por o Governo de então não ter cedido às suas acções sabotadoras», a ITT retira o apoio administrativo e financeiro às empresas do grupo instaladas em Portugal. A Oliva era então uma empresa tecnicamente falida, sem carteira de encomendas, sem dinheiro, com centenas de trabalhadores desocupados. Sofre intervenção estatal e os trabalhadores conseguem recuperar em parte a situação da empresa, reduzindo o número de trabalhadores inactivos, conseguindo uma carteira de encomendas superior a 300 mil contos, aumentando a produção e as vendas, colaborando e preparando projectos de reconversão económica, «não exigindo grandes investimentos, nomeadamente, a retomada do fabrico de máquinas de costura, o relançamento do sector de torneiras, etc que, a concretizar-se, absorveriam a mão-de-obra disponível e possibilitariam a criação de novos postos de trabalho».

Entretanto, a média mensal de vendas subiu de 40 mil contos para 65 mil contos nos dois meses últimos de 1976. As vendas de Janeiro de 77 foram de sessenta mil contos.

Os trabalhadores, apesar da insegurança em que vivem, de não terem recebido subsídio de Natal e serem pagos mensalmente com atraso, continuam a trabalhar afincamente. «Porém, isto não é tudo», alerta o Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro. «É necessário que as instâncias oficiais, o Governo, intervenham decisivamente num problema que a manter-se, descambará no colapso económico que já se vislumbra, no desemprego, na miséria de milhares de famílias». É nesta perspectiva que o Sindicato apela à solidariedade dos Sindicatos e dos Trabalhadores.

Delegação portuguesa à Confederação Sindical

. Educação Sindical e higiene e segurança no trabalho foram os dois temas em debate na II Conferência Europeia dos Sindicatos, realizada em Genebra, segundo declarou à sua chegada ao aeroporto da Portela, Álvaro Rana, membro da delegação da C.G.T.P.-I.N. que participou nos trabalhos.

Álvaro Rana considerou o primeiro tema extremamente importante, tendo revelado à Anop que a delegação portuguesa apresentou a «experiência concreta portuguesa ligada a uma prática que os trabalhadores foram obrigados a seguir após o 25 de Abril, que foi o controlo operário».

Kalidás Barreto, outro membro do secretariado da C.G.T.P.-I.N. integrado na delegação portuguesa à conferência, declarou por seu turno que «na maioria dos países ali presentes, há já um certo avanço quanto aos aspectos de higiene e segurança no trabalho com uma forte participação dos trabalhadores. Creio que as conclusões a que se chegou recomendam aos países aderentes a aplicação gradual do que lá foi deliberado».

Para a próxima conferência europeia de sindicatos foram já propostos alguns temas para discussão, como sejam o problema das multinacionais, dos despedimentos e do desemprego.

Constituiram a delegação da C.G.T.P.-I.N. que ontem regressou, além de Rana e Kalidás Barreto, Manuel Correia, Rogério Torres e Augusto Silva.

NOTA OFICIOSA
Construção Civil

Do Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção recebemos a seguinte «nota oficiosa»:

«Têm vindo a decorrer no Ministério da Habitação diversas reuniões, com vista a equacionar alguns problemas do sector da construção civil e a discutir a possibilidade de aplicação de uma nova tabela salarial.

São de destacar de entre os contactos havidos os seguintes:

— Reunião no dia 2 de Março de 1977, a partir das 18 horas, com a Comissão Negociadora Sindical do CCTV da construção civil, para análise da nova tabela salarial, retroactividade da sua aplicação e prosseguimento da discussão de um Contrato Colectivo de Trabalho Vertical para o sector;

— Reunião no dia 4 de Março, a partir das 12 horas, com a lista B do Sindicato da Construção Civil de Lisboa, para análise de vários problemas que preocupam a classe;

— Reunião no dia 4 de Março, a partir das 16 horas, com a Associação de Empreiteiros de Obras Públicas, Públicas do Sul, Associação Nacional de Emprenteiros de Obras Públicas, Associação dos Industriais da Construção de Edifícios e Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas do Norte, para análise de medidas de revitalização do sector, discussão da nova tabela salarial, rediscussão da nova tabela salarial, rediscussão da sua aplicação e prosseguimento da discussão de um Contrato Colectivo de Trabalho Vertical para o sector.

— Em todas estas reuniões o trabalho desenvolvido permite concluir ser possível chegar a um acordo final sobre as medidas a tomar, de forma a conseguir-se a aceitação pelas partes de uma nova tabela salarial, a publicar na próxima semana.

— As reuniões irão prosseguir nos dias 7, 8 e 9 de Março.»

METALURGIA
METALOMECÂNICA

UM SÓ PAÍS!
UM SÓ CONTRATO
UMA SÓ LUTA!

Contrato Colectivo
Vertical Nacional
para toda a Metalurgia
e Metalomecânica
do Continente e Ilhas

GREVE NACIONAL

QUINTA-FEIRA, 10 DE MARÇO,
DAS 15 H ÀS 17 H
EM FRENTE PELO CCTV!
VAMOS AO COMBATE!

8 de Março 1977

A COMISSÃO NEGOCIADORA SINDICAL

Moagens param amanhã por novos salários

Os trabalhadores dos sectores de Moagens, Descasque de Arroz, Alimentos compostos e Massas Alimentícias do Centro e Sul do País, fazem amanhã à tarde uma paralisação de 4 horas, como forma de pressionar a publicação da Portaria de Regulamentação de Trabalho que actualizará os seus salários, em vigor desde 1-3-75.

No caso de não haver resposta à sua reivindicação, os trabalhadores voltarão a paralisar no próximo dia 17, durante 6 horas, conforme foi confirmado esta manhã em conferência de Imprensa no Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Centro, Sul e Ilhas Adjacentes e Moagens do Centro e Sul.

A paralisação de amanhã no entanto não se efectuaria se até hoje, dia 9, o Governo desse garantias de publicação da portaria no próximo boletim do M.T. Idêntica posição dos trabalhadores se verifica relativamente à paralisação do dia 17, se até ao dia 15 o Governo der garantias de que a portaria será publicada no boletim do MT de 22 de Março. Nesse caso, a Direcção sindical publicará no dia 16, nos órgãos de comunicação, a suspensão da greve. Entretanto, os trabalhadores não realizarão horas extraordinárias.

Esta forma de luta resulta de uma proposta em plenário de delegados sindicais, discutida e aprovada em plenários de empresa e de zona, em que se exigia a publicação da portaria até ao passado dia 1.

Esta luta é empreendida atinge 4000 trabalhadores e 14 empresas nos distritos de Leiria, Lisboa, Évora, Portalegre, Santarém, Setúbal, Beja e Faro. A proposta sindical de revisão do CCT foi entregue no MT em Abril de 76. Parte do clausulado foi negociado directamente mas devido a boicotes sucessivos das entidades patronais, o clausulado relativo a tebelas, subsídios, controlo de actividades da empresa, cessação do contrato, entre outras matérias, foram remetidos para uma comissão técnica, que elaboraria uma portaria de regulamentação.

AJUDANTES DE FARMÁCIA

Posição do patronato levanta hipótese de greve

A direcção do Sindicato dos Ajudantes de Farmácia do Sul e Ilhas admitiu, em conferência de Imprensa ontem realizada na sua sede, que vinha em breve a ser desencadeada uma greve no sector como forma de levarem o patronato a rever a sua política no que respeita às farmácias de serviço e ainda quanto à emissão de cadernetas dos profissionais de farmácia.

O problema das farmácias de serviço agudizou-se recentemente em consequência da apresentação do relatório final de um grupo de trabalho nomeado pelo secretário de Estado da Saúde para estudar a questão. Esse relatório, acompanhado de uma proposta de regulamentação, já enviada à Direcção-Geral de Saúde, foi classificado, na reunião ontem efectuada pelos representantes dos trabalhadores, como sendo «uma vergonha para o interesse público, um atentado à saúde pública.»

No entanto, segundo averiguámos esta manhã, as formas de luta previstas pelo Sindicato dos Ajudantes de Farmácia só deverão ser desencadeadas se dentro de um prazo razoável não for tomada uma decisão governamental que resolva os dois problemas em aberto. Assim, aquele sindicato, a pedido do director-geral de Saúde, apresentará em breve a sua posição relativamente ao assunto.

O grupo de trabalho que agora apresentou as suas conclusões teve a participação de representantes da Direcção-Geral de Saúde, Associação Nacional de Farmácias, Ordem dos Médicos, Ordem dos Farmacêuticos e Sindicato dos Ajudantes de Farmácia. No entanto, o representante deste último organismo passou logo na segunda sesão a participar nas reuniões com o estatuto de observador para «não dar aval às manobras do patronato».

Aliás, a posição crítica do sindicato iniciou-se logo com a constituição daquele grupo de trabalho, uma vez que nele encontraram assento duas «organitações patronais», Ordem dos Médicos e dos Farmacêuticos, que foram identificados com os mesmos interesses, enquanto apenas um sindicato poderia participar nas «negociações». Ficaram assim excluidos organismos como o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Indústria Farmacêutica e o dos Profissionais de Farmácia do Norte.

A perspectiva de greve que se abre após a conferência de Imprensa ontem realizada, é agravada com o resultado de uma Assembleia Geral efectuada pelos profissionais de farmácia do Norte, na qual foi decidido conceder um prazo até ao dia 31 do corrente mês para que o patronato dê cumprimento ao Contrato Colectivo de Trabalho, aprovado em P.R.T. de Novembro do ano passado.

De acordo com as afirmações ontem feitas pela Direcção do Sindicato dos Ajudantes de Farmácia, a proposta de regulamentação dos turnos apresentada pelo Grupo de Trabalho «é, com ligeiras alterações, o proposto pela associação patronal e, como é de prever, não representa mais do que defesa dos interesses comerciais dos grandes proprietários de farmácia».

A crítica feita pelos sindicalistas indica que se fosse aplicada tal proposta, cerca de 95 por cento das localidades portuguesas ficariam privadas de farmácias de serviço, enquanto na prática desapareceriam os turnos da noite. Por exemplo, grandes cidades como Setúbal, Coimbra e outras, ficariam durante a noite com uma única farmácia de serviço.

O rebatido argumento de incapacidade económica interposto pelo patronato foi-o mais uma vez, com o argumento de que nunca se obtiveram tantos lucros neste ramo, o que é provado pelo número de trespasses de estabelecimentos feitos nos últimos meses.

À ESPERA DO C.C.T.V. HÁ 22 MESES

Metalúrgicos paralisam amanhã durante duas horas

Os trabalhadores do sector metalúrgico e metalomecânico decidiram paralisar a sua actividade por um período de duas horas, das 15 às 17, a nível nacional, como forma de luta visando a assinatura (finalmente) de um contrato colectivo vertical, de âmbito nacional, cujas negociações se arrastam desde Maio de 1975 e chegaram ao ponto de ruptura no passado dia um.

A Comissão Negociadora Sindical tem, entretanto, audiência marcada para esta tarde com o subsecretário de Estado do Trabalho, para debate da actual situação de impasse. A CNS pediu ainda audiências (por enquanto sem data marcada) ao Presidente da República, Primeiro-Ministro e Comissão Parlamentar de Trabalho da Assembleia da República.

Conforme os sindicatos, o patronato recusa-se a aceitar a definição de um tempo-limite para as negociações, o que se traduz num arrastar indefinido das mesmas. Por outro lado, enquanto os patrões propõem aumentos salariais da ordem dos 7 por cento, os trabalhadores, alegando o sucessivo aumento do custo de vida, batem-se por um aumento de 20 por cento. Outro ponto de divergência: Os efeitos de rectroactividade do novo contrato. A CNS propõe seis meses e o patronato três.

Perante aquilo que consideram o boicote patronal às negociações, os metalúrgicos procuram, com a paralisação de amanhã, conseguir que o Governo resolva administrativamente o problema, através de uma Portaria de Regulamentação de Trabalho e dê, ao mesmo tempo, garantias de que ela será cumprida. Manifestam porém a consciência que esta solução não deixará de ser aproveitada pelos patrões para responsabilizarem o Governo por alegada desestabilização no sector.

«Nenhum trabalhador está interessado na desestabilização» — reitera a CNS. «Ao contrário, os operários são os primeiros a não querer que as empresas vão à falência, pois elesseriam as primeiras vítimas. Mas não podem aceitar as propostas patronais, as quais, a serem postas em vigor, significariam um real abaixamento de salários para os cerca de 200 mil trabalhadores do sector». A prova de que a CNS está animada de boa vontade na continuação das negociações estaria na cedência relativa aos rectroactivos de Junho a Novembro: o equivalente a perto de um milhão e 800 mil contos.

As negociações para o CCT vertical e nacional iniciaram-se em Maio de 1975. Em Agosto do mesmo ano, o Ministério do Trabalho assinou uma PRT que incluia as tabelas salariais, horários, férias, etc. Procurando obrigar o patronato ao seu cumprimento, os trabalhadores desencadearam uma greve nacional em Outubro. Em Março de 1976, o M.T. conseguiu o reatamento das negociações, que voltaram ao impasse em Janeiro passado. Após seis reuniões de conciliação, foi a ruptura oficializada no passado dia 2.

O ARGUMENTO DA «POLÍTICA»

Para as associações patronais, a paralisação prevista para amanhã é uma atitude «política, que se define fundamentalmente contra a recuperação económica do País». De notar que este argumento é tirado a papel químico daquele que foi utilizado pelo ministro do Trabalho a respeito da greve dos têxteis e pelo ministro da Habitação para a recente paralisação na construção civil. Contrariamente ao que foi afirmado durante a conferência de Imprensa dada ontem no Porto pelos patrões, a CNS reafirma que os operários metalúrgicos são os primeiros interessados no aumento da produção e da riqueza, no relançamento da nossa economia.

Como seria de esperar, as associações patronais não se esqueceram de invocar, nele limpando as mãos, o Dec.-Lei 49-A/77, que impede aumentos salariais superiores a 15 por cento.

Marconi suspende comunicações durante quatro horas

«A paralisação desta tarde deverá ser cumprida por todos aqueles que se vincularam a essa decisão na reunião geral de trabalhadores efectuada no dia 4. Evidentemente que há a faculdade de só paralisar quem quiser» — afirmou-nos esta manhã um elemento da Comissão Sindical Negociadora do Acordo Colectivo de Trabalho para os funcionários da Marconi.

No entanto, o apoio da direcção do Sindicato dos Profissionais de Telecomunicações e Radiodifusão só dará o seu apoio oficial a esta paralisação depois de ter sido confirmada, por auscultação nos locais de trabalho, sobre se a maioria apoia a decisão tomada em R. G.T. Aquele Sindicato emitiu ontem um comunicado sobre o caso Marconi em que, ressaltando a luta que ali se verifica, assinala que a radicalização das posições (administração-trabalhadores) «pode levar os trabalhadores a entrar em greve muito proximamente».

Diz-se no documento: «A direcção fará a declaração de greve se verificar que a maioria dos trabalhadores da Marconi a ela adere. Nesse sentido, solicitou nas R. G. T.'s que os delegados sindicais fizessem uma auscultação a todos os trabalhadores para que assim se assegurasse que a greve teria os efeitos que dela se esperam e não viesse a redundar em fracasso, arrastando os trabalhadores para uma situação mais difícil que a actual».

Essa auscultação decorria esta manhã, estando no entanto prevista a paralisação quaisquer que fossem os resultados obtidos. Este processo de luta destina-se a pressionar a administração da empresa e o ministro de tutela (dos Transportes e Comunicações) nas negociações que decorrem com vista ao novo A. C. T.

Agentes de viagem "fecham" esta tarde

Os trabalhadores das agências de viagem retomam hoje a sua luta com paralisação geral esta tarde, depois de a terem suspenso até ontem, período em que aguardaram que os órgãos do Poder se pronunciassem sobre o conflito laboral do sector.

Durante a paralisação, os trabalhadores reunirão em plenários para decidir como irão prosseguir a sua luta pela publicação da portaria de extensão do C.C.T. já negociado às empresas privadas. Antes da suspensão da luta, os trabalhadores tinham decidido que caso o Governo não desse resposta favorável às suas reivindicações, efectuariam paralisações regulares, com apenas oito dias de aviso prévio, das quais dariam conhecimento às agências noticiosas estrangeiras, órgãos da especialidade e operadores de turismo.

Recentemente, enquanto as paralisação estiveram suspensas, a Comissão Negociadora Sindical apresentou «dossiers» do processo ao Primeiro-Ministro, Presidente da República, Presidente da Assembleia da República e órgãos do Poder. Até ontem, não havia qualquer resposta, pelo que os trabalhadores prosseguirão hoje a luta.

Reintegração dos suspensos normaliza situação na Carides

Um dos administradores da empresa têxtil Carides (Pousada de Saramagos) ameaçou ontem à noite, de pistola em punho, o delegado sindical Manuel Coelho, ilegalmente suspenso da firma pouco depois de juntamente com os restantes cinco suspensos ter retomado o trabalho.

A cena passou-se na presença de outro administrador, que interpelou o delegado, obrigando-o a sair das instalações da empresa, conforme nos afirmou um dirigente sindical. Ante as ameaças, os trabalhadores foram alertados, tocou-se a sirene e, dentro em pouco, os patrões fugiam de automóvel.

Esta atitude desesperada dos patrões ocorreu, segundo um dirigente sindical, depois de não terem conseguido que a G. N. R. interviesse para expulsar os «suspensos» da fábrica.

Com a retomada de funções dos «suspensos» a Carides entrou em laboração total.

SOLTAS

BANCÁRIOS

Desmentindo conotações políticas que lhe foram atribuídas por determinados órgãos de Informação, os elementos da lista D, candidata aos corpos gerentes do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas divulgou um esclarecimento público no qual reafirma o seu carácter unitário. A lista D reune «sindicalistas pertencentes a várias organizações políticas, incluindo o P.C.P., e outros sem quaqluer filiação partidária, não existindo maioria de alguma das correntes sindicais representadas. Com tal constituição teve-se em vista conseguir uma efectiva autonomia face às diversas organizações politicas, por se afigurar esta única forma de mobilizar os trabalhadores do sector para um projecto que sirva coerentemente os seus interesses de classe e a sua unidade».

QUADROS DO ESTADO

Elementos da comissão coordenadora do Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado, em constituição, divulgaram ontem, num encontro com a Imprensa realizado no Centro Empresarial Sinase, os objectivos daquele organismo, que negam tratar-se de uma organização paralela muito embora a função pública disponha já das suas organizações de classe a nível nacional. Aquele sindicato englobará funcionários das letras superiores da administração local, regional e central, propondo-se obstar à «degradação dos quadros», que se consideram mal pagos.

REFORMADOS

A comissão coordenadora do Movimento Nacional de Reformados decidiu pedir aos órgãos do poder a imediata revogação da portaria n.º 94/77 e exigir que o Ministério dos Assuntos Sociais consulte os reformados em tudo o que lhes diz respeito. Na sua reunião de ontem, a coordenadora do M.N.R. decidiu, ainda, realizar um encontro com a comissão administrativa da Caixa Nacional de Pensões, para solicitar esclarecimentos pendentes, e apoiar as formas de luta a empreender no próximo dia 24 pelo M.D.M. contra a carestia de vida.

HOTELARIA

Para analisar a forma como estão a decorrer as negociações do C.C.T.V. da indústria hoteleira reunirá em Lisboa, no próximo sábado, um plenário geral de sindicatos do sector, que decidirá das medidas a adoptar para imprimir maior celeridade ao processo de contratação.

LISTA UNITÁRIA

Por larga margem de votos, foi eleita a lista unitária para a comissão de trabalhadores dos Serviços Médico-Sociais do distrito de Aveiro, que se propõe melhorar a eficiência dos serviços, com vista à melhoria da qualidade geral de vida dos trabalhadores.

HOMENS DE LEIS CHAMAM-LHE "UI

O "Relatóri e a legalida

O «Relatório das Sevícias» é hoje um nada jurídico, sobre o qual não se funda legitimamente qualquer crédito. Ou melhor: é uma ofensa que impunemente continua como sintoma cruel de uma Democracia que hesita entre uma esperança possível e um novo «Tempo do Desprezo».

A afirmação é subscrita por dezasseis conhecidas personalidades da cena política e jurídica portuguesa, entre as quais se contam nomes como os dos professores Teixeira Ribeiro, vice-primeiro-ministro no V Governo Provisório, e Orlando de Carvalho, encontrando-se contida num importante documento que transcrevemos na íntegra e em que se faz a apreciação jurídico-constitucional ao chamado «Relatório das Sevícias».

Começando por destacar que «a Comissão (entenda-se: a Comissão de Averiguações da eventual ocorrência de factos susceptíveis de serem considerados ilícitos) e o seu trabalho deviam ser um exemplo de afirmação da legalidade democrática», o documento coloca várias e fundamentadas objecções à existência de tal situação, acrescentando, mais adiante, que «o que resulta (resultou) em definitivo, é (foi) um libelo acusatório sem a mínima consistência do ponto de vista jurídico contra os primeiros anos da Revolução em Portugal».

APRECIAÇÃO JURÍDICO-CONSTITUCIONAL

1. Por resolução do Conselho da Revolução de 19 de Janeiro de 1976 foi criada uma Comissão de Averiguações da eventual ocorrência de factos susceptíveis de serem qualificados como ilícitos, cometidos por autoridades militares entre 25 de Abril de 1974 e a data em que se criou a referida comissão, e relativos a alegadas violências sobre presos sujeitos a essas autoridades.

No preâmbulo de tal resolução, publicado no «Diário do Governo», I Série, de 29 de Janeiro do mesmo ano, aludia-se às «queixas que têm chegado ao Conselho da Revolução, e de que a Imprensa se tem feito eco», sobre prisões arbitrárias, falta de garantias judiciárias, torturas, tratamentos cruéis, etc., e à preocupação que despertaram esses rumores uma vez que «a instituição de um sistema politico-jurídico em que se verificassem o respeito pela pessoa humana e as garantias constantes da Declaração Universal dos Direitos do Homem foi uma das mais nobres finalidades da Revolução de 25 de Abril». Resulta assim que o que o Conselho pretendia era saber se havia sérios indícios de violação dos valores que devem presidir à instituição desse sistema politico-jurídico, contribuindo, portanto, com esta nova Comissão, para o nobre propósito de instaurar um tal sistema no quotidiano da convivência entre os portugueses. A Comissão e o seu trabalho deviam ser um exemplo de afirmação da legalidade democrática.

2. Isto exigia, obviamente, um certo numero de requisitos quanto à composição, à função e à concreta actuação da comissão constituída nesse momento — dados os riscos inerentes a um inquérito **ad hoc** feito num período ainda tão conturbado pelos sucessos do 25 de Novembro e as inevitáveis sequelas desse maremoto politico.

Importava, realmente, que a Comissão fosse composta por pessoas acima de toda a suspeita de fazerem inflectir os resultados do inquérito (ainda que por causas em si mesmas legítimas).

Importava que a Comissão se limitasse à pesquisa daqueles sérios indícios de que falámos no número anterior, não usurpando as funções de qualificação das ocorrências, do ponto de vista criminal ou do ponto de vista disciplinar, que é da competência de órgãos jurídicos próprios, e muito menos de responsabilização das entidades virtualmente envolvidas nos acontecimentos em jogo e que não podem ser objecto de qualquer juízo de mérito a não ser nas instâncias que a lei geral institui.

Importava, por fim, que a Comissão se restringisse estritamente aos preceitos da lei — não fazendo doutrina por sua conta e risco para conseguir ampliar o número de pretensos delitos — e que na pesquisa dos factos seguisse um critério rigoroso de fidelidade ao direito probatório, nunca sacrificando, por isso, a outro compreensível interesse (fosse o clamor de uma suposta opinião pública, ou fosse, inclusive, o desejo de concluir o inquérito dentro do prazo marcado pelo Conselho da Revolução) o interesse, devido à Justiça e à História, de não imputar a ninguém senão o que objectivamente se provou. Se não há meios ou não há tempo para isso, a única conclusão admissível é justamente o **non liquet**.

Só nestes termos a comissão e o seu trabalho constituiriam o exemplo de respeito pela Pessoa e pela Declaração Universal dos Direitos do Homem que se diziam infringidos por autoridades militares. E só assim se atingiria o propósito que o CR claramente assinou à Comissão: «averiguar as infracções que tenham sido cometidas, para posterior procedimento penal disciplinar, a cargo dos órgãos competentes» para isso (cfr. o preâmbulo da resolução do Conselho de 19 de Janeiro de 1976). Quer dizer: não só não se substituir aos competentes órgãos de instrução e decisão, promovendo antecipadamente qualificações categóricas ou formulando juízos incriminadores de pessoas, como agir com o máximo de insenção e de cautela no apuramento das infracções presumíveis — dos factos presumivelmente qualificáveis como infracções, que era o que a comissão poderia legitimamente apurar, dado não possuir, como vimos, competência instrutória — uma vez que se sabia que das averiguações a fazer decorreria eventualmente a instauração de processos. Pois para isso — para promover eventuais processos, de natureza disciplinar ou criminal — é que precisamente se fazia aquele inquérito sumário: não para satisfazer as reclamações da voz pública ou para se tirarem efeitos de carácter político. Por conseguinte, uma averiguação cuidadosa e extremamente discreta das conclusões a extrair. O inverso da criação potencial de um clima antecipado de «perda de paz» ou «da honra», no estilo das conhecidas instituições medievais recentemente redescobertas pela história hitleriana — o inverso da criação de um clima generalizado de **vendetta** que distraísse as instâncias de instrução e decisão da conduta serena que é indispensável à justiça.

3. Infelizmente, logo pelas pessoas que a compunham a comissão não estava acima de toda a suspeita, no sentido que se exige para a composição dos tribunais. Sem pôr em causa a honorabilidade de alguém, é indiscutível que o facto de se ser advogado de pessoas detidas pelas autoridades militares cuja actuação constituia objecto de inquérito, era razão bastante para excluir da comissão um dos juristas que intervieram na mesma. Como as relações de família com outra pessoa detida recomendavam a exclusão de outro desses juristas, por mais isento e objectivo que fosse. Pois, como diz o aforismo latino, não basta que a mulher de César seja honesta; é preciso parecê-lo. Esta prudência mínima não a teve o CR, comprometendo desde logo a credibilidade da comissão. E — o que é pior — a legalidade exigível, atento o disposto da nossa lei do processo sobre impedimentos e suspeições judiciais (cfr. a CPC, art.ºs 122.º e segs. e o CPC, art.ºs 104.º e segs.)

4. Mais grave, porém, é a ideia que das suas funções teve a Comissão referida e que resulta do cap. II (**Generalidades**) do respectivo relatório.

Se no n.º 6 (pág. 8 e seg.) parece ter a consciência precisa de que a sua função era apurar os indícios que deveriam em procedimento ulterior, a cargo, designadamente, da Polícia Judiciária Militar, ser objecto de pertinente instrução, no n.º 3 (pág. 7) defende uma doutrina extremamente inquietante e que de nenhuma forma autorizam, quer o preâmbulo citado da resolução do CR, quer o ideal de um sistema político-jurídico em que se verifiquem o respeito pela pessoa humana e pela Declaração Universal dos Direitos do Homem que se erigiram como lema da iniciativa deste inquérito. Diz-se aí que «o trabalho da Comissão só não foi exaustivo porque, para o ser, teria de demorar largo tempo, com utilização de meios de investigação, pessoais e materiais, **que não se ajustariam à natureza de um inquérito deste teor, necessariamente rápido para que os seus resultados não fossem apresentados quando a matéria a investigar já estivesse ultrapassada ou, até, esquecida por novos acontecimentos da vida nacional**»! (o frisado é nosso).

Não resta dúvida de que o que aí se procura é um inquérito **a quente**, no rescaldo de certos acontecimentos políticos e beneficiando do clima de paixão ou de histeria que com eles notoriamente se gerou — o que suscita os receios mais sérios sobre a isenção e o sentido das averiguações que se empreenderam. Quis-se verdadeiramente ajudar a justiça ou quis-se especular tendenciosamente à sua sombra? Não é de ciência ou de sabedoria comum que a justiça só ganha com uma distanciação do julgador das circunstâncias que trouxeram certos factos à ribalta e que produzem um empolamento dos mesmos, deformando a «leitura» de quem tem que decidir? Onde a humilde pesquisa dos factos virtualmente qualificáveis como delitos, onde a busca serena de uma verdade objectiva a integrar ulteriormente pelos órgãos de instrução, a quem urge fornecer, são panorâmicas vagas e necessariamente impressionistas, mas a simples nudez dos indícios concretos zelosamente e imparcialmente averiguados?

Escolhendo este «inquérito» **a quente**, não admira que a Comissão se afastasse do apuramento rigoroso da verdade objectiva — do que lhe impunham a resolução do Conselho e os mais singelos princípios do Estado de Direito — para cair nas deduções apriorísticas e nas visões generalizantes de cariz ideológico. É o que aliás, mais ou menos confessa no n.º 7 do mesmo cap. II (pág. 9): «A Comissão conduziu as suas averiguações não tanto com o propósito de esclarecer na máxima profundidade as queixas concretas que lhe foram chegando, bem como as de que foi tendo conhecimento, mas principalmente por forma a conseguir uma visão geral do que se passa...». Um caminho metodologicamente perigoso, sobretudo quando se sabe que pode ter consequências criminais (e que de qualquer modo contende com a reputação de muitas pessoas...).

Daí à usurpação das funções que competem aos órgãos de instrução e decisão o trânsito era praticamente insensível e, podemos acrescentar, praticamente incontível. Para conseguir a «visão geral» que citámos, a Comissão tinha inevitavelmente de fazer qualificações e de proceder a incriminações extemporâneas e gratuitas, transformando o relatório num libelo acusatório que ninguém a autorizara evidentemente a produzir. A pretexto dos «factos mais significativos que considera apurados», como escreve, ainda com certa prudência, no referido n.º 7, expende por todas as rubricas as suas qualificações categóricas, reunindo nas súmulas verdadeiros elencos de delitos e reafirmando-os com força nas **conclusões finais**. Por outra via, muito embora ciente do «extremo melindre» das incriminações extemporâneas, e dos «prejuízos irreparáveis de ordem pessoal» que «poderiam resultar de diferente atitude, além de uma perniciosa influência na isenção dos que tiveram que julgar», como reconhece no cap. II, n.º 8 (pág. 9), não receia, a pretexto de «não ser possível, sem absurdo, ir mais além no grau de abstracção» (ibid. pág. 10), referir expressamente pessoas concretas como de algum modo envolvidas naqueles delitos ou crimes. Assim, as referências ao Gabinete do Primeiro-Ministro, que todos sabem quem era e que é citado nada menos de seis vezes (págs. 11, 17, 18, 34, 118 e 136), e as referências ao gabinete do almirante Rosa Coutinho que é citado cinco vezes (págs. 11, 17, 18, 118 e 136). Já não falando das referências colectivas ao **COPCON**, ao **SDCI**, ao Serviço de Coordenação da Extinção da PIDE/DGS, à Comissão **ad hoc** para o «28 de Setembro», à Comissão de Inquérito ao «11 de Março», ao RPM, ao RALIS, ao CICAP, ao Comando da Região Militar do Norte, etc. —, que convertem na prática as Forças Armadas Portuguesas, designadamente o seu sector mais dinâmico, na destruição das estruturas fascistas e na criação dos alicerces da democracia em Portugal, nas autênticas Rés deste tremendo requisitório. Sem insistir nas alusões sibilinas de págs. 31 a 38, sobre o 28 de Setembro e sobre o 11 de Março, à responsabilidade dos «mais altos escalões do Poder»...

5. Tal estratégia da Comissão Inquiridora veio a conduzir, como é lógico à aplicação de uma tática que exacerbou extremamente e grosseiramente os seus desvios. Substituindo-se ao critério da lei (ou à jurisprudência que legitimamente a interpreta) para ampliar o elenco das presumíveis infracções; desprezando todas as regras de processo no apuramento da existência dos factos; sacrificando o rigor da pesquisa — e a modéstia e discreção que ela envolve — em benefício de grandes visões de conjunto que perigosamente «colou» a acontecimentos de ordem política e à controvérsia ideológica que tem dividido os portugueses (veja-se o método escolhido no cap. II, n.º 7, e praticado efectivamente nas restantes rubricas), a Comissão resvalou pura e simplesmente no arbítrio, convertendo o inquérito num lamentável pretexto para acusar gratuitamente tudo e todos (de entre os que tinham por «inimigo principal» naquele momento da vida do País).

Para alargar os presumíveis delitos, avança a sua interpretação da lei sobre a «associação de malfeitores» e sobre as sabotagens económicas (ver págs. 12 e segs. do cap. III do relatório). Ora a «medida imediata» do n.º 2 al. d), do Programa do MFA, com o seu período indefinido de vigência, e a formulação tanto da Lei n.º 3/75 como do Dec.-Lei n.º 207-B/75, deixam sobejas dúvi-

PUB

MINISTÉRIO DA HABITAÇÃO, URBANISMO E CONSTRUÇÃO

SECRETARIA DE ESTADO DA HABITAÇÃO E URBANISMO

FUNDO DE FOMENTO DA HABITAÇÃO

ANÚNCIO

CONCURSO PÚBLICO PARA ARREMATAÇÃO DA EMPREITADA N.º 3/77 — «EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DE PENICHE II»

1. Preço base ..... 5 839 253$50
   Caução provisória ..... 145 981$30
   Prazo de execução ..... 240 dias
2. Alvará exigido
   1.ª — Subcategoria da categoria IV.
   3.ª e 4.ª — Subcategoria da » V.
   classe e subclasse correspondentes ao valor da proposta apresentada.
3. Data, hora limite e local para entrega das propostas:
   Até às 17 horas do dia 13 de Abril de 1977, no Fundo de Fomento de Habitação/Secção de Expediente Técnico, Av. Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 5-4.º andar — Lisboa.
4. Local, dia e hora do acto público do concurso:
   No mesmo edifício, 8.º andar, pelas 15 horas do dia 14 de Abril de 1977.
5. Local e horário para exame do processo: No mesmo edifício, 1.º andar, às horas normais de expediente, e na Direcção da Habitação do Centro, Av. Emídio Navarro, 90, 1.º — Coimbra.

FUNDO DE FOMENTO DA HABITAÇÃO, em 4 de Março de 1977

O DIRECTOR DOS SERVIÇOS DE OBRAS

Serafim da Oliveira
Engenheiro

QUADROS A ÓLEO

Assim como candeeiros, estatuetas, bibelotes e enorme variedade de peças de decoração, encontra na

GALERIA ACTUAL
AV. DA REPÚBLICA, 12
(Perto do Saldanha)

M NADA JURÍDICO"

io das Sevícias"

de democrática

das sobre se esssa doutrina é correcta para as sabotagens económicas que traíram a Revolução. Por sua vez, o problema da «associação de malfeitores» é também manifestamente distorcido, esquecendo-se as múltiplas organizações e **complots** que combateram e combatem a Revolução Portuguesa, servindo-se das máscaras mais quotidianas e inocentes, pelo que a utilização desse quadro relativamente impreciso para impedir a proliferação reaccionária — dentro do respeito pelas garantias da pessoa — só pode ser censurada, numa revolução em princípio, por quem não sente como sua a revolução a defender. Aliás, o simples saber-se duvidosa a interpretação que se propugna — e a Comissão evidentemente que o sabia, nem de outro modo se compreende a sua preocupação apologética — deveria impedir, as conclusões categóricas que se deduzem sobre várias detenções. Acrescente-se, ainda nesta matéria, o problema dos prazos de prisão preventiva, em presos sujeitos ao foro militar, decidido contra a jurisprudência constante do STM e com a consequente afirmação de novos delitos, e o problema do **habeas corpus** relativamente a esse foro, decidido contra a jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça como, aliás, se reconhece no relatório (cap. III p. 83). Por último, não pode deixar de referi-se a extensão do inquérito a casos abrangidos pela amnistia do Dec.-Lei n.º 729/75, de 18 de Dezembro — as infracções de disciplina anteriores a 22 de Dezembro desse ano —, insusceptíveis, como eram, de procedimento de direito e, por conseguinte, excluídos da competência da Comissão (por força, como vimos, da resolução do CR que a constituiu e definiu essa competência).

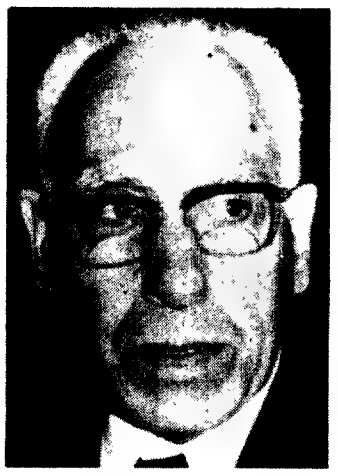
No que concerne à averiguação dos factos e à observância das regras gerais do processo, o que o relatório nos mostra é um completo desconcerto. Posto se afirme no cap. I (n.º 2, pág. 6) que os «presumíveis culpados» tiveram todas as garantias, a selecção das provas é pouco menos que nula e os «indícios» recolhem-se praticamente **ad libidum**. Ás versões dos queixosos, que desmedidamente se sucedem, só muito raro se junta a versão de um arguido ou a presença de qualquer prova testemunhal. Aliás, nem há arguidos propriamente — na acepção que a figura desempenha no processo —, mas uma onda indiscriminada de suspeitos que se transformam nas sûmulas em legiões de malfeitores. E por motivos que nos deixam surpresos: falta de preparação técnica (cap V — **Conclusões finais**, 16), dificuldade à outorga de procurações forenses (ibid. 18), divulgação das prisões por entidades não militares (ibid. 28), uso de traje civil (ibid. 20), despropositado aparato bélico (ibid. 32), falta de satisfação moral dos detidos, quando libertados sem processo nem inculpação (ibid. 36), deficiente assistência religiosa (ibid. 45), etc. Mesmo os casos de 18 e 45 são risíveis para quem conhece o regime das prisões comuns (nem é preciso falar das políticas) antes e depois desse período de «violências». E quanto à satisfação moral de 36 ou aos prejuízos materiais e profissionais de 54, quase que apetece lançar o desafio a quem alguém atire honestamente a primeira pedra (embora essas «razões» não cheguem a ser surpreendentes numa comissão que, com surpema candura, detecta a pág. 30, acerca do 28 de Setembro, «um aspecto odioso que não se verificara, no regime anterior, ao nível de empresas particulares — o da perseguição social ao preso político»!...). Enfim, sem qualquer tiragem das queixas, sem concretização, as mais das vezes, dos presumíveis agentes, sem distinção entre as espécies de autoria, sem dilucidação, ainda que mínima, do nexo casual, sem averiguação, ainda que mínima, da consistência das provas (aceita-se como prova a chamada «voz corrente», o que é uma verdadeira monstruosidade jurídica: (cfr. págs. 47 e 51). dá-se como aberta a existência de inúmeros delitos, sem excepção dos mais cruéis ou infamantes. Chega-se, incluso, a sugerir a responsabilização por duas mortes, a págs. 103 e 104 do relatório. E tudo isto no meio de uma inconsideração absoluta das circunstâncias em que os factos se produziram (se, porventura, realmente se produziram) ou da sua conversão por magia em circunstâncias agravantes. Assim, posto se saiba (pág. 134) que é necessário subtrair as autoridades à tensão provocada por frequentes queixas temerárias ou injustificadas», admira que se fosse tão pródigo na admissão das queixas em presença e tão liberal na aceitação do seu conteúdo; e que, além disso, se especulasse ainda sobre as muitas outras queixas que não teriam chegado a fazer-se com o receio de que «os carcereiros de ontem (...) pudessem regressar ao exercício das antigas funções» (pág. 7-8). Assim, a justificação dada pelo comandante do COPCON, para a atribuição a este de competência para a passagem de mandatos de busca, captura e soltura (Directiva n.º 1, de 10 Out. 74, do CEMGFA) — a recusa, por parte da PSP de Lisboa, de efectuar prisões por ordem do Serviço de Coordenação da Extinção da PIDE/DGS, e a urgência de actuação no 28 de Setembro — transforma-se, a págs. 20, num «arvorar-se» o COPCON «poderes ilimitados sobre a segurança e a liberdade das pessoas», e, a págs. 68, acerca do RPM, em «um desejo exacerbado, misto de amadorismo detectivesco e de falso impulso revolucionário, de proceder ao saneamento da criminalidade na cidade de Lisboa»!

6. O que resulta, em definitivo, é um libelo acusatório, sem a mínima consistência do ponto de vista jurídico, contra os primeiros anos da Revolução em Portugal. À volta dos três momentos mais relevantes de crise — o 28 de Setembro, o 11 de Março e o 25 de Novembro — e dos estabelecimentos e organismos mais envolvidos nos mesmos, o que se faz é um discurso polémico claramente orientado por uma nítida opção. A desvalorização do conteúdo subversivo da «manifestação da 'maioria silenciosa'» (pág. 22), com a conclusão de que «todo o processo do '28 de Setembro' foi uma violência colectiva e continuada» (pág. 31); o juízo congénere feito a propósito do 11 de Março, embora aqui, não podendo negar-se a «sublevação militar», o ataque se dirigisse para a criação de uma comissão de inquérito que se diz «dependente do Poder político» (pág. 38); por último o juízo indisscutivelmente generoso que se reserva ao 25 de Novembro, cuja Comissão de Inquérito não só já não suscita dúvidas como merece tanto crédito aos actuais inquiridores que lhes permite suprir indicações que não conseguiram por os respectivos processos estarem em segredo de justiça (pág. 61) — tudo mostra o sentido da opção que é subjacente a esse discurso polémico, que, aliás, significativamente exclui, de entre os «elementos civis (...) pertencentes a organizações partidárias» que, segundo o n.º 27 das **Conclusões finais**, «prenderam ou colaboraram na prisão de numerosas pessoas», os elementos do MRPP, que, todavia, pelas conclusões de pág. 83, relativas ao RALIS, se afirma terem intervindo em duas capturas ilícitas e até em dois crimes de cárcere privado (quando, ao invés, se mencionam supostos elementos do PCP e da UDP).

Deste modo, o relatório da chamada Comissão de Averiguações sobre Presos Sujeitos às Autoridades Militares é um documento sem credibilidade jurídica e que manifestamente incorre no mesmo vício que atribui às intenções da comissão do 11 de Março; o serem «fins oredominantemente políticos» que se pretenderam atingir com essa averiguação pré-judicial (cfr. o relatório, pág. 33). Infringindo a competência que lhe cometera a resolução do CR de 19 de Janeiro de 1976, transforma-se numa instância de instrução e decisão, sem obedecer aos princípios de direito que regulam ambas essas actividades e sem oferecer, por conseguinte, as garantias de defesa a que têm jus todas as pessoas humanas. Ainda que os relatórios pessoais que enviou à PJM sejam porventura mais completos e instruídos, é evidente que não há uma diferença qualitativa entre esta síntese e essas sínteses específicas, todas elas tributárias da mesma metodologia e do mesmo estranho designio de um inquérito **a quente** e de uma visão generalizante de cariz ideológico. De qualquer forma, este relatório está aí — com o terrível peso das suas conclusões, o seu elenco de crimes havidos por absolutamente seguros e toda a lama que atira sobre as entidades mais diversas. Com a agravante — em relação às comissões anteriores, que corajosamente se assumiram como comissões revolucionárias e, por conseguinte, como politicamente comprometidas — de esta comissão aparecer, conforme vimos atrás, como uma afirmação de um sistema político-jurídico em que se verifiquem o respeito pela Pessoa e pela Declaração Universal dos Direitos do Homem. Ou, como se escreve a págs. 142, na nota final do documento: «... a Comissão pensa que o presente relatório ficará sempre como denúncia de práticas condenáveis, atropelos às leis, desvios a um Estado democrático em que o respeito e o garante dos Direitos e liberdades fundamentais é pedra basilar (...). Assim se terá contribuído para consolidar as instituições portuguesas, a caminho de um verdadeiro Estado de Direito». O que será presunção e água benta... — para não dizer escandaloso fariseísmo.

7. É claro que, nas condições referidas, o relatório é já por si uma ofensa a direitos indeclináveis da Pessoa, além de ser um mau serviço aos organismos competentes para a instrução e o julgamento de possíveis delitos (que, se os houver, devem ser regularmente punidos). Na verdade, sendo um princípio mínimo de Direito (como hoje se afirma na Constituição da República, art.º 32.º, 2), que todo o arguido se presume inocente até ao trânsito em julgado da setença de condenação, é claro que a insinuação de que alguém cometeu qualquer facto delituoso, designadamente algum crime, antes de se ter entrado sequer na fase instrutória — como aconteceu com esta actividade de inquérito —, constitui uma ofensa à honra da pessoa ou, como diz a Constituição, à sua integridade moral (cfr. art.º 26.º, 1; não apenas ao «bom nome e reputação», do art.º 33.º, mas à «honra propriamente dita», à **dignitas humana**, que é o mais basicamente indisponível do direito à honra de cada um). Sobretudo para as pessoas directamente visadas — ou nominativamente, como no caso do almirante Rosa Coutinho, ou através das funções, como no caso do Primeiro-Ministro, do comandante do COPCON, do comandante do Forte de Caxias, do comandante do Forte Militar de Alcoentre, etc. — o relatório representa essa criação potencial de um clima de «perda de paz» ou «de honra», ou dum clima generalizado de **vendetta**, de que falámos em páginas

Continua na pag 12



Os professores Teixeira Ribeiro e Orlando de Carvalho, e os drs. Duarte Vidal e Avelãs Nunes, são quatro dos signatários do importante documento que aqui transcrevemos.

PUB

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO SUL E ILHAS

ASSEMBLEIA GERAL ELEITORAL

CONVOCATORIA

Nos termos dos Artigos 72.º e 69.º dos Estatutos, convocam-se os sócios deste Sindicato até ao número 33 486 inclusive e que estejam em pleno gozo dos seus direitos sindicais, para a Assembleia Geral Eleitoral a realizar no dia 12 DE MARÇO DE 1977

ORDEM DE TRABALHOS

ELEIÇÃO DOS CORPOS GERENTES E COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO DE TENDÊNCIAS PARA O BIÉNIO 1977/1978

Concorrem ao sufrágio 5 (cinco) Listas:

LISTA «A» PELA UNIDADE SINDICAL NA LIBERDADE
LISTA «B» PELA DEMOCRACIA PELA LIBERDADE POR UMA NOVA PRÁTICA SINDICAL
LISTA «C» POR UM SINDICATO DEMOCRÁTICO-LUTA-UNIDADE-VITÓRIA
LISTA «D» NA UNIDADE A FORÇA DO SINDICATO PARA A DEFESA DOS TRABALHADORES
LISTA «E» LUTA, DEMOCRACIA E UNIDADE

Nos termos dos Artigos 79.º e 83.º dos Estatutos, a Assembleia Geral Eleitoral funciona das 8 horas às 24 horas e os sócios votam no Distrito em que exercem a sua actividade efectiva e nos locais a seguir indicados:

DISTRITO	LOCAL DA ASSEMBLEIA	LOCALIDADE
Lisboa	Pavilhão dos Desportos	Lisboa
Angra do Heroísmo	R. Pedro de Barcelos, n.ºs 1-1.º	Angra do Heroísmo
Beja	Largo Jardim do Bacalhau, n.º 9	Beja
Castelo Branco a) Castelo Branco. Idanha-a-Nova, Serta e Proença-a-Nova	Av.ª 1.º de Maio, n.º 39-2.º Dt.º	Castelo Branco
b) Covilhã, Fundão, Tortosendo e Belmonte	R. Marquês de Ávila e Bolama	Covilhã
Évora	R. do Raimundo, n.º 95-1.º-Dt.º	Évora
Faro a) Faro, Loulé, S. Brás de Alportel, Olhão, Tavira, Vila Real de S. António, Castro Marim e Alcoutim	Rua Vasco da Gama, n.º 54-2.º Dt.º	Faro
b) Portimão, Vila do Bispo, Lagos, Monchique, Lagoa, Silves, S. B. Messines e Albufeira	Largo D. João II, n.º 35-1.º	Portimão
Funchal	Rua das Murças, n.º 25	Funchal
Horta	Largo do Bispo D. Alexandre, n.º 3-r/c	Horta
Ponta Delgada	Pr. 5 de Outubro, 9-1.º	Ponta Delgada
Portalegre	Praceta dos Lusíadas, s/n.º-1.º Esq.	Portalegre
Santarém	Largo do Seminário, n.º 22-1.º	Santarém
Setúbal	Av.ª 5 de Outubro, n.º 19-A-4.º Dt.º	Setúbal

DOS ESTATUTOS:

1 - Nos termos do Artigo 81.º a identificação dos eleitores será efectuada através do CARTÃO de SÓCIO, na sua falta por meio do BILHETE DE IDENTIDADE ou qualquer OUTRO ELEMENTO IDENTIFICATIVO com fotografia.

2 - Nos termos do Artigo 82.º dos Estatutos é permitido o voto por correspondência desde que:
a) A Lista esteja dobrada em quatro com os nomes voltados para dentro e contida em sobrescrito indivual fechado;
b) Do referido sobrescrito conste o número e a assinatura do sócio reconhecida por notário ou abonado pela autoridade administrativa;
c) Este sobrescrito seja introduzido noutro, também individual, endereçado ao presidente da respectiva Mesa de Voto por correio registado;
(Os sócios que quiserem utilizar os sobrescritos próprios já endereçados, emitidos pelo Sindicato, devem solicitá-los às Comissões Distritais ou Comissões de Delegados por Banco).

3 - Não é permitido o vóto por procuração.

Lisboa, 28/2/977

SAUDAÇÕES SINDICAIS
PELA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

"Um nada jurídico"

Continuação da pag. 11

anteriores, apontando-os virtualmente à opinião pública do País como a escória das Forças Armadas e como uma raça de sub-homens a amarrar definitivamente ao pelourinho para flagelação dos seus erros e como «aviso para o futuro» (conforme se escreve na nota final do documento). O que não se fez nem para os grandes responsáveis do fascismo, Américo Tomás e Marcelo, e se lamenta que aconteça para os ex-membros da ex-PIDE/DGS (a «caça ao Pide» a que se alude, não sem comiseração, a págs. 99-100), faz-se agora para revolucionários do 25 de Abril e para estrénuos defensores da Revolução em Portugal! Pois o relatório não ficou só no segredo da Comissão: foi transmitido, como devia, às entidades competentes para instruir e julgar aqueles feitos e, principalmente, comunicou-se ao Conselho da Revolução, de harmonia com a resolução que ordenara o inquérito. Tudo autoridades de que poderia vir a depender a segurança pessoal e profissional desses homens — como, de resto, a comissão bem sabia —, pelo que, além do ilícito civil que indiscutivelmente configura, a ofensa que o relatório constitui para a sua **dignitas humana** configura virtualmente o crime de denúncia caluniosa do art. 245.º do Código Penal Português.

8. Porém, acresce que a Presidência da República fez publicar, em 8 de Novembro de 1976, o relatório a que nos temos referido e com um prólogo em que as acusações que continha o relatório da Comissão se convertem em verdadeiras execrações, apresentadas **coram populo** para que a condenação seja geral. «O relatório que se segue» — começa por dizer-se — «mais do que mero relatório de factos, é um autêntico livro de juízo; e uma memória na vida política do Portugal Democrático». E conclui-se: «A todos os cidadãos compete julgar e condenar o escândalo ocorrido. Para que ele seja definitivamente banido da nossa vida em comunidade».

Só por si, já a simples publicação de um relatório, destinado, de acordo com a resolução do CR, a «averiguar as infracções que tenham sido cometidas, para posterior procedimento penal e disciplinar, a cargo dos órgãos competentes», já essa simples publicação era um acto gravíssimo, pela publicidade que fazia de meros indícios, ainda não certificados por uma instrução verdadeira, contrariando a regra do segredo de Justiça que, seguindo orientações há muito definidas pela doutrina e a jurisprudência, se encontra consagrado na última redacção do art. 70.º do Código do Processo Penal em vigor: «O processo penal é secreto até ser notificado o despacho de pronúncia ou equivalente ou até haver despacho definitivo que mande arquivar o processo.» Se bem que se trate de um inquérito **ad hoc** e de uma publicação ordenada por uma instância do Poder que não é magistrado nem funcionário de Justiça, não cremos que não valha na hipótese o princípio contido naquela disposição, contendo o inquérito com eventual matéria-crime e a publicação do relatório com a dignidade dos arguidos.

Mas sucede que o relatório contem um conjunto de acusações que, conforme mostrámos nos números precedentes — com o mínimo das garantias estabelecidas na lei e na Declaração Universal dos Direitos do Homem —, pelo que, além de constituir uma usurpação dos poderes que competem aos órgãos qualificados para isso, constitui igualmente uma flagrante violação dos direitos indisponíveis e infrangíveis da Pessoa. Nesses termos, a publicação do relatório viria a ser, desde logo, uma multiplicação **ad infinitum** da usurpação e da agressão que o relatório já é, transformando em actual a criação potencial do referido clima de «perda de paz» ou «da honra» que dissemos inerente a esse mesmo relatório, enquanto repercute por oito milhões de portugueses — e por o ilimitado número que venha a ter acesso a tão incrível difamação colectiva — o que a comissão reservara a certos órgãos oficiais.

Só que, nos moldes em que a publicação se efectuou, esse gravíssimo efeito que ela desde logo teria objectivamente aparece como um efeito querido (e não apenas indirectamente produzido), de tal maneira o prólogo é inquietante nos seus termos. Fazendo sua a conclusão do relatório de que há autênticos crimes definitivamente apurados — e não apenas presumíveis crimes, como deveria, quando muito, concluir a Comissão —, a autoridade que subscreve o prólogo, ao convocar o povo contra os «agentes» desses «crimes», vem a apor o ferrete da **turpitude** e da **infâmia** em quantos se mencionam no documento que se publica. E não poupa as palavras nessa execração sem apelo: «O Bem? O Mal? A Esquerda? A Direita? Para onde foi o inimigo que nos é tão útil para conhecer a nossa direcção e a nossa vontade?» perguntava um humanista dos nossos dias. «O inimigo é pois o inimigo do Homem e da sua dignidade. O inimigo é todo aquele que avilta, que tortura, que degrada, que ignomínia e que difama. Não pode haver indulgência para as atrocidades revolucionárias sob o pretexto de que são inevitáveis». E, assumindo explicitamente a dimensão política que o relatório ainda tentava encobrir: «Portugal viu-se numa situação de Não-Direito, onde as mais desregradas, sórdidas e desencontradas paixões humanas deram campo ao exercício tumultuário do aviltamento colectivo. É o quadro histórico do Terror, de que as situações fácticas descritas foram prenúncio...» isto dos primeiros tempos da Revolução — e de homens que «estiveram» no 25 de Abril, contribuindo para o arranque da Democracia neste País!... Depois de 50 anos de Fascismo e de 13 anos de Guerra Colonial, em que a degradação a tortura foram o pão quotidiano! Como se antes houvesse uma situação de Sim-Direito e os homens que praticavam profissionalmente a tortura fossem pobres «instrumentos» de uma mera autocracia!... Juízos politicamente admissíveis — «Mais do que uma pronúncia judicial» (reconhece-se), «o Relatório é uma pronúncia política» —, mas que é inquietante ver referidas a pessoas que, por isso e com isso, hão-de submeter-se aos tribunais.

Tem de supor-se que só por não esclarecimento sobre o efeito da publicação que se fez e sobre a ilegalidade de tal acto do Poder é que veio a produzir-se esta violência sem remédio. A atitude inquisitorial da Comissão, usurpando competências que ninguém lhe delegou, desprezando os direitos mais elementares dos arguidos e perclamando o relatório «um aviso para o futuro», foi própria à atmosfera de julgamento sumário a que não soube eximir-se a autoridade responsável. Mas, pese embora a todas as razões subjectivas, há que dizer que a publicação que se ordena constitui só por si uma pena infamante perfeitamente ilegítima em qualquer Estado de Direito. E que não é com tal prática absurda que se erige ou corrige a Democracia Portuguesa.

9. As comissões de inquérito **ad hoc**, como a constituída em Janeiro de 1976, são actualmente, em face da Constituição da República, definitivamente excluídas como meios idóneos para averiguação de quaisquer infracções. Só através de processo criminal ou de processo disciplinar (respectivamente, arts. 32.º, e 270.º, 3), e com as garantias e os órgãos que postulam um e outro, é que é legítimo proceder aos inquéritos que podem conduzir a uma reacção sancionatória. Aliás, as tristíssimas provas que essas comissões prestaram e que a última deu de uma forma eloquente, não fizeram senão arreigar nos espíritos a convicção de que não há justiça sem processo.

Dessa maneira, se hoje viesse a instituir-se, a «Comissão de Violências» seria inteiramente ilegítima — com as finalidades que lhe impôs o Conselho da Revolução. Instituída quando o foi, não foi ilegítima em si mesma; mas há que ver os resultados a que chegou, para lá do arbítrio e dos desvios que indicámos, não permitem fundar qualquer reacção sancionatória, porque a Constituição da República, em matéria de direitos dos cidadãos, tem aplicação imediata às entidades privadas e públicas (e aplicação **jure proprio**: art. 18.º, 1). Neste sentido, pretender extrair qualquer efeito do acervo confuso das conclusões que apresenta — a não ser pela via dos processos idóneos e fazendo tábua rasa de tudo o que se diz do relatório (que deixou constitucionalmente de ter função relevante) — é, à luz do Direito, um esforço impossível. Aí se coloca qualquer espécie de recurso para os Conselhos Superiores de Disciplina quando venham a funcionar como «tribunais de honra» das Armas (admitindo que tal instituição do RDM é ainda existente em face do Direito português). O «Relatório das Sevícias» é hoje um nada jurídico, sobre o qual não se funda legitimamente qualquer crédito. Ou melhor: é uma ofensa que impunemente continua como sintoma cruel de uma Democracia que hesita entre uma esperança possível e um novo «Tempo do Desprezo».

RELAÇÃO DOS SIGNATÁRIOS

Orlando de Carvalho (professor da Faculdade de Direito de Coimbra); José Joaquim Teixeira Ribeiro (professor da Faculdade de Direito de Coimbra); António José Avelãs Nunes (investigador da Faculdade de Direito de Coimbra); Aníbal Almeida (investigador da Faculdade de Direito de Coimbra); José Joaquim Gomes Canotilho (assistente da Faculdade de Direito de Coimbra); José Teixeira Martins (assistente da Faculdade de Direito de Coimbra); José Manuel Merêa Pizarro Beleza (assistente da Faculdade de Direito de Coimbra); Alfredo José Braga de Soveral Martins (assistente da Faculdade de Direito de Coimbra); Duarte Vida! (advogado); Vítor Miragaia (advogado); Inácio Fiadeiro (advogado); Jorge Sampaio (advogado); Vasco de Castro (advogado); José Manuel Correia Pinto (assistente da Faculdade de Direito de Lisboa); Levy Baptista (advogado); e Luís de Azevedo (advogado).

CIMEIRA AFRO-ÁRABE

Sessenta Estados decidem isolar Israel, África do Sul e Rodésia

. A terceira e última sessão da cimeira afro-árabe do Cairo foi aberta hoje às 8 e 20 TMG pelo presidente Sadate.

Os 60 chefes das delegações reuniram-se à porta fechada para adoptar definitivamente «a declaração do Cairo» e quatro outros textos que definem os objectivos da cooperação entre o Mundo Árabe e a África. No final da manhã, os delegados vão proceder, numa sessão pública, a assinatura oficial destes documentos.

Os documentos adoptados definem os grandes princípios e as modalidades de cooperação entre o Mundo Árabe e a África.

A «Declaração do Cairo» e o «Programa de Acção» tinham sido preparados durante a conferência ministerial afro-árabe de Dacar em Abril de 75 e em Abril de 1976. Estes documentos sublinham os laços que justificam a solidariedade entre os dois grupos e a vontade de se chegar à instauração de uma nova ordem económica internacional.

O programa de Acção reafirma mais precisamente a adopção pelos 60 países da política de não-alinhamento, a condenação do imperialismo e a sua vontade de reforçar as relações económicas comerciais e técnicas.

Os três outros documentos foram preparados pela conferência ministerial que se realizou no Cairo antes da cimeira dos chefes de Estado.

A declaração política afirma o apoio total dos países árabes e africanos à luta dos povos da Palestina, do Zimbabwe, da África do Sul e da Costa «francesa dos Somalis» bem assim como o seu apoio à unidade das ilhas Comores. A declaração política preconiza o isolamento económico diplomático e cultural de Israel, da África do Sul e da Rodésia, acentuando nomeadamente o embargo do petróleo.

A «Declaração sobre a Cooperação Económica e Financeira» anuncia que devem ser reforçados os meios de financiamento dos organismos financeiros bilaterais e multilaterais que contribuam para o desenvolvimento da África. A declaração cita como exemplo o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) de Abidjan, e bem assim os fundos nacionais.

O texto preconiza o reforço das relações comerciais entre o Médio Oriente e a África e o encorajamento dos envestimentos técnicos e financeiros mistos na África com a elaboração de um sistema de garantia dos investimentos. Preconiza também o estudo rápido de quatro projectos regionais de infra-estruturas africanas que dizem respeito às comunicações, às telecomunicações, à teledetecção dos recursos naturais e à criação de um banco de dados.

O documento «Organização e Processo da Realização da Cooperação» anuncia a criação de uma comissão permanente paritária de 24 membros que vai reunir-se duas vezes por ano. Os chefes de Estado reunir-se-ão em cimeira todos os três anos e os ministros dos negócios estrangeiros de 18 em 18 meses.

Entretanto três ricos Estados do Golfo — Koweit, Qatar e Emirados Árabes Unidos — seguiram ontem o exemplo da Arábia Saudita e prometeram um auxílio acrescido aos países africanos, elevando a quase mil milhões e meio de dólares (cerca de 60 milhões de contos) o total prometido à África Negra.

"FRONTEIRAS DEFENSÁVEIS"

Árabes solicitam explicações a Carter

Os embaixadores dos países árabes acreditados em Washington pediram na terça-feira, para serem recebidos com urgência por Cyrus Vance, secretário de Estado americano, a fim de esclarecer o sentido da expressão «fronteiras defensáveis» para Israel, utilizada na segunda feira pelo presidente Carter.

Carter falara da necessidade de dotar o Estado Hebreu de «fronteiras defensáveis» ao receber na Casa Branca Rabin, chefe do Governo israelita, de visita oficial aos Estados Unidos.

Desde a guerra de 1973, que nenhum dos presidentes dos Estados Unidos utilizara essa fórmula, preferindo referir-se a «fronteiras seguras e reconhecidas», em conformidade com a resolução 242 do Conselho de Segurança da ONU.

No comunicado publicado pela missão da Liga Árabe em Washington, os embaixadores desejam perguntar ao secretário de Estado se esta inovação na linguagem presidencial reveste algum significado político «dado o imediato aproveitamento feito por Israel».

Entretanto, o primeiro-ministro israelita, Yitzhak Rabin, termina hoje a sua visita oficial aos Estados Unidos, aparentemente satisfeito pelo facto de as suas conversações com o presidente Carter terem fornecido uma base para prosseguir as relações especiais entre os dois países.

A Casa Branca confirmou que os Estados Unidos cumpririam uma promessa da administração Ford de fornecer um número não especificado de sofisticados caças supersónicos F-16, mas que não foi tomada qualquer decisão sobre um pedido israelita para produzir o avião.

Por outro lado, Farnk Kadnmi declarou hoje no Cairo que Yasser Arafat dirigente da OLP, «aceitou o convite do rei Hussein para ir à Jordânia, mas a data desta visita não foi ainda fixada».

Finalmente o quotidiano egípcio «Al Akhbar» julga saber que vai reunir-se no final do próximo mês uma cimeira entre o presidente Sadate do Egipto, o presidente Assad da Síria, o rei Hussein da Jordânia e Yasser Arafat.

"Concorde" domina encontro entre Callaghan e Carter

As questões relativas ao avião supersónico «Concorde» dominará o encontro entre o o presidente Carter e o primeiro-ministro britânico, Callaghan, que hoje chega a Washington, exactamente a bordo de um «Concorde». As autoridades do porto de Nova Iorque adiaram ontem a decisão de autorizar aquele jacto anglo-francês a aterrar no aeroporto Kennedy, facto que provocou vivas reacções por parte dos Governos inglês e francês.

A Casa Branca procurou, entretanto, despoletar a questão, afirmando o seu porta-voz que as decisões tomadas em Nova Iorque não podiam ser influenciadas pela presidência.

Se os direitos de aterragem não foram concedidos ao «Concorde», isso traduzir-se-á num grave prejuízo para aquele supersónico, e acarretará uma séria crise nas relações dos dois países europeus com os E.U.A.

FÉRIAS NA MADEIRA
1 SEMANA
PARTIDAS: todos os DOMINGOS DE NOVEMBRO A MARÇO
Preços excepcionais desde 3.350$
INCLUINDO:
• Viagem em avião a jacto TAP
• Estadia no Hotel
• Transportes em terra
• Visita turística do Funchal
• Acompanhante abreu
'a vantagem dos voos especiais
ORGANIZAÇÃO EXCLUSIVA
abreu
Fundada em 1840
LISBOA Av da Liberdade, 160 · Telef 37341
PORTO Av dos Aliados, 207 · Telef. 37921
COIMBRA Rua da Sota, 2 · Telefs 27011 2
FARO Rua Cons Bivar 65 · Telefs 25035 6
CONSULTE SEU AGENTE DE VIAGENS

GOLPE DO CHILE

"Delegado norte-americano "escorrega" em Genebra

Pela primeira vez, um representante oficial norte-americano reconheceu publicamente a interferência dos Estados Unidos na queda do governo de Unidade Popular, do Chile, e na consequente instauração da ditadura militar de Augusto Pinochet. Ontem, perante a Comissão dos Direitos do Homem, órgão das Nações Unidas que está reunido em Genebra, o representante norte-americano Brady Tyson, «exprimiu o seu pesar» por os Estados Unidos terem participado na deposição violenta de Salvador Allende. Ao mesmo tempo, pediu a condenação do governo chileno devido à «institucionalização da tortura», enquanto lamentava que organismos oficiais e privados norte-americanos (leia-se C.I.A. e multinacionais) tenham estado envolvidos na preparação e execução do golpe.

Entretanto, à noite, o Departamento de Estado, numa reacção classificada pela Reuter como «invulgarmente rápida», repudiou estas declarações de Brady Tyson em Genebra. Através de um porta-voz, John Trattner, o Departamento de Estado norte-americano diz que as palavras de Tyson foram de carácter pessoal e que não foram aprovadas antecipadamente, não exprimindo, portanto, a posição do governo.

Comenta-se que as posições de Brady Tyson na Comissão dos Direitos do Homem da O.N.U. apanharam de surpresa a Casa Branca e o Departamento de Estado. Na mesma sessão, o delegado dos Estados Unidos condenou a situação, no ponto de vista dos direitos humanos, da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, citando nomes de mortos e «desaperecidos» nesses países latino-americanos. Ao mesmo tempo, propôs que a Comissão dos Direitos do Homem estabelecesse um grupo de estudo sobre a tortura, em todos os países do mundo.

Funcionários do governo dos Estados Unidos disseram que o presidente Jimmy Carter nada soubera até que começou a tomar conhecimento do que se passava, através dos telegramas das agências noticiosas. Recorde-se que Washington tem negado sempre qualquer ingerência activa na deposição do presidente Salvador Allende, embora já tenha confessado a distribuição de fundos a grupos que se opunham à Unidade Popular, bem como a meios de comunicação. O informador do Departamento de Estado disse ainda que, em 1976, a Comissão dos Serviços Secretos do Senado «examinara minuciosamente o caso e comunicara que não pudera encontrar provas do envolvimento directo dos Estados Unidos no golpe de 1973». Trattner disse mais: «O actual governo perfilha esta opinião».

De qualquer modo, os meios de oposição chilena consideram que as palavras de Brady Tyson, na Comissão dos Direitos do Homem representam um forte abalo para o regime de Pinochet. Estes mesmos círculos esperam que o governo de Carter prove a sua sinceridade, quando fala em Direitos do Homem, deixando de apoiar economicamente o Chile. Um ex-deputado comunista chileno, Luís Justavino, que está em Genebra, e é membro do Comité Central do P.C.C., sugeriu, numa declaração à France Presse, um encontro entre Jimmy Carter e uma delegação de todas as forças democráticas do Chile, «para que se fale claramente». Levando-se em conta que há dias, Carter concedeu uma audiência ao «dissidente» soviético Vladimir Bukovski, caso fartamente explorado pela Imprensa mundial, pode-se considerar que o encontro Carter-democratas chilenos não é impossível...

BÉLGICA: ELEIÇÕES GERAIS MARCADAS PARA 17 DE ABRIL

Foi dissolvido o Parlamento belga e as eleições gerais para a Câmara dos Deputados e para o Senado terão lugar no próximo dia 17 de Abril.

Leo Tindemans, primeiro-ministro democrata-cristão flamengo desde Maio de 1974, anunciou esta decisão à saída de um conselho de ministros que foi convocado para hoje de manhã às 7 horas.

Este conselho de ministros tinha sido precedido de um longo encontro ontem à noite entre Tindemans e o rei Baudouino. Segundo o primeiro-ministro, o actual governo continuará em funções até depois das eleições. Não haverá declaração do governo perante as Câmaras hoje à tarde, como estava previsto.

A crise tinha sido desencadeada, na passada sexta-feira, pelo afastamento dos dois ministros que representavam no governo da coligação democ-cristã-liberal o «Rassemblement Wallon», pequeno partido linguístico francófono.

A degradação do clima social, devida ao plano anticrise apresentado pelo governo, provocara pela primeira vez desde os anos 60, greves de grande amplitude no país, além do que contribuiram para a união entre os sindicalistas cristãos e socialistas.

Novo sismo ameaça a Roménia

Os Estados Unidos advertiram hoje a Roménia de que outro sismo poderia sacudir o país dentro de dias ou meses.

O aviso, feito pelo Centro Norte-Americano de Sismologia, foi telegrafado pelo secretário de Estado, Cyrus Vance, e entregue hoje, de manhã, pelo embaixador Barry Barnes. O telegrama dizia que o novo abalo telúrico poderia atingir uma magnitude de seis pontos ou mais na escala de Richter. O sismo de sexta-feira passada, que matou mais de mil pessoas e feriu, pelo menos, outras 6000, registou 7,2 pontos nessa escala.

Enquanto isto, o P. C. romeno anunciou ontem à noite que os desalojados pelo terramoto vão obter dez dias de férias pagas pelo Estado e receberão gratuitamente novas habitações mobiladas, além de vestuário e sapatos.

Ao mesmo tempo, as autoridades exigiram que todos os destroços que bloqueiam as devastadas ruas de Bucareste e de outras cidades fossem removidos até ao fim do dia de hoje.

Finalmente, o secretário-geral do P. C. P., Álvaro Cunhal, enviou ao seu homólogo romeno, Nicolae Ceausescu, um telegrama em que expressa condolências pelas vítimas do sismo que no final da semana passada abalou regiões da Roménia e oferece os préstimos do P. C. P. em tudo o que puder ser útil.

ESPANHA

Militantes da E.T.A. mortos pela Polícia

A violência política em Espanha produziu ontem à noite mais duas vítimas quando a Polícia atingiu mortalmente a tiro dois guerrilheiros bascos perto da cidade de San Sebastian e feriu um terceiro suspeito.

Círculos policiais informaram de que três jovens com documentos falsos, viajando num automóvel com matrícula igualmente falsa, abriram fogo sobre a Polícia, que os fizera parar num controlo de estrada, tendo os agentes ripostado com rajadas de pistola-metralhadora. Os mortos e o ferido foram identificados como membros da «Patria Basca e Liberdade» (ETA).

Entretanto, em Valência, a Polícia carregou ontem sobre cerca de 200 mulheres que participavam numa manifestação feminista em comemoração do Dia Internacional de Luta pelos Direitos da Mulher.

No campo político, soube-se que até ontem foram legalizados 80 partidos em Espanha.

Entretanto, o Governo espanhol recusou-se a legalizar os partidos políticos de cujo programa faça parte a proclamação de uma república em Espanha, e submeteu a questão ao Supremo Tribunal. A consulta ao Supremo Tribunal foi motivada julga saber-se em círculos autorizados pelo pedido de legalização da «Acção Republicana Democrática Espanhola».

As mesmas fontes consideram que a força mostrada pela «Aliança Popular» nos seus primeiros comícios pode levar Suárez a abandonar a sua posição de neutralidade e colocar-se à frente de um partido centrista para retirar apoio ao grupo direitista de Fraga Iribarne.

Suárez anunciara, há algum tempo, que não tencionava concorrer às eleições, considerando que a principal tarefa do seu Governo é preparar as primeiras eleições espanholas em 41 anos.

Noticiário em colaboração com as agências ANOP, France Presse Inter Press Service, Novosti, Prensa Latina e Reuter

U N I V E R S A L

EM EXIBIÇÃO ÀS 15, 17, 19, 21 e 23 horas

CHACAL DE NAHUELTORO

DE MIGUEL LITTIN

Crítica de Cinema

JORGE LEITÃO RAMOS

"Divina criatura" de Giuseppe Patroni-Griffi

FICHA:
Título original: Divina criatura
Realização: Giuseppe Patroni-Griffi (Itália-1976)
Argumento: Giuseppe P.-Griffi e A. Valdarnini *segundo a novela «La divina fanciulla»* de Luciano Zuccoli.
Fotografia (techicolor): Giuseppe Rotunno
Interpretação: Laura Antonelli (*Manoela*), Terence Stamp (*Daniel de Bagnasco*), Marcello Mastroianni (*Michel Barra*), Michele Placido, Duiliu del Prete, Ettore Manni, etc.
Distribuição em Portugal: Filmes Lusomundo
Cinemas: Alvalade e Tivoli
Classificação: Não aconselhável a menores de 18 anos.

Um filme que poderia ser sublime e se perde em desequilíbrios sucessivos

Patroni-Griffi é um amador de filmes e personagens a roçar o *faisandé*. Esteticista, ei-lo perante uma cor requintada, por entre cenários bizarros, a braços com personagens de uma ambígua frivolidade, com um pano de fundo de graves alterações sociais e políticas (a ascensão do fascismo italiano). Se a isto acrescentarmos a presença de Laura Antonelli, Terence Stamp e Marcello Mastroianni (triunvirato de excepção) está-se em condições de afirmar que Patroni-Griffi teve entre mãos um filme que poderia ser gloriosamente belo se não fosse liminarmente falhado. E falhado naquilo mesmo que é o cerne de um tal empreendimento: o ponto de equilíbrio: a difícil estabilidade.

Tratar um melodrama em jeito de requintada decadência não exige só (nem principalmente) o domínio dos *décors* e o rigor de uma cor forte e omnipresente. Exige sobretudo consistência e coerência. Consistência nos personagens (Laura Antonelli, surpreendentemente, não atinge o patamar necessário para ser divina, situando-se na mediania da mulher desejável mas não fascinante), nas situações (há demasiada inverosimilhança interna no comportamento dos comparasas deste filme que variam entre o sublime e a vulgaridade); coerência na forma como o realizador usa os seus materiais de base (como a utilização dos «cartões», ora como irónico contraponto, ora como pesado complemento, ora como desnecessário pleonasmo) onde seria de destacar uma montagem pouco fluida (como um tema destes exigiria) e por vezes, de uma atroz arritmia, ou ainda o desajustamento da fotografia que não consegue, nas cenas de exteriores, a unidade necessária com o clima gerado nas cenas de interiores.

Quer isto dizer que, situando-se, alternadamente, para cá e para lá do ponto de excesso assumido que seria o justo, *Divina criatura* é um filme com alguns momentos perfeitos e muitos mais de calibre medíocre. Onde, aliás, se detectam, um pouco por toda a obra, cenas «já vistas» em sítios tão diversos como Van Ackeren e Hitchcock. E não se pode dizer que se tratem de declaradas citações.

"Vento de Inverno" de Miklos Jancso

FICHA:
Título original: Sirokko
Realização: Miklos Jancso (Hungria-França-1969)
Argumento: Gyula Hernadi, Miklps Jancso
Fotografia: Janos Kende
Música: canções populares croatas
Montagem: Zoltan Farkas
Cenários: Tamas Banovich
Interpretação: Marina Vlady, Jacques Charrier, Jozsef Madaras, Geza Polgar, Gyorgy Pinter, Ewa Swann, Michel Delahaye, etc.
Distribuição em Portugal: Doperfilme
Cinema: Estúdio
Classificação: Não aconselhável a menores de 18 anos

O cinema de Jancso é, sabe-se há muito, um cinema barrado por duas realidades: o rescaldo de uma revisão humanista do fenómeno estalineano e a coreografia como forma de movimento e de montagem dentro de cada plano filmico. Duas realidades aparentemente segregadas por diferentes esferas do conhecimento mas que Jancso funde num mesmo corpo que é o dos seus filmes.

É que rever o estalinismo passa também pela afirmação de que o real não é linear nem simplista, passa pela materialização da sua ambiguidade, da sua frequente ambivalência, da sua espessura, enfim. Depois de uma época em que a verdade era clara e possível o cinema de Jancso joga numa fluidez e numa compactação da cena filmica enquanto vai, tematicamente, percorrendo alguns dos fantasmas que sobraram. Daí o erotismo quase sempre presente (mas a nudez pode ser veículo de contrários sentimentos, da humilhação em **Os oprimidos** a factor de fascínio e libertação em **Salmo vermelho**, a uma indefinição em **Vento de inverno**) daí a necessidade de abordar questões ideológicas há muito consideradas arquivadas e esquecidas.

Como a questão do indivíduo face ao grupo (relações de dominação, dependência etc.) questão que vai em directo entroncar na posição dos libertários («O governo do homem pelo homem é a servidão. Quem quer que ponha a mão sobre mim para me governar é um usurpador e um tirano. Declaro-o meu inimigo» — texto de Proudhon, citado no filme). Questão que este filme evoca mas não arruma.

Cinema em aberto, cinema para levantar lebres (que não para as caçar) cinema ainda onde a beleza estética está numa das primeiras linhas cinema onde o tempo e o lugar da cena são os de um espaço mental e nunca fisico, o cinema de Jancso é talvez uma aposta de harmonia. Que os seus filmes (que este **Vento de inverno** em particular) possuam uma face obscura (mas não impenetrável) eis o que não é motivo para uma menor importância. Com Jancso o cinema atinge uma dimensão poética como raramente se viu. Que a política seja (como ele claramente evoca) também uma questão ética eis o que seria motivo para uma longa reflexão.

TEATRO/Tel. 366745

ABC

Não acons. a menores de 18 anos

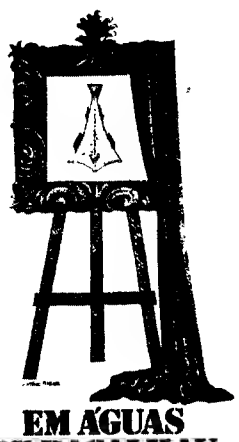
Às 20.30 e 22.45 horas

SÉRGIO AZEVEDO

apresenta

UM SUCESSO I M P A R ! ! !

A SUPER REVISTA



EM ÁGUAS DE BACALHAU

COM

FLORBELA
NICOLAU
OCTÁVIO DE MATOS
VERA MÓNICA
SIMONE
VICTOR MENDES
NUNO EMANUEL
NINA FLORES
Ballet ABC Dancer's

UM GRANDE ACONTECIMENTO ARTÍSTICO

BILHETES À VENDA

TEATRO LAURA ALVES
tel. 86 47 56

UMA COMÉDIA DE José Vilhena

AS CALCINHAS AMARELAS

LOVE STORY DUMA MENINA POR CONTA DUM VELHINHO

com
IRENE ISIDRO
BARROSO LOPES
MANUELA MARIA
LUIZ HORTA
CARLOS MIGUEL
TEREZA ZILOC
MARIA JOÃO
E
PAULA LIMÃO

Todas as NOITES às 21.30 (excepto às 3.as feiras)

MATINEÉS sábados e domingos às 16 h.

Apresenta na

ACADEMIA ALMADENSE

Rua Capitão Leitão, 64

Telef. 275 21 27 — Almada

3.º MÊS

cooperativa teatro popular

A GRANDE JOGADA!

uma divertida comédia musicada

de JOSÉ VIANA ROGÉRIO PAULO DORA LEAL E MARIA DULCE

com ANTÓNIO ANJOS ★ ANTÓNIO MACHADO ★ CARLOS IVO ★ DINA MARIA ★ ELISA DE GUISESETTE ★ GIL MATIAS ★ JANINE OSÓRIO ★ MANUEL COELHO ★ MARIA HELENA SILVA ★ ORLANDO FERNANDES.

Direcção Musical de VICTOR BONJOUR
Cenografia de VIANA, ROGÉRIO RIBEIRO, HERNANI e RUI MARTINS

Sessões às 3.as, 4.as 5.as e 6.as, às 21.30 — Sábados, às 20.30 e 23 horas — Domingos, às 16 e 21.30

EM LISBOA BILHETES À VENDA NA A. B. E. P. — RESTAURADORES

As marcações de bilhetes só se respeitam 1 hora antes do início do espectáculo.

Vá ao TEATRO ● Hoje e todas as noites 2 SESSÕES — 2 Às 20.30 e 22.45 h. Aos domingos «MATINÉES» Às 16 horas ● ÀS 2.as FEIRAS DESCANSO ●

MARIA VITÓRIA

Ver a Sensacional PLURALIREVISTA

O BOMBO DA FESTA!

M|18 anos

UM GRANDE ÊXITO

SALVADOR e IVONE SILVA
HENRIQUE SANTANA
LYGIA TELLES
CARLOS GONÇALVES
HERMAN JOSÉ
IGOR SAMPAIO

Canal da Crítica

Por MARIO CASTRIM

JAPÃO: OSTRA COM NOVA PEARL?

O Telejornal mostra-se preocupado com aquilo a que os japoneses chamam «Forças de Autodefesa». Justamente preocupado, diga-se.

Um tanto tardiamente, diga-se também. De há muito se conhece o esforço bélico desenvolvido pelo Japão, apetrechando-se com as armas mais sofisticadas. Sabe-se (e o **Telejornal**, honra lhe seja feita, sublinhou esse aspecto) como o argumento da **defesa** serve de **cobertura** para o ataque. Exemplos mais de longe (Alemanha pós Versalhes) ou mais de perto (os países capitalistas agrupados na NATO) provam a táctica dos filisteus: agitam um perigo inventado, criam a ligitimidade da **defesa**, preparam na prática a ofensiva...

A interferência do Japão na Coreia começa a abrir os olhos a algumas pessoas. Com a carapaça de defesa, já começam a atacar...

QUOD ERAT DEMONSTRANDUM

Durão, acompanhante profissional de Mário Soares na peregrinação a Meca (que seca!) do capital, é o exemplo vivo do atraso a que o nosso país chegou. Ao Helmut, ao d'Estaing, etc., basta a presença do Durão para demonstrar que o nosso país é um país subdesenvolvido.

O que não favorece as pretensões à entrada para «a Europa».

ÂNGULOS

Foi através da leitura feita por Durão que soubemos uma coisa muito importante: **A Alemanha deve ter confiança nas forças que em Portugal lutam pela democracia.**

Pois talvez aí é que o Durão se engana. O Helmut desconfio que não tem a mínima confiança nessas forças.

Só que aquilo em que estou a pensar quando escrevo as minhas palavras, não será exactamente o mesmo em que pensava o Durão quando lia as suas.

Por mim, refiro-me aos operários, aos trabalhadores rurais, aos empregados, aos estudantes progressistas, aos partidos democráticos.

Quanto ao Durão, ele que se explique, se tem coragem suficiente para tanto.

PERCEBERAM?

Associações de emigrantes portugueses foram mal recebidas e mal tratadas pelo presidente do Conselho português, em França.

Através da Televisão e dos seus enviados especiais, nada ficamos a saber sobre o incidente.

Poder-se-á, assim à primeira, levantar suspeitas de censura. Mas não. Trata-se, apenas, da aplicação na prática das decisões adoptadas e propagadas por Manuel Alegre: **Não queremos que a Televisão esteja ao serviço do Governo ou do partido que apoia o Governo.**

Perceberam agora?

QUEREM-NOS LEVAR

Depois do enigma Ellery Queen (um dos programas mais culturais ais ais da RTP) veio a História da Europa no Século XX, cozinhada ao gosto inglês. As nações que declinam, os impérios que tombam, os soldados que se sacrificam (voluntariamente, ainda por cima!) pela Honra, pela Pátria, pelo «King», pelo Dever e pelo «God», sim, pode lá faltar o condimento do «God» nestas andanças...

Capitalismo, condições e contradições do capitalismo, são coisas que não aparecem nunca. A própria Revolução de Outubro (que marca o fim da pré-História do Homem) aparece-nos quase como um **fait-divers**, a que não falta o piri-piri da Internacional para esconder a ausência doutros molhos autênticos.

Os ingleses gostam muito destas coisadas dos tempos idos talvez para esconder a sua realidade actual: o pão carissimo, a batata artigo de luxo, a falta de carne, o leite em vias de se tornar um artigo para privilegiados.

Suponho que não será propriamente para este bem-estar **que nos querem levar** com a história da C.E.E.

Ou será?

INOCÊNCIA

O último **Telejornal** refere um dado valioso: **Os Estados Unidos tomaram o comando do apelo para o termo das alegadas violações dos direitos do homem, no Chile...**

Desta redacção tão, tão, tão balão inocente, extraem-se importantes conclusões:

. a) — Que os Estados Unidos

Continua na pág. 18

Hoje

Van Heflin um dos intérpretes do filme «A Rua do Delfim Verde»

I PROGRAMA

18.30 Abertura e **«O Jardim Secreto»** — 6.º episódio: «Onde o Sol de Põe».
19.00 **Abre-te Sésamo**
19.30 **Ligeiríssimo**. Música, música. Glen e estreia Teatro A.B.C. Apresentação de Pedro Castelo. Produção de Fernando Penalva.
19.45 **Vamos Jogar no Totobola**
19.55 **Um Museu de Ícones** — A cripta da Catedral de Alexandre Nevsky. «Um Museu de Ícones».
20.30 **Telejornal** — 1.ª edição.
21.05 **A Rua do Delfim Verde** — Realização de Victor Saville. Intérpretes: Lana Turner, Donna Reed, Van Helfin, Frank Mortan, Richard Hart e Edmundo Gween.
Duas irmãs apaixonadas pelo mesmo homem. Desertor da Marinha, este foi viver para a Nova Zelândia. Quando se sentiu com a vida organizada pediu em casamento aquela que não amava, por ter trocado os nomes ao escrever a carta, num momento em que estava bêbado...
23.30 **Telejornal** — 2.ª edição.
23.45 Fecho

II PROGRAMA

20.30 **Telejornal**
21.00 **Casamentos nos Confins do Mundo**. 5.º episódio — o fausto principesco da Índia na celebração de um casamento na antiga cidade de Jaipur.
21.30 **Um Homem e a sua Música** — Darius Milhaud.
22.30 Fecho.

Amanhã

I PROGRAMA

1.º Período: 13.30: Ciclo Preparatório TV. **18.05:** Fecho. **2.º Período: 18.30:** Abertura e Bonecos. **19.00:** Faz de conta. **19.30:** As viagens de Gulliver — 6.º episódio: «O Roubo do Mapa»; **20.00:** A Ideia e a Imagem; **20.30:** Telejornal — 1.ª edição **21.05:** O Homem e a Terra. **21.35:** O Pico visita o Faial — Folclore nos Açores. **22.00:** Um programa da Direcção de Informação. **23.15:** Telejornal — 2.ª edição. **23.30:** Fecho.

II PROGRAMA

20.30: Telejornal. **21.00:** Mudar de vida — Produção e realização de Paulo Rocha com interpretação de Geraldo del Rey, Isabel Ruth, Maria Barroso, João Guedes, Constança Navarro e Mário Santos. **22.30:** Fecho.

Teatro Maria Matos
Telef. 89 70 17

HOJE ÀS 21.30

SUBSIDIADO PELA SEC. DE ESTADO DA CULTURA

ENCOBERTO

De NATÁLIA CORREIA

com encenação de CARLOS AVILEZ

RUI DE CARVALHO no protagonista à frente de um notável elenco

Desconto de 50 % aos estudantes

DOMINGO — UM ÚNICO ESPECTÁCULO ÀS 16 HORAS

2.ª FEIRA, DESCANSO DA COMPANHIA

Não aconselhável a menores de 18 anos

Sociedade Comercial e Industrial de Automóveis

FRANCISCO BATISTA RUSSO & IRMÃO S.A.R.L.

Av. Infante D. Henrique, Rotunda de Cabo Ruivo

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

CONVOCAÇÃO

Nos termos legais e estatutários, são convocados os Senhores accionistas, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária na sua sede, na Avenida Infante D. Henrique e II Circular, Cabo Ruivo, Lisbia, no dia 30 do corrente mês de Marco, pelas 10 horas e 30 minutos, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º — Discutir, aprovar ou modificar o Balanco, Relatório e as Contas, apresentados pelo Conselho de Administração, e o Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1976.

2.º — Proceder à eleição de Corpos Gerentes.

3.º Deliberar sobre quaisquer assuntos de interesse para a Sociedade.

Lisboa, 4 de Marco de 1977

O Secretário da Assembleia Geral

a) **Armando Borges Ferreira Carneiro**

PÁSCOA na MADEIRA

Para estudantes do ensino médio e superior, Grupos Desportivos e de Empresas · Condições especiais de preço.

Partidas garantidas em: 26, 27 e 28 de Março 1, 2, 3, 7 e 8 de Abril

Inscreva-se já

abreu
fundada em 1840

LISBOA Av. da Liberdade, 160 • Telef. 371341
PORTO Av. dos Aliados, 207 • Telef. 37921
COIMBRA Rua da Sota, 2 • Telefs. 27011/2
FARO Rua Cons. Bivar, 65 • Telefs. 25035/6
CONSULTE SEU AGENTE DE VIAGENS

AÇORES

Férias da PÁSCOA

De:
28 de Marco a 3 de Abril
e 3 a 10 de Abril

Preços especiais para grupos

Inscreva-se já.

abreu
fundada em 1840

LISBOA Av. da Liberdade, 160 · Telef. 371341
PORTO Av. dos Aliados, 207 · Telef. 37921
COIMBRA Rua da Sota, 2 Telefs. 27011 2
FARO Rua Cons. Bivar, 65 · Telefs. 25035 6
CONSULTE SEU AGENTE DE VIAGENS

CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL

AVISO

PINHAL DE FRADES

Chega ao conhecimento desta Câmara que a firma «CIPRIANO & PEREIRA, LDA.», ultimamente enviou aos seus compradores de lotes clandestinos em Pinhal de Frades uma carta-circular, onde dava conhecimento da aprovação do plano de urbanização daquela zona, e da possibilidade de começarem a efectuar as escrituras dos lotes de terrenos adquiridos àquela firma.

Deduz-se nessa carta que aquela empresa, utilizando este subterfúgio cria um novo conto do vigário, pois que ao usar este estratagema, procura ardilosamente que os seus compradores paguem o restante dos seus lotes.

Esta Câmara informa que está aprovada a primeira fase do Plano de Pinhal de Frades e que todos os possuidores de lotes clandestinos naquela área não devem pagar qualquer importância à empresa «Cipriano & Pereira, Lda.», sem consultar esta Câmara, através dos Serviços Técnicos ou no Gabinete de Apoio, Planeamento e Gestão n.º III, que no próprio local informará todos quantos ali se dirigirem.

Seixal, 4 de Março de 1977

O PRESIDENTE DA CÂMARA

Eufrázio Filipe Garcez José

EL REI D. SEBASTIÃO
ONDE?

EXTERNATO
CICLO PREPARATÓRIO
CURSO LICEAL NOCTURNO
— ABERTAS AS INSCRIÇÕES —
CURSOS INTENSIVOS — TRABALHADORES ESTUDANTES
(das 18 às 23 horas)
Av. Duque de Loulé, 71, 2.º — Telef. 40345

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV
SOS-CLÍNICA DE TELEVISÃO
COM RADIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA
DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRATIS — SERVIÇO PERMANENTE
Telefs. 722786-834271
Avenida S. João de Deus, 13 B Rua Macau, 8

FUTEBOL EM VAGA ALTA

Coimbra, Nisa e Bragança: protestos contra Federação e árbitros

Coimbra está em «polvorosa», por causa do drástico castigo federativo aplicado ao União que, ontem, transcrevemos em todas as edições do «Diário de Lisboa». Hoje, em Mundo Desportivo», o correspondente do daquele nosso camarada em Coimbra informa:

«Segundo o acórdão proferido pelo Conselho de Disciplina da F. P. F., o clube de futebol o União de Coimbra fez alinhar em situação de inscrição irregular em quatro jogos a contar para o Nacional da II Divisão (dois empates e duas vitórias) os seus jogadores Carlos Alberto Santos Carmo (vindo do Naval); Carlos Manuel Duarte Oliveira (Esperança) e António Alberto Cândido Seco (Lousanense) e isso, por que ao clube estava vedado a inscrição de atletas até 29 de Setembro de 1976, dia em que liquidou o débito ao jogador Cadete, ex-júnior do F.C. Porto. Por igual motivo a equipa junior do clube, não poderia ter feito alinhar alguns atletas, o que determinaria a derrota do União em ambas as categorias, em quatro e dois desafios respectivamente, além de cosionar ainda a multa de 2750$00 por categoria, ao todo 5500$00 a satisfazer até 23 do corrente.

«A despeito de tal situação, tranquilos, se quedaram os dirigentes unionistas desde que em 5 de Novembro de 1976 a A.F. Coimbra enviou uma carta à F.P.F. responsabilizando-se pela posição de um filiado, a quem dava todo o apoio.

Por outro lado, porque o União não possui jogadores profissionais, mas apenas amadores, admitiu-se que a F.P.F. tivesse considerado o assunto encerrado presunção que agora desmentida tão estrondosamente provocou ambiente electrizante na família unionista.

Assim, ontem à noite o clube fez reunir a Assembleia geral que em ambiente efervescente aprovaria uma moção que determina a entrega hoje às 21,30 horas, na sede da A.F.C. (com os associados em cortejo) do pedido de que aquela Associação faça cumprir a posição assumida na aludida carta de 5 de Novembro último enviando à F.P.F. a imediata contestação (a decidir se subscrita pela própria A.F.C. se pelo clube) desta decisão que as gentes unionistas consideram tremendamente injusta e descabida.»

NISA

Declarando que a sua equipa de futebol está a ser «alvo das mais variadas injustiças, por parte das equipas de arbitragem», o Sport Nisa e Benfica afirma, em comunicado, que os seus apaniguados «jamais invadiram um campo de futebol», e garante que nunca teve dirigentes castigados ou atletas expulsos.

Isto vem a propósito da invasão do rectângulo do Nisa, durante o jogo com o Benfica e Castelo Branco, quando o «placard» era favorável aos visitantes (2-0). A Federação, em face do relatório arbitral, castigou o Nisa: três contos e meio de multa e quatro jogos de interdição para jogos oficiais no terreno local. «Essa injustiça, para um clube de parcos recursos, poderá impedir a sua continuação na prova» — declara a directiva do Nisa e Benfica.

BRAGANÇA

O Grupo Desportivo de Bragança torna público o seguinte comunicado:

. «1.º Condenar a arbitragem do sr. Adventino Ferreira, de Braga, pela pusilanimidade demonstrada na condução do jogo Mogadourense-Bragança, realizado no passado domingo, na Vila de Mogadouro.

«A sua covardia permitiu que os atletas do Mogadourense, fortemente excitados, dando a impressão de pessoas drogadas (o atleta n.º 8 foi assistido no final do jogo e nos balneários com massagens cardíacas e medicado para provocar vómitos), cometessem toda a espécie de agressões nos nossos atletas (um deles foi suturado com 15 pontos) e não só, pois ele próprio foi ameaçado, de frente, sem tomar as medidas que se impunham.

«2.º Corroborar o pedido de inquérito já solicitado à arbitragem do jogo Rio Ave-Bragança, bem como pedir à Comissão Central de Arbitros um melhor critério na nomeação de equipas de arbitragem em jogos onde a sua equipe intervenha, evitando a nomeação de árbitros das zonas dos clubes fortemente interessados na disputa dos dois primeiros lugares, porque elas conseguiram já destruir, paulatinamente, as pretensões da nossa equipa. Para ser normal, são muitas coincidências juntas».

AÇORES

Os clubes filiados na Associação de Futebol da Horta solicitaram a este organismo desportivo que contacte com alguns clubes do continente, com vista a efectuarem jogos na ilha do Faial, no próximo Verão. É objectivo dos clubes faialenses o desenvolvimento da modalidade na ilha, através de contactos frequentes com equipas mais evoluidas.

AVEIRO

Joaquim Meirim tomou ontem as rédeas do «team» do Beira-Mar. Angelino Apolinário, presidente do clube aveirense, apresentou assim o técnico:

«É a pessoa que tem feito quase milagres no nosso futebol e que dizem que, para a direcção, não é uma figura muito agradável, porque exige muito aos atletas mas, nós, ao contratá-lo, estamos convictos de que não haverá nenhum caso entre o técnico Meirim e a direcção do clube que vai defender. Nós, ao contratarmos o sr. Meirim, fizemo-lo não por não termos outros, mas (sim) porque pensámos que era a pessoa indicada, na hora exacta, para tomar conta da equipa. De uma equipa em que punhamos todas as esperanças no princípio da época para outros «voos» mas que, agora, apenas se resume na luta para nos mantermos na I Divisão».

Meirim diria:

. «Há quatro coisas que para mim são fundamentais: disciplina, organização, trabalho e ordem. Já aqui estive em melhor momento do que este. Mas volto com satisfação. Para cinco milhões de pessoas, o Beira-Mar já está na II Divisão, mas nós não vamos fazer de cada jogo uma final, mas sim um jogo normal. O Beira-Mar fez vinte jogos e foi um grande vencido, quando para este campeonato partiu cheio de ambições, pensando até na Europa e uma viagem à Venezuela possibilitou o pensar-se que estavam abertas as portas para mais digressões ao estrangeiro, quando é certo que, por muito estranho que pareça, normalmente essas viagens só fazem mal à maioria das nossas equipas, pois regressam deslumbradas e minimizam as outras equipas nacionais, como os «benficas» e os «sportingues».

DINHEIROS

Orça em 7500 contos e não em 50 mil contos, como chegou a ser anunciado, o «Plano de Desenvolvimento do Futebol Juvenil», que a Direcção Geral dos Desportos estabeleceu para 1977. A verba de 50 mil contos refere-se a todas as modalidades envolvidas no Plano de Desenvolvimento e que são 16.

Por outro lado, a verba de 25 mil contos que, segundo algumas notícias, se destinaria à construção de balizas, destina-se à construção de recintos desportivos.

JUVENIS

Portugal é um dos oito países participantes no torneio internacional de futebol juvenil, que se disputa em Cannes (França) de 5 a 11 de Abril. No grupo de Portugal estão tambem a Checoslováquia, o México e a Jugoslávia. O outro grupo é formado pela Bélgica, Bulgária, Escócia e França.

PORTO

Enquanto Octávio diz que continua mas não assina, Marco Aurélio (há pouco dispensado ao Varzim) é abordado para regressar e Oliveira entra nas cogitações do Vasco da Gama (Brasil), o F.C. Porto é convidado para, a 15 de Agosto, ir visitar os emigrantes portugueses no Luxemburgo.

RESERVAS

Mais uma etapa do campeonato lisboeta de reservas, com os desfechos que indicamos: Estoril, 0-Oriental, 0; Benfica, 2-Torriense, 0; Sporting, 2-Atlético, 0; Sintrense, 2-Odivelas, 1. Pontuação neste momento: Sporting, 21; Atlético e Benfica, 19; Oriental, 16; Estoril, 15; Sintrense, 13; Torreense, 11; Odivelas, 10.

Iniciação ao mergulho livre

Uma visita à Base Naval do Alfeite foi tema final de mais um curso de iniciação aó mergulho livre (apneia), realizado pela Federação Portuguesa de Actividades Subaquáticas e onde cerca de 40 jovens (de idades compreendidas entre os 9 e os 14 anos) iniciaram a aprendizagem de futuros mergulhadores amadores e praticantes das aliciantes actividades subaquáticas.

«Conhecer e respeitar o mar» foi o tom dominante de todas as aulas teóricas e práticas onde os monitores da Comissão de Ensino da F.P.A.S. procuraram transmitir aos jovens alunos os segredos e técnicas do mergulho em apneia, dos perigos quando praticado sem qualquer preparação, do uso correcto das barbatanas, máscara e tubo, e (finalmente) a divulgação, entre os futuros praticantes, de uma das mais belas actividades desportivas.

Com a indispensável colaboração da Armada, os alunos deste curso tiveram a sua última aula: na fragata «Roberto Ivens», onde a guarnição atendeu a curiosidade de meia centena de irrequietos visitantes.

PUB

CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL

COMUNICADO

A Câmara Municipal do Seixal, ao tomar conhecimento que determinados boatos, de índole marcadamente reaccionária, têm pretendido colocar em causa, a colaboração indesmentível entre esta Câmara, e os desalojados desfavorecidos residentes no concelho, alerta para o seguinte:

1. Não confunde esta Câmara desalojados das ex-colónias com elementos fascistas perturbadores do processo democrático e desestabilizadores da vida nacional, pois estes não são necessariamente desalojados das ex-colónias, onde se encontram centenas de elementos progressistas, vítimas, também eles, do fascismo e do capitalismo nacional e estrangeiro.

2. A Câmara do Seixal respeitará como sempre a organização autónoma dos desalojados, no concelho, desde que devidamente identificados os elementos componentes e propósitos da organização.

3. A Câmara do Seixal informa os desalojados do concelho que não existe qualquer organização voluntária no Seixal, para defesa dos legítimos interesses dos desalojados.

4. A Câmara do Seixal informa que a única estrutura existente é a Comissão do Comissariado dos Desalojados dos concelhos, comissão esta oficial e integrada no espírito da Lei, para fins específicos, decretados pelo Poder Central.

5. A Câmara do Seixal informa que se encontra em Armazém camarário, apenas por colaboração com os desalojados desfavorecidos, quantidades apreciáveis de leite em pó e óleo alimentar remetidos pela Comissão Distrital dos Desalojados de Setúbal. Estes produtos, cujo armazenamento nas instalações camarárias há cerca de um mês perturba o bom funcionamento dos nossos serviços, aguardam distribuição por quem de direito que não a Câmara.

6. Se persistir por mais 15 dias a não existência de uma Comissão voluntária, reconhecida, para a distribuição dos produtos citados, já que é vedado à Comissão do Comissariado do Concelho, proceder à distribuição, a Câmara do Seixal remeterá os produtos à procedência, isto é, à Comissão Distrital de Setúbal responsável, já que não quer ser conivente de modo algum com a deterioração dos alimentos tão necessários aos desalojados desfavorecidos.

7. A Câmara do Seixal, informa que, no dia 2 do corrente mês, sem seu conhecimento prévio, um elemento desalojado das ex-colónias, mandatado pela Comissão Distrital, pretendia deixar no Seixal e no armazém camarário o seguinte:

1 fardo de roupa usada
1 saco de roupa diversa proveniente da Suécia
1 fardo de capotes militares suecos de 1945
1 caixa de blusões militares suecos
1 caixa de camisolas interiores usadas, provenientes dos Estados Unidos
1 saco de sapatos usados provenientes da Cruz Vermelha Internacional
40 copos de plástico.

Porque no Armazém não existia espaço disponível, todo este material seguiu destino desconhecido, à responsabilidade do desalojado citado.

8. A Câmara do Seixal informa que, nas actuais circunstâncias, jamais receberá quaisquer mercadorias para desalojados, pois, para os mesmos, terá necessariamente de existirem responsaveis pela recepção e distribuição.

Por outro lado, recusamo-nos a ser o caixote do capitalismo estrangeiro.

9. A Câmara do Seixal, neste e em todos os casos, jamais se limitará ao conhecimento de anomalias, denunciá-las-á sempre.

Seixal/Março/1977

A CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL

PUB

SINDICATO DOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO DISTRITO DE LISBOA

Conhecer e analisar a mais recente legislação do trabalho é fundamental para tornar possível, por parte dos trabalhadores e do Movimento Sindical, uma resposta firme às medidas antioperárias que têm vindo a ser publicadas. Para nós, Rodoviários, é também fundamental sabermos da situação do nosso Contrato Colectivo de Trabalho, dependente, como é do conhecimento de todos, da Portaria de Extensão.

Temos o direito de participar na elaboração da legislação do trabalho.

Temos força suficiente para conseguir o nosso contrato.

Camarada, comparece nos plenários de empresa e nas Assembleias Gerais que o Sindicato vai realizar.

UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS

PLENÁRIOS A REALIZAR NAS SEGUINTES EMPRESAS:

10/3/77 (20.30) EMPRESA DE TRANSPORTES GALAMAS LDA. Calc. do Cardeal, Pátio da Cova, Campo de Santa Clara, Lisboa.
11/3/77 (18.00) MANUEL HENRIQUES MACHADO — Azinhaga da Torrinha ao Rego, Lisboa.
15/3/77 (18.00) TRANSPORTES CENTRAL DE SANTA APOLÓNIA — Rua da Manutenção, 58 Lisboa.
16/3/77 (18.00) COMPANHIA INDUSTRIAL PORTUGAL E COLÓNIAS — Alameda do Beato, 3 Lisboa.
16/3/77 (21.30) EMPRESA BARRAQUEIRO — Olival de Basto.
19/3/77 (15.00) TRAGEL-TRANSPORTES SOUSA ARAÚJO LDA. — Estrada de Benfica 682-A Lisboa.

Com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS:** 1.º Legislação do Trabalho
2.º Portaria de Extensão (Alargamento de Âmbito)

PLENÁRIOS DE SECTOR A REALIZAR NO SINDICATO

21/3/77 (21.30) MOTORISTAS DE EMPRESAS PRIVADAS (Carga de Aluguer)
22/3/77 (21.30) MOTORISTAS DE EMPRESAS PRIVADAS (Abrangidas pela N/Portaria)
23/3/77 (21.30) MOTORISTAS PROFISSIONAIS AO SERVIÇO DE ENTIDADES PARTICULARES
28/3/77 (21.30) MOTORISTAS DE TÁXIS
6/4/77 (21.30) INSTRUTORES DE ENSINO DE CONDUÇÃO AUTOMOVEL

Com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS:** 1.º Legislação do Trabalho
2.º Portaria de Extensão (Alargamento de Âmbito)

LISBOA, 8 DE MARÇO DE 1977 A DIRECÇÃO

PORTUGAL (ESPERANÇAS), 1-FINLÂNDIA, 1

O dia dos "borlistas"

Acusada, a todos os ventos, de «esmifrar» o pagode até ao tutano, a Federação de Futebol teve ontem um gesto de prodigalidade: calculando que, a pagar bilhete, não arranjava cem mil réis para a água (vidé o acontecido no último compromisso oficial...) abriu as portas do Jamor e, com a colaboração do Sol, arrancou ao labor ou à baixa da Previdência uns cinco mil trabalhadores, fora (para aí) uns 200 estudantes, duas dúzias de polícias, vinte jogadores de clubes profissionais, mais uns 40 praticantes de atletismo que viraram costas ao «tartan» e ficaram, docemente embalados pela calma vespertina, a espreitar o relvado.

No palco: as «esperanças» do futebol português, em esgrima (particular) com uns rapazes finlandeses (bombeiros, empregados de escritório, professores de Educação Física, funcionários bancários, vendedores de seguros, comerciantes) que, com uma camisola branca e calções azuis, andam pela Europa em diletante excursão, para se aclimatarem e treinarem, com vista ao mundial de chuto.

É evidente que, como qualquer leigo calcularia, os finlandeses moram no rés-do-chão do futebol: toscos em matéria técnica, embrionários em processos tácticos, apenas se salientam por serem donos de corpos escorreitos e de pulmões sem buracos. Não fora isso, essa força e energia que ressalta de cada apelo ao físico, e a malta (mesmo «borlista») teria assobiado o chamado *team de esperanças* cá da casa, na verdade a roçar uma mediania confrangedora, sem rasgos nem soluções de continuidade, com muitas unidades enoveladas, como se o parceiro do lado, o suporte da sua jogada, fosse estorvo imóvel, penhasco ou serrania. E foi pena que, ao fim de tantas sessões de preparação, treinos e estágios, o primeiro exame resultasse desolador: nem remate, nem ligação inter-sectorial. Tudo feito sem nexo, pesem (embora) os esforços de alguns moços que parecem burilados entre matéria amorfa: Frasco, Folha, João, mesmo Amaral, Cardoso, Gomes, Eurico, Alberto e Fonseca. Mas, a imagem no espelho era de desesperança, de conformismo: não se andava até à baliza contrária e, cá atrás, despachava-se a bola para onde se estava virado. Não há dúvida: foi das mais paupérrimas exibições que qualquer seleccionado já exibiu, apenas explicável (ou perceptível) por haver desmotivação e não existir prémio em equação. E (ainda) pelo puro e simples facto do parceiro de festa não valer um ceitil.

Tardou-se 76 minutos para descobrir o viveiro finlandês: centro de Cardoso (da banda esquerda), toque por Amaral, cabeça de Folha e, em disparo súbito e raivoso, Amaral colou a bola às malhas. O engraçado da história é que, nove minutos depois, estava feita a igualdade, com o esférico a passar entre o poste e as mãos de Matos, piando como um pinto de aviário. Era o nulo: a justiça divina escrevera o que merecia a rapaziada.

Impõe-se uma citação de apreço para a arbitragem, conduzida paternalmente pelo juíz Américo Barradas: para a lição ser completa só faltou ir explicar como se marcam lançamentos laterais e o que é o «fora de jogo». Teve como colaboradores dois preparadores do sector técnico federativo (Rodrigues Dias e José Falcão) mas o mérito de uma condução impecável assenta-lhe por inteiro. No lavar dos cestos, quando a vindima acabara (e tanto Juca como José Maria Pedroto incentivavam os seus escolhidos, não esquecendo de salientar as características de treino que rodearam o espectáculo) Américo Barradas partia para o banho debaixo dos aplausos de quem estava mais perto. Fora ele o fulcro do gratuito «show» de uma tarde de fuga aos compromissos, em período de trabalho *obrigatório para todos os portugueses*.

NEVES DE SOUSA

Amadores finlandeses versus profissionais «esperanças»

NOMES

Árbitro: Américo Barradas, de Lisboa.

PORTUGAL («Esperanças»): Tibi (Matos); Teixeira II, Eurico (Festas), Eduardo Luís e Alberto (Cardoso); Frasco e Pedroto; Fonseca (Folha) Gomes (Formosinho), Sousa (Amaral) e João.

FINLÂNDIA: Enckelman; Ilola, Vierikko, Vihtilä e Ranta; Jantaner, Suomalainen e Toivola (Tomroos); Rissanen (Pyykoo). Aki Heinskanen e Paatelainen.

Golos: Amaral e Pyykoo.

Pedroto: «confiança na rapaziada»

LÁ FORA

DISTINÇÃO

A romena Nadia Comaneci (15 anos), campeã olímpica de ginástica, foi considerada a «Atleta do Mundo», ao ser-lhe atribuido em Nova Iorque esse galardão, após uma votação feita por um grupo internacional de jornalistas desportivos. A pedido de Nadia Comaneci, o prémio de 10 000 dólares (cerca de 400 contos), atribuído por uma fábrica de «whisky» que patrocina o galardão, será entregue à Federação Romena de Ginástica.

Nadia deveria fazer uma digressão exibindo-se nos Estados Unidos, ainda este mês, mas desistiu da viagem por causa do programa intenso de treino que está a seguir.

MUNDIAL

Para a fase de qualificação até ao Mundial de futebol, há hoje um jogo fundamental: Brasil-Colômbia, no Estádio do Maracanã (Rio de Janeiro). No embate anterior, em Bogotá, os «canarinhos» não foram além de um nulo sem golos. Depois disso, enquanto o Brasil mudava de técnico (Osvaldo Brandão substituído por Cláudio Coutinho) a Colômbia empatou no Paraguai (1-1). Daí que a disputa desta noite seja fundamental para as aspirações das formações em cotejo.

Futebol da Guiné na segunda ronda da "Taça de África"

Pela primeira vez na sua curta vida de independência o futebol da Guiné-Bissau conseguiu um notável êxito ao apurar-se para a segunda eliminatória da Taça de África dos Vencedores das Taças a equipa do Sporting de Bissau.

«Os Leões» da capital da jovem república eliminaram o «Cedar United», da Libéria, com o resultado global de 2-1 ou seja, empate a uma bola na capital da Libéria (Monróvia) e vitória recente de 1-0, em Bissau. O golo que ditou a sorte nesta primeira eliminatória foi marcado por Fodé, aos 5 minutos da segunda parte, já depois de Armando Manhiça ter desperdiçado uma grande penalidade.

Na segunda eliminatória da Taça da África, o Sporting de Bissau defronta o vencedor que opõe os grupos representativos dos Camarões e da República Centro Africana.

Segundo informações colhidas no jornal «Nô Pintcha», os futebolistas da Libéria mostraram superioridade técnica enquanto os guineenses se apresentaram mais aguerridos e lutadores. No final, e segundo o relato daquele jornal, «os jogadores do Sporting festejaram a ousada vitória com grandes abraços».

PORTUGAL

ANDEBOL

Acto de posse da Comissão Distrital de Árbitros de Andebol, a 11 do corrente, na Praça da Alegria, 65 (Lisboa).

ATLETISMO

Mais dois novos «records» nacionais: por Manuela Alves (Sporting) correndo 500 metros em 1m. 16,7 s. e nos 5000 marcha, que o benfiquista Luís Dias percorreu em 25m. 34,2 s.

BASQUETEBOL

Até ao dia 19 estão abertas, na Comissão Distrital dos Juízes de Basquetebol de Setúbal, inscrições para o curso de árbitro, marcador e cronometrista, a efectuar de 21 do corrente a 30 de Abril. Dos 17 aos 40 anos, todos podem aparecer. Ainda de basquetebol: programados para 1 e 2 de Abril, jogos entre Portugal e Marrocos (selecções).

CICLISMO

O ciclismo em S. Miguel (Açores) vai entrar numa fase de constante actividade, a fim de permitir aos atletas o apuramento da sua forma e proporcionar ao público a assistência a um desporto de que gosta e que chegou a atingir um nível de elevvado prestígio. Foi este o resultado da reunião efectuada no pavilhão gimnodesportivo pela Associação de Desportos de Ponta Delgada, com a presença de dirigentes, técnicos e praticantes da modalidade.

De Março a Julho do ano em curso, realizar-se-ão quatro provas de rampa, dois contra-relógios e três provas de estrada. Na presente época, ainda não está incluída no calendário de provas a Volta à Ilha de S. Miguel, competição que já se efectuou há alguns anos, com a participação de equipas continentais (nomeadamente do Sporting, Benfica, Futebol Clube do Porto e Coelima).

HÓQUEI PATINADO

O europeu (seniores) de hóquei patinado será disputado no Porto, de 23 a 30 de Julho deste ano.

JUDO

Assembleia Geral do Judo Clube de Portugal, pelas 21 horas de 18 do corrente. A eleição dos novos corpos gerentes da agremiação figura na agenda.

«LUDENS»

Revista trimestral do Instituto Superior de Educação Física, «Ludens» está no seu 2.º número, que inclui artigos como «Consumo maximal de oxigénio-comparação de dois métodos de avaliação sobre bicicleta ergométrica» (Maria Luísa de Melo Barreiros-P. Bruyn-Prevost), «O interesse da bioquímica na Educação Física» (Flávio Lopes Pereira), «Origem e evolução do basquetebol» (Associação Nacional de treinadores de basquetebol) e «A organização das actiiividades física e desportivas na Finlândia» (Francisco Sobral).

LUTA

Campeonatos nacionais de luta (principiantes, juniores, esperanças e seniores), em estilo livre, no dia 13, no ginásio do Ateneu.

Entretanto, a 11 do corrente, tem lugar (na sede federativa) uma reunião sobre actualização, novas regras e comunicações respeitante ao estágio efectuado em Clermont-Ferrand (França).

PATINAGEM

Campeonato nacional de patinagem artística, a 31 do corrente, 1, 2 e 3 de Abril, no pavilhão da Associação Académica da Amadora.
k55k

TIRO AO ARCO

A 13 deste mês, no ginásio do Liceu de Queluz, prova de tiro ao arco organizado pelo Clube Atlético de Queluz.

VELA

A 12 e 13 do corrente, o Clube Desportivo de Paço-de-Arcos efectua competições de vela (Torneio de Abertura) destinadas às classes «470», «finn», «snipe», «420», «vaurien», «sharpie», «laser» e «Europe».

viagens na PÁSCOA

MADEIRA	Abril	8-10 e 7-11
	»	8-12
AÇORES	»	3-10
LONDRES	»	7-11
MARROCOS	»	3-10
PALMA MALLORCA	»	3-10
ATENAS	»	3-10
ROMA	»	3-10
EGIPTO	»	3-10
TERRA SANTA	»	3- 9
PARIS	»	3-10
NICE		

PORTUGAL — o Norte, o Centro e o Sul do país em magníficos autocarros de turismo.

Europeia
• a experiência ao serviço do turismo •
Av. da Liberdade 233 Telef. 53612[illegible] Lisboa

CONCERTO

— Grupo de Música Contemporânea
— Segréis de Lisboa

Integrado na EXPOSIÇÃO DE SOLIDARIEDADE E APOIO AOS ANTIFASCISTAS PRESOS NO BRASIL

Sociedade Nacional de Belas-Artes
5.ª-feira, 10 de Março, 21.30 h.

NÃO SÃO SALDOS

SÃO VENDAS A PREÇOS DE OCASIÃO

Rádios c/ reprodutor e GIRA-DISCOS, de sala, a preços sensacionais
Rádios e Wisks de todas as marcas a preços de sensação
FERREIRA ALVES & ALVES
Praça da Figueira, 11-3.º-Dt.º — Lisboa

COLISEU
EMPRESA RICARDO COVÕES (HERD.) — Tel. 361997

SEXTA-FEIRA, às 21.30 horas — ESTREIA

O MAIS CÉLEBRE E LENDÁRIO PALHAÇO DO MUNDO

OLEG POPOV

UM GRANDE ACONTECIMENTO ARTÍSTICO COMO OS SEUS OLHOS NUNCA VIRAM

A 1.ª COMPANHIA OFICIAL DE CIRCO DA U. R. S. S.

INÚMERAS ATRACÇÕES * ACROBATAS EM CAVALOS * URSOS À «ESCOLA» DE CÃES, ETC.

TARDES: SÁBADOS E QUINTAS-FEIRAS, às 16 horas
AOS DOMINGOS: 2 «MATINÉES» — 1.ª, às 14.30; 2.ª, às 17.30 h.
TODAS AS NOITES: às 21.30 horas ——— (PARA TODOS)

BILHETES À VENDA A PARTIR DAS 13 HORAS

Colóquio sobre C.E.E.

. Efectua-se esta noite no Instituto Superior de Economia, às 20 e 30, no Anfiteatro 2, um colóquio promovido pela Direcção da Associação de Estudantes do I.S.C.S.P., subordinado ao tema «Integração de Portugal na C.E.E.».

Participantes no colóquio: Mário Murteira («Transferência de mão-de-obra e de capitais e a questão da dependência»); Sérgio Ribeiro («Criação do Mercado Comum», «Desenvolvimento económico comunitário» e «As razões políticas e a possibilidade técnico-económicas»); João Cravinho («O alargamento da comunidade: a entrada de Portugal»); Carlos Roma Fernandes («As implicações da entrada de Portugal na C.E.E.»); e Álvaro Ramos Pereira (participação no debate). Entrada livre.

Roménia pede auxílio

Em virtude do violento sismo que há dias assolou a Roménia, aquele país necessita urgentemente dos seguintes equipamentos médicos e medicamentos:

Equipamentos: electrocardiógrafo, incubadoras para bebés, aparelhos para anestesiação, aparelhos ortopédicos, aparelhos para respiração artificial, aparelhos para neuro-cirurgia, mesas operatórias, instrumentos especiais para cirurgia e ambulâncias.

Medicamentos: Eledon, Prodicton, medicamentos para terapia intensiva (Liquemin, Visken, Persantin ampolas), aminofisina, anestésicos, acutol (sprey), tónicos cardíacos, antibióticos com espectro largo, Bisolvon loção, vasodilatadores, pensos cirúrgicos, adesivos especiais e algodão esterilizado.

As pesssoas e entidades interessadas podem enviar as suas dádivas directamente para Crucea Rosie, Bucareste (Cruz Vermelha romena) ou contactar a Embaixada da Roménia em Lisboa, Rua de São Caetano à Lapa, 5, telefones 660866-668812-664347.

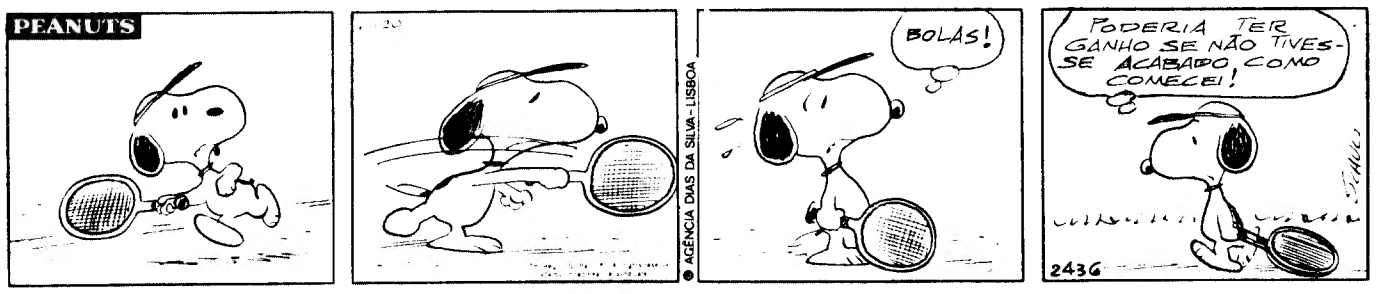
Política de A a Z

Continuação da pág. 2

saem-lhe erradas. O seu M. N. R. é, por enquanto, um ratito ao pé do M. I. R. N. E o lugarzito de deputado na bancada bem arrumada do C. D. S. pode tornar-se uma presença incómoda para um partido que não desistiu de ser, formalmente, parlamentarmente, «oposição civilizada».

Os «activistas» convocados por Galvão de Melo, o incitamento ao ódio e à violência, não vão com o estilo professoral de Freitas do Amaral, com a elasticidade de Amaro da Costa, com a tenacidade comedida de Basílio Horta. Galvão de Melo está já a mais na bancada do C. D. S. Quererá ele ser um tolerado, uma curiosidade, um «caso pitoresco»?

O discurso do Coliseu vai mais longe do que o discurso de Rio Maior. Mas a inspiração é a mesma. Não se vê que, com tal pobreza de ideias, Galvão de Melo possa ir muito além da simbologia da «moca» e de um activismo de desesperados.



Canal da Crítica

Continuação da pág. 15

são os formidáveis campiões dos direitos ómanos;

b) — Que os Estados Unidos nada têm a ver com as violações dos direitos humanos no Chile;

c) — Que até nem sabiam de nada, desde 1973. Tanto que só agora protestam.

d) — Que mesmo assim, vamos lá a ver, não se deve ferver em pouca água, as violações são apenas **alegadas**...

Encantador, não é?

OITO DE MARÇO

O dia Internacional da Mulher, na Televisão, foi assim: quase no fim do **Telejornal** m elemento do Movimento Democrático das Mulheres, Maria do Carmo Santos, referiu-se levemente ao significado da data. Tinha de andar depressa, pois eram tão quase-nada os minutos postos à sua disposição...

Sonhei com um grande programa. Um filme, um teatro, uma invocação didáctica nem dimensões proporcionais à importância da efeméride.

Ó pá, sempre me saiste um chalupa! Aquilo e foi um pau.

Dois minutos. E o Telejornal lava daí as suas mãos, não venham depois os críticos e os telefonemas a chatear...

tempo

Situação do tempo
09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava muito nublado e o vento era fraco a moderado prodominando de Sudoeste. Aguaceiros nalguns locais do Norte e Centro.

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H.

PORTO	13º
PENHAS DOU.	4º
COIMBRA	12º
PORTALEGRE	10º
LISBOA	14º
FARO	16º
FUNCHAL	17º

TEMPERATURAS EXTREMAS

ANADIA

Máxima 24º

TEMPERATURAS NO ESTORIL

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
5.25	4,2 m	11.07	0,8 m
17.47	4,1 m	23.27	0,9 m

DIA 10

6.09	4,0 m	11.53	1,0 m
18.33	3,9 m		

DIA 11

7.00	3,8 m	0.18	1,1 m
19.28	3,7 m	12.46	1,3 m

PREVISÃO GERAL ATE ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Períodos de céu muito nublado; vento fraco ou moderado de Oeste; aguaceiros fracos nas regiões do Norte; agravamento do estado do tempo durante o dia de amanhã com aumento de nebulosidade em várias regiões.

AMANHÃ

NASCER AS 6.56
OCASO AS 18.38

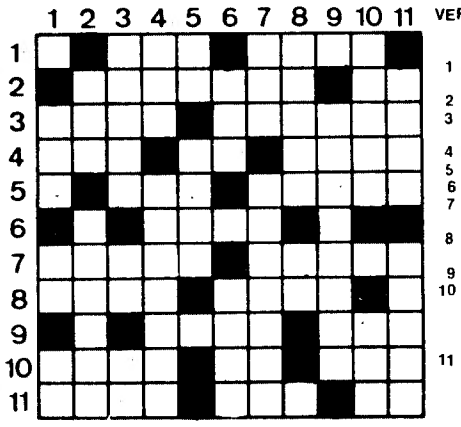
DIA 11 DIA 18 DIA 27 DIA 4

palavras cruzadas

COM PROVERBIO
PROBLEMA N.º 11692

HORIZONTAIS

1 Contracção da preposição a com o artigo definido a. Bondosa. Sofreguidão.
2 Carimbamos. Batráquio.
3 Esposa do filho. Aves trepadoras.
4 Governanta. Pronome pessoal. Desabas.
5 Ente. Cidade de Itália.
6 Remedeia.
7 Uma das Grandes Antilhas. Engasta.
8 O mesmo que açaizeiro. Género.
9 Tombar. Uma das Novas Hébridas, na Melanésia.
10 Planta também chamada hédera. Criminosa. Pequeno símio do Brasil.
11 Pegas. Patrão. Sufixo que designa estado.



VERTICAIS

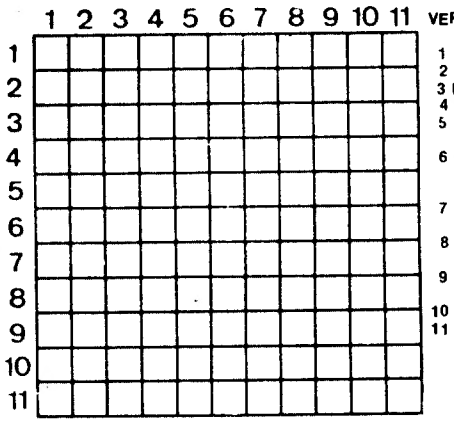
1 Recusa. Tempo do verbo haver. Existe.
2 Ruído. Saltos de calçado.
3 Falsos. Segura. Rádio (s.q.).
4 Olé. Retesas.
5 Autores. Atraiçoa.
6 Ruim. Saca.
7 Tempo do verbo ir. Mortifiquem.
8 Cidade do Japão. Letra grega.
9 Apagaras.
10 Comprais garrotes de ano para revender daí a dois anos para exportação. Auxílio moral.
11 Queima. Despachar.

Resolveu completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE
PROBLEMA N.º 7752

HORIZONTAIS

1 Olé. Conquista. Carta de jogar.
2 Uma das incarnações de Vixnu na mitologia hindu. Mencionava um texto, facto ou opinião, como exemplo.
3 Respeita. Nobre (fig).
4 Guarnece de arames. Actínio (s.q.).
5 Antes de Cristo. Falha.
6 Serviço Nacional (abrev.) Arremesse. Brisa.
7 Sacerdote. Dou massagens a.
8 Preposição. Campeão. Coisa (ant.).
9 Lista. Descascara.
10 Amante de D. Teresa, mãe de D. Afonso Henriques. Olhar atentamente.
11 Gorgulhos tropicais. Previne.



VERTICAIS

1 Agora. Inteligente.
2 Aselha. Galanteio.
3 Estimara. Pátria.
4 Acometera. Verso. (abrev.)
5 Amónio (s.q.). Nome de letra (pl). Artigo definido
6 Língua antigamente falada ao sul do rio Loire. Ave da família dos láridas (Bras).
7 Dá mios. Arara. Ave pernalta.
8 Tratarem por tu. Cinquenta e quatro em romano.
9 Baú. Cidade do estado do Maranhão (Bras).
10 Rio de Portugal. Aguças.
11 Saudável. Perfumara.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11691

HORIZONTAIS	VERTICCAIS
1 Coira. Asa.	1 FAZ. BRAVURA.
2 Açor. Andais.	2 Casas. Ages.
3 Zarca. Aiara.	3 Corar. Agá.
4 São. II.	4 Orço. Marrã.
5 Bar. Sora. Os.	5 Será. Re.
6 Rs. Meteras.	6 Rã. Pott. Ais.
7 FARTURA.	7 Ana. Réus. AC.
8 Va. Rã. Sarro.	8 DI. Arrás.
9 Ugar. Soar.	9 AAA. Aaro.
10 Regaria. Ta.	10 Sírios: rata.
11 Asa. Escalam.	11 Asais. Moram.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7751

HORIZONTAIS	VERTICAIS
1 Alvas. Caspa.	1 Amaça. Amais.
2 Me. Falir. Ar.	2 Levas. Romão.
3 Aviam. Afino.	3 Ir. Eure.
4 Cargo. Ratam.	4 Afagar. Cl.
5 Ás. Aa. Ara.	5 Samoa. Nasal.
6 Er. Ali.	6 Nó.
7 Aru. Nós. Omo.	7 Ciara. Slata.
8 Morca. As. Ob.	8 Arfara. Siam.
9 Ameis. Ll. Li.	9 Italo.
10 Ia. Arta. Ac.	10 Pana. Imolar.
11 Sorel. Amaré.	11 Aroma. Óbice.

PROVÉRBIO: A FARTURA FAZ BRAVURA

PUB

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

COVAIS A DESOCUPAR E ANUIDADES EM ATRASO

Avisam-se as famílias dos falecidos inumados em Março de 1972, nas sepulturas seguintes, de que devem comparecer na Administração dos cemitérios respectivos, para conhecimento das exumações a efectuar em Abril de 1977.

Alto de S. João	724	a	1036	adultos	e	18	a 23	menores
Prazeres	31	»	—	»	»	—	» —	»
Ajuda	176	»	264	»	»	8	» 9	»
Benfica	362	»	539	»	»	4989	» 5010	»
Olivais	2843	»	2879	»	»	507	» 508	»
Lumiar	7597	»	7801	»	»	3230	» 3346	»

Avisam-se os interessados de que os serviços cemiteriais não poderão ser responsabilizados pelo desaparecimento ou descaminho de valores que porventura tenham seguido à terra com os restos mortais a exumar, pelo que terão conveniência, quando assim tenha acontecido, em que por si ou por quem os possa representar, seja presenciada a abertura dos covais para efeito das exumações. Caso pretenda assistir a essa abertura, deverá o interessado nos restos mortais ou quem o possa representar, expressamente declará-lo quando, para tratar da exumação, comparecer na Administração do Cemitério respectivo.

Avisam-se também os interessados nos compartimentos de jazigos e ossários municipais, cujas anuidades estão em atraso, de que devem actualizar o respectivo pagamento. O não pagamento dentro dos prazos indicados implicará a desocupação dos aludidos compartimentos e os restos mortais neles contidos considerados abandonados.

24/2/77

farmácias de serviço

LISBOA

AFRICANA — R. Bernardino Costa, 45. Tel. 369120.
ARNALI — Rua Escolas Gerais, 83-A. Tel. 863940.
ASCENSO — Praça do Norte, 22-A (B.º Encarnação). Telefs. 311216-310172.
AVENIDAS — Av. República, 27-A. Tel. 533688.
AZEVEDO FILHOS — Pr. D. Pedro IV, 31 (Rossio). Tel. 327478.
CARRASCO — Rua Presidente Arriaga, 39. Tel. 667460.
CARRASCO — Rua Presidente Arriaga, 39. Tel. 667460.
CELTA — Rua Moura Girão, 3-B. Tel. 890621.
CENTRAL DO LUMIAR — Rua do Lumiar, 77. Tel. 790480.
CUNHA — Rua Escola Politécnica, 16. Tel. 325455.
DIMAR — Rua Conde Monsaraz, 17-B. Tel. 842533.
G. SILVA — Rua Francisco Tomás da Costa, 3-C. Tel. 771873.
GAMA — Calçada da Estrela, 130. Tel. 660339.
J. RIBEIRO — Estr. da Luz, 199-A. Tel. 726462.
JOÃO XXI — Av. João XXI, 16-A. Tel. 726462.
MARLUZ — Calça. da Picheleira, 140-B. Telefs. 720703-728395.
MENDES GOMES — C.ª da Ajuda, 22. Tel. 638256.
NOBEL — Rua Actor Vale, 53. Tel. 842152.
OLIVEIRA — Rua de Campolide, 54-A. Tel. 684424.
OLIVEIRA VIEGAS — R. Virriato, 29-A. Tel. 548966.
ORIENTAL DE LISBOA — Rua Alves Torgo, 2-B. Tel. 45079.
PORFIRIO — Rua Francisco Metrass, 59-B. Tel. 663349.
RAINHA SANTA — R. Afonso Lopes, Vieira, 57-B. Tel. 765262.
S. A. E. SILVA F.os — Rua S. João da Mata, 72-74. Tel. 661010.
SALTER — Rua de Xabregas, 63-65. Tel. 381185.
SANEX — Av. da Igreja, 31-C. Tel. 897505.
SIMÃO — R. Cidade de Cabinda, 16-A. Tel. 310581.
TAPADA — Calç. da Tapada, 83-A. Tel. 634721.
UNIÃO — Estr. de Benfica, 592-594. Tel. 700092.

Permanente

AFRICANA — R. Bernardino Costa, 45. Tel. 369120.
J. RIBEIRO — Estr. da Luz, 199-A. Tel. 780969.
JOÃO XXI — Av. João XXI — Av. João XXI, 16-A. Tel. 726462.
ORIENTAL DE LISBOA — Rua Alves Torgo, 2-B. Tel. 661010.
CUNHA — Rua Escola Politécnica, 16. Tel. 325455.
TAPADA — Calça. da Tapada, 83-A. Tel. 634721.
PORFIRIO — Rua Francisco Metrass, 59-B. Tel. 663349.
OLIVEIRA VIEGAS — Rua Virriato, 29-B. Tel. 548966.
OLIVEIRA VIEGAS — Rua Virriato, 29-A. Tel. 548966.
SALTER — Rua de Xabregas, 63-65. Tel. 381185.

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Miraflores, R. António Granjo, 2 (Tel. 2113161)
ALCABIDECHE
Carvalho, Até às 21 horas
PORTO SALVO
Ferreira Bastos, Até às 21 horas
CARCAVELOS
Central, Até às 24 e das 0 às 9 horas.
S. DOMINGOS DE RANA
Godinho da Silva, Av. Sabóia, 29-B (Tel. 260085) Até às 21 horas
PAÇO DE ARCOS
Trindade Brás, R. Costa Pinto, 184 (Tel. 2432034) Até às 22 horas
OEIRAS
Godinho, R. Cândido dos Reis, 98 (Tel. 2430090)
NOVA OEIRAS
Leal, Até às 21 horas
PAREDE
Brandão Av. da República, 77-C (Tel. 2471054) Até às 24 e das 0 às 9 horas
PAREDE
Junqueira Mendes, Até às 21 horas.
S PEDRO DO ESTORIL
S. Pedro, R. 9 de Abril, 24 (Tel. 263052) Até às 24 e das 0 às 9 horas
AMOREIRA
Amoreira, (Tel. 262313/267314) Até às 22 horas
MONTE ESTORIL
Ostende, R. de Espinho, 1 (Tel. 260391) Até às 21 horas
CASCAIS
Misericórdia, R. Regimento 19, 41 (Tel. 280141) Até às 21 horas; **Cascais,** R. Conde de Monte Real B.º Caixas (Tel. 282407) Até às 24 e das 0 às 9 horas).

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Dias, Av. Marques de Pombal, lote 9 (Tel. 934589) Serviço permanente; **Campos,** R. Elias Garcia, 185 (Tel. 930072) Até às 22 horas; **Nova,** R. Elias Garcia, 10 (Tel. 972530) Até às 22 horas
DAMAIA
D. João V, Av. Gurgel do Amaral, 2-A (Tel. 970461)
QUELUZ
André, Av. Elias Garcia, 151 (Tel. 950043)
CACÉM
Garcia, AV. dos Missionários, 2 (Tel. 2942181)
RIO DE MOURO
Riomouro, Av. Óscar Monteiro Torres, 8 (Tel. 2960194)
SINTRA
Marrazes, Estefânia (Tel. 2930058)
COLARES
Abreja, (Tel. 299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Gameiro, L. António dos Santos Jorge, 15 (Tel. 234100)
ALHOS VEDROS
Gusmão, R. Cândido dos Reis, 30 (Tel. 204020)
ALMADA
Magalhães, R. Capitão Leitão, 8-B (Tel. 2750242)
BAIXA DA BANHEIRA
Teixeira, B. de Moçambique (Tel. 2020946)
BARREIRO
Mascarenhas Neto, R. Almeida Garret, 1 (Tel. 2072454)
COVA DA PIEDADE
Rainha Santa, Est. das Barrocas, 50-A (Tel. 2494182)
MOITA
União Moitense, Av. dr. Teófilo Braga (Tel. 239025)
MONTIJO
Giraldes, R. Almirante Reis, 45 (Tel. 2310008)
SESIMBRA
Leão, Av. da Liberdade, 13 (Tel. 2233471)
SETÚBAL
Bocageana, R. do Romeu (Tel. 23425); **Bairros,** B.º Santos Nicolau (Tel. 23330)
SEIXAL
Soromenho, R. Paiva Coelho, 38 (Tel. 2218560)

PORTO

PASTELEIRA — Rua André de Resende, 92 Tel. 687011; **Almeida Cunha** — Rua Formosa, 327 Tel. 24874; **CONTUMIL** — Rua de Contumil, 540 Telef. 485755; **SAMPAIO** — Rua de Cedofeita, 636 Tel. 21782; **VAZ TEIXEIRA** — Rua do Heroísmo, 56 Tel. 52782; **COSTA LIMA** — Av. da Boavista, 855 Tel. 60606; **MARQUES DE MENDONÇA** — Rua do Ameal, 251 Tel. 487118; **SÃO JERÓNIMO** — Rua de Santos Pousada, 622 Tel. 54526.

(De dia e toda a noite)

ORIENTAL — Rua do Bonjardim, 727 Tel. 27878; **CARDONA DOS SANTOS** — Rua D. Manuel II, 90. Tel. 31505; **BIRRA** — Praça da Liberdade, 125 Tel. 20463; **MONTE CATIVO** — Rua do Monte Cativo, 444 Tel. 481687.

COIMBRA

LOPES RODRIGUES — Rua Fernandes Tomás, 41 Tel. 22634; **OLIVAIS** — Rua Bernardo Albuquerque, 159. Tel. 72904.

cinemas

ALVALADE
Tel. 897480 — 15.30, 18.30 e 21.15 h.

Hoje estreia às 21.15

Jack Palance, Trevor Howard, Julie Ege em

SEDE DE SANGUE DO ÍDOLO NEGRO

Um filme de Fredde e Francis

Interdito a men. de 18 anos

APOLO 70
Tel. 763319 — 14.15, 17.45 e 21.15

Não acons. men. de 13 anos

Ryan O'Neal e Marisa Berenson

BARRY LYNDON

de Valério Zurlini

Hoje às 0.30 h.

(Grupo D M/18 anos)

«O FILTRO DO AMOR»

AVIS
Tel. 47163 — 15.30, 18.30 e 21.15 h.

Não acons. a men. de 13 anos

Franco Franchi

Numa divertida comédia

PAULO, O FRIO

BERNA
Tel. 776098 — 14, 16.30, 19 e 21.15 h.

Michel Bouquet, Jean Rochefort, Raymond Pellegrin em

O COMPLOT

Um filme de Rene Gainville

Não acons. a men. de 18 anos

CALEIDOSCÓPIO
Tel. 795093 — Hoje estreia às 21.15

Já terá a civilização esquecido os horrores da guerra de 1914?

«A OESTE NADA DE NOVO»

Um filme de Lewis Milestone

Não aconselhável a menores de 13 anos

Hoje às 14.00, 16.30 e 19.00

Ultimas exibições do filme

«OS HOMENS DO PRESIDENTE»

CASINO ESTORIL
Tel. 264021 — 17.00 e 21.15 h.

NADA

c/ Fabio Testi, Mariangela Melato

CASTIL
Tel. 630194 — Estreia 21.15

Jane Birkin/Joe Dallesandro

«AMOR MARGINAL»

(Je T'aime moi non plus)

Brevemente vivido numa terra de linguagem poética e cruel

Um filme de Serge Gainsbourg

Int. M/18 anos

15, 17 e 19

«TRIÂNGULO ERÓTICO»

Int. M/18 anos

CONDES
Tel. 322523 — 14, 16.30, 19 e 21.15

Não acons. men. de 13 anos

A missão impossível

O RAID RELÂMPAGO DOS COMANDOS

com Charles Bronson

EDEN
Tel. 320763 — 14, 16.30, 19 e 21.30

O mais famoso romance de capa e espada na sua versão integral

OS TRÊS MOSQUETEIROS

Um filme de Bernard Borderie

Não acons. a men. de 13 anos

ESTÚDIO
Tel. 535134 — 15.30, 18.30 e 21.15 h.

Catherine Deneuve/Jean Louis Trintignant

A AGRESSÃO

(L'agression)

4.ª semana

ESTÚDIO 444
Tel. 779095 — 14.30, 16.45, 19 e 21.15

Não acons. a men. de 18 anos

UM CORPO NO TERRAÇO

2.ª semana

Um filme de mistério e fantasia c/ Arthe Keller, Fernando Rey

IMPÉRIO
Tel. 555134/5 — 15.15, 18.30 e 21.15

Interdito a men. de 18 anos

Romy Schneider (prémio de interpretação) e Fabio Testi em

O IMPORTANTE É AMAR

Um filme de Andrzej Zulawski

2.ª semana

Metro Alameda

LONDRES
Tel. 801313 — 14.00, 16.30, 19 e 21.15

Não acons. a men. de 13 anos

OH MEUS AMIGOS

11.ª semana

Pietro Fermi

MUNDIAL
Tel. 538743 — 15.00, 18.15, 21.30

Não acons. a men. 18 anos

A obra-prima de Bernard Bertolucci

1900 — 2.ª parte

NIMAS
Tel. 574362 — 14.15, 16.30, 18.45 e 21.15

Não acons. men. 18 anos

MISTÉRIOS DO ORGANISMO

um filme de Dusan Makavejev

(o realizador de «Filme Doce»)

Não construa monumentos que não possa derrubar

ODEON
Tel. 326283 — 15.15, 18.15 e 21.15

Int. a men. de 18 anos

ADOLESCÊNCIA PERVERTIDA

Contém cenas event. chocantes

4.ª semana

PATHÉ
Tel. 821933 — 14.15, 16.30, 18.45, 21.45

Não acons. a men. de 18 anos

A PROFESSORA DE CIÊNCIAS NATURAIS

c/ Hilli Casati, Michel Gammino

POLITEAMA
Tel. 326305 — 14, 15, 16.30, 19 e 21.30

Int. a men. 18 anos

AS DESCARADAS

3.ª semana

RESTELO
Tel. 610375 — 21.15

Não acons. a men. 18 anos

FOGO REAL

ROMA
Tel. 727778 — 15.30, 18.30 e 21.15

Não acons. men. 18 anos

O Amor em Comédia

DECAMERON INTERDITO

Dado Crostarosa, Orchidea de Santis

ROXY
Tel. 48560 — Hoje estreia às 21.15

Pam Grier/Yaphet Kotto em

«A VIÚVA NEGRA»

Um filme de Arthur Marks

Não aconselhável a menores de 18 anos

Hoje às 14.00, 16.30 e 18.45

«LIBERDADE PARA AMAR»

S. JORGE
Tel. 554153/4 — 15, 18.15 e 21.30

5.ª semana

Não acons. a men. de 18 anos

«1900» — 1.ª PARTE

Atenção a 2.ª parte de **«1900»** está em exibição no Cinema Mundial

STADIUM (Algés)
Tel. 2112544 — 18.00 e 21.30

Não acons. a men. 13 anos

A AUDIÊNCIA

(L'Udienza)

de Marco Ferreri

Guarda de crianças durante as sessões

TIVOLI
Tel. 570595 — 15.15, 18.30 e 21.15

Laura Antonelli, Terence Stamp, Marcello Mastroianni

DIVINA CRIATURA

3.ª semana

Um filme de Giuseppe P. Griffi

Não acons. a men. de 18 anos

UNIVERSAL
Tel. 774402 — 15, 17, 19, 21, e 23 h.

CHACAL DE NAHUELTORO

Um filme de Miguel Littin

Produzido pela Universidade Católica do Chile

rádio

1.º Programa

16.00: Musivária (E.R.C.); **17.00**: Teatro; **17.30**: Música popular; **18.00**: Música portuguesa; **18.30**: Temas de saúde; **19.00**: Música variada; **20.00**: Jornal da noite; **20.30**: Melodias; **21.00**: 5.º episódio do folhetim «Mário», de Silva Gaio, numa adaptação de Ema Paul; **21.23**: Contraponto; **00.00**: Último jornal; **00.15**: Jazz; **00.30**: Música portuguesa; **01.00**: Repetição da 2.ª parte de um programa de variedades realizado no Teatro S. Luiz e organizado pela Radiodifusão Portuguesa — música na noite.

2.º Programa

16.10: Música de Rimsky-Korsakow; **17.30**: Canções; **18.00**: Música de Beethoven; **18888.35**: Conjuntos de câmara; **19.10**: Música do século XX; **20.00**: Poema sinfónico «De Itália», de Richard Strauss; **20.50**: Música de Albéniz; **21.00**: Música de Beethoven; **21.20**: Obras de Messian para órgão; **21.35**: Sinfonia n.º 1 de Mahler; **23.00**: Obras de Johann Christian Bach; **23.30**: Canções de Webern e Alban Berg; **23.45**: Concerto para violoncelo e orquestra, de Dvorak; **00.30**: Música de órgão; **01.00**: Fecho.

3.º Programa
Nacional e Regional (294 m)

16.00: Variante (continuação); **16.10**: Casos ao acaso, por Orlando Dias Agudo (repetição); **16.20**: Variante sobre rodas, por Fernando Petronilho; **17.10**: Prevenção e saúde, pelo dr. Sousa Pereira (repetição); **18.00**: Contacto; **18.20**: Títulos de 1.ª página; **18.30**: Actualidade; **18.45**: Fórmula 1; **19.05**: Teatro trágico, pelos Parodiantes de Lisboa; **19.30**: Debate em directo; **19.35**: A lei em que vivemos, pelo dr. Ruy Moura Guedes (repetição); **20.15**: Antologia; **20.30**: Pesquisa; **21.00**: A música e as vozes; **21.30**: Quando o telefone toca; **23.00**: Nocturno; **24.00**: Nocturno (continuação); **00.15**: Dia a dia com o passado; **02.00**: Fecho.

3.º Programa
Local (187,5 m)

18.00: Entardecer; **18.15**: Sal e pimenta (repetição); **18.30**: Dois estilos musicais; **19.30**: Romance de uma cidade (repetição); **20.15**: Segurança; **21.00**: Fecho.

4.º Programa
Emissão Total e Estereofonia

19.00: Em órbita; **20.00**: Programa da noite; **22.00**: Auditório; **24.00**: Prisma; **02.00**: Fecho.

outros espectáculos

LISBOA/Teatros

LAURA ALVES
21.30 (18 anos)
«As Calcinhas Amarelas»

A.B.C.
20.30, 22.45 (18 anos)
«Bem Águas de Bacalhau»

MARIA VITÓRIA
20.30 e 22.45 (18 anos)
«O Bombo da Festa»

MARIA MATOS
21.30 (13 anos)
«O Encoberto»

VARIEDADES
21.30 (13 anos)
«Isto é que me dói»

LISBOA/Cinemas

CINE AUDITÓRIO
21.15 (10 anos)
«Ninguém Foge para Sempre»

CALEIDOSCÓPIO
21.30 (13 anos)
«A Oeste nada de novo»

JARDIM
21.00 (13 anos)
«Para nós é canja»

CAPITÓLIO
21.15 (18 anos)
«Coxas Quentes»

CINEARTE
21.15 (18 anos)
«O sabor da vingança»

CINEBOLSO
21.30 (18 anos)
«As Memórias Íntimas de Miss Aggie»

RESTELO
21.15 (18 anos)
«Fogo Real»

EUROPA
21.15 (10 anos)
«Spartacus»

VOX
21.15 (10 anos)
«Cantinflas Pepe»

SATÉLITE
21.15 (17 anos)
«O Terceiro Homem»

MONUMENTAL
21.15 (13 anos)
«O Lutador da Rua»

OLÍMPIA
Sessões permanentes (18 anos)
«Um Amor Como o Nosso»

PARIS
21.15 (18 anos)
«As Aventuras de um Motorista de Táxi»

LUMIAR
21.15 (18 anos)
«Rebelde apaixonado»

PROMOTORA
21.15 (18 anos)
«O Viking Siciliano»

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Lido
21.15 (13 anos)
«Carambola»

AMADORA
Cinestúdio
21.30 (18 anos)
«Encontro de Amor em Bali»

SINTRA
Carlos Manuel
21.15 (18 anos)
«Teatros Eróticos de Paris»

OUTRA BANDA

ALMADA
Incrível
21.15 (18 anos)
«Meu Caro Assassino»

LARANJEIRO
Instrução e Recreio
21.15 (13 anos)
«Tudo a Postos Nada em Ordem»

LINHA DE CASCAIS

PAÇO DE ARCOS
Chaplin
21.15 (13 anos)
«Carambola»

OEIRAS
Oeiras-Cine
21.15 (18 anos)
«Hercules contra Karaté»

CASINO
17 e 21.15 (18 anos)
«Nada»

OXFORD
21.15 (18 anos)
«DeCameron Interdito»

CASCAIS
S. José
21.15 (10 anos)
«Lawrence da Arábia»

PORTO/Teatros

SÁ DA BANDEIRA
21.30 (18 anos)
«Vamos Trocar de Mulheres»

PORTO/Cinemas

COLISEU
21.15 (18 anos)
«Pronto a Disparar»

OLÍMPIA
21.15 (18 anos)
«O Hércules Chinês»

BATALHA
21.15 (18 anos)
«A Agressão»

ESTÚDIO
21.15 (18 anos)
«Adeus irmão cruel»

ESTÚDIO FOCO
21.15 (18 anos)
«Yakuza»

VALE FORMOSO
21.15 (13 anos)
«Vitória em Entebbe»

AGUIA DE OURO
21.15 (13 anos)
«Passado inesquecível»

CARLOS ALBERTO
21.15 (18 anos)
«A Última Mulher»

S. João
21.00 (18 anos)
«As Aventuras de um Motorista de Táxi»

ESTÚDIO 400
21.15 (18 anos)
«Onde é que me Dói?»

JÚLIO DINIS
17.45 e 21.00 (18 anos)
«O Dever Conjugal»

TRINDADE
21.30 (18 anos)
«Voando Sobre um Ninho de Cucos»

PASSOS MANUEL
21.30 (18 anos)
«Flic Story»

RIVOLI
21.15 (18 anos)
«É Preciso Viver Perigosamente»

SALÃO BEBE
21.15 (13 anos)
«Trans. Europa Expresso»

COIMBRA

GIL VICENTE
21.15 (18 anos)
«Difamação»

S. TEOTÓNIO
21.15 (18 anos)
«Cidade viscosa»

TIVOLI
21.15 (18 anos)
«Mash o Machissimo»

TIVOLI
21.15 (18 anos)
«Mandigo»

circular é viver

DL

RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO GERAL
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDACÇÃO, SERVIÇOS TÉCNICOS
E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5, 320271/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DIBOA TELEX 12363
LISBOA PORTUGAL

C.R. aprecia processo do 11 de Março

Encontra-se reunido o Conselho da Revolução na sua habitual reunião semanal, que hoje terá como «ponto quente» a apreciação do terceiro processo sobre o 11 de Março. Como arguido encontra-se o ex-general Spínola.

Deverá ser especialmente discutida uma proposta visando remeter a tribunal os arguidos que fugiram para território espanhol num helicóptero da Força Aérea. A proposta apresenta ainda discordâncias quanto à «metodologia e coerência» na elaboração do processo, bem como o arquivo de uma substancial parte.

Os dois outros processos relativos ao 11 de Março encontram-se já no Supremo, exactamente por ter havido também discordancia quanto à proposta do seu arquivo.

"PROFUNDAMENTE PREOCUPADOS"

Democratas do Porto dirigem-se a Eanes

. PORTO, 9 — «Profundamente preocupado com os sintomas persistentes de instabilidade e deterioração da vida politica portuguesa», um grupo de democratas, entre os quais figuram os nomes de Artur Santo Silva, José Augusto Seabra, Sant'Ana Dionisio, Miguel Veiga, Artur Andrade, Nuno Rocha, etc, enviou ao Presidente da República um documento em que se afirma: «É nossa convicção que, para salvar as estruturas de um Estado democrático de direito, a mais preciosa conquista do 25 de Abril, se impõe o respeito da competência de todos os órgãos constitucionalmente legítimos, sem abusivas interferências de poderes, e muito menos de poderes paralelos, que ao longo destes três anos tantos prejuizos causaram à implantação das instituições democráticas e ao bom andamento das transformações operadas na sociedade civil».

Após acentuar que «não pode admitir-se que militares investidos em cargos das Forças Armadas, cuja função é a defesa sagrada da pátria, continuem a intervir ou ameaçar intervir na esfera do poder politico», o documento sublinha ainda que «não pode aceitar-se que se bloqueiem as formas normais da intervenção das oposições na busca das melhores funções para os problemas do País».

Os signatários afirmam-se depois pelo cumprimento da lei associada ao respeito da liberdade e frisam: «Nenhuma solução de força, venha ela de onde vier, resolverá as dificuldades, antes as agravará por longos anos. E a oportunidade histórica de reconstruir o País não pode ser desperdiçada pela irresponsabilidade de alguns, com menosprezo quer pelos interesses nacionais quer pelos valores democráticos».

Câmara de Almada

Vereadora e G.D.U.P.'s tomam posição

. A questão da vereadora da Câmara de Almada, que abandonou os G.D.U.P., pelos quais tinha sido eleita continua a fazer correr alguma tinta. Dois comunicados, um da própria Hortência de Sousa e outro do G.D.U.P. de Almada, lançam novos dados sobre a questão.

Hortênsia de Sousa justifica a sua desvinculação dos G.D.U.P. porque «não pode continuar sujeita a uma orientação política que não é a que inicialmente lhe tinha sido indicada», se bem que continue a ocupar o seu lugar camarário

A sua decisão de se afastar dos G.D.U.P. foi tomada depois de ter esperado quinze dias por uma decisão da Comissão Nacional de Unidade Popular, que ainda nem sequer a ouviu.

A versão do G.D.U.P. de Almada, divulgada em comunicado, é diferente, mas um pouco confusa.

Hortênsia de Sousa teria, segundo palavras do comunicado, cometido vários erros, enquanto vereadora. Assim teria «visão reformista e conciliadora» e, «posições de conciliação em relação a várias forças políticas representadas na câmara» (P. S. e F.E.P.U.). Surpreendentemente e em contradição com os erros anteriormente apontados, Hortênsia de Sousa é também acusada de «erros tácticos graves, considerando a F.E.P.U. como principal inimigo, apoiando a proposta do P.S. para a aliança P.S.-G.D.U.P.-P.P.D. e C.D.S. para derrubar a F.E.P.U. através da Assembleia Municipal».

Mais adiante e depois de referir que a vereadora teria sido «expulsa» da organização por não querer abandonar o lugar de vereadora, o G.D.U.P. considera-se «privado do mandato que o povo lhe confiou», e disposto a desenvolver as acções necessárias para que a vereadora se demita.

O comunicado do G.D.U.P. faz ainda um violento ataque à F.E.P.U., afirmando nomeadamente: «As actuações da F.E.P.U./P.C.P. são uma clara afronta às liberdades políticas...». Referindo-se depois às declarações do presidente da Câmara, afirma o G.D.U.P.: «Se a actuação dos G.D.U.P.'s na câmara se tivesse realizado até aqui de acordo com o seu programa, de certo que a F.E.P.U./P.C.P. não encontraria razões para a aplaudir tão vivamente».

Mário Soares hoje na Holanda

. **AMSTERDÃO, 9 (por Augusto Vilela, enviado especial do «DL»)** — Depois de uma curta estadia ontem em Bona com o chanceler Helmut Schemidt e uma passagem breve (esta manhã) por Estrasburgo, Mário Soares chega hoje à Holanda, no âmbito da sua viagem pelas capitais do Mercado Comum que ainda não visitara. Os resultados da digressão do Primeiro-Ministro português não andam longe do que se previa. Do ponto de vista político, nenhum dos países da Comunidade põe problemas à admissão de Portugal, respeitadas as regras dos mecanismos; mas, do ponto de vista técnico-económico, levantam-se, sim, muitos problemas de solução, apenas possível a longo prazo. O «sim mas...» é no fundo a resposta que Mário Soares encontra dos seus interlocutores europeus, e os perigos, previstos inicialmente, na adesão ao Mercado Comum começam agora a alargar-se face à realidade que os portugueses encontram.

10 ANOS PARA A TRANSIÇÃO

Em muitos círculos políticos e económicos a opinião generalizada, e que já referimos ontem, é de que Portugal necessita pelo menos de 10 anos para colocar a sua economia em condições de um ingresso que não cause perturbações à, já de si difícil, existência da Comunidade. Os resultados do encontro de Bona, onde Mário Soares encontrou o mais caloroso acolhimento, apontam no mesmo sentido. Schmidt, que teve um encontro de três horas com o Primeiro-Ministro português, assegurou que a R. F. A. está disposta a apoiar as pretensões de Portugal, mas sublinhou, no entanto, que será preciso contar com um período de transição há volta de 10 anos. Não afirmou publicamente, ou pelo menos disso não tivemos conhecimento, mas é a versão generalizada em círculos bem informados. Em todo o caso, não fez segredo de que Portugal podia contar com o apoio alemão, pois as negociações para a C. E. E. serão «longas e difíceis».

Um dos grandes problemas é, como tem sido de resto largamente repetido, a má situação económica de Portugal aspecto que levou o chanceler deste país para a necessidade de «uma ajuda amiga» para superar as dificuldades da balança de pagamentos, lembrando ao mesmo tempo que o Banco Central da Alemanha já ajudara Portugal em meio milhão de dólares. Todavia, ainda segundo o chanceler Helmutt Schmidt a ajuda financeira a Portugal deverá ser organizada a nível internacional, e o dirigente político alemão revelou que nesse sentido já tinha feito propostas concretas.

Referiu ainda que lhe tinham agradado as medidas tomadas pelo Governo de Mário Soares para «estabilizar a economia», e que, segundo ele só poderão ser positivas as ajudas a Portugal se o próprio país procurar uma estabilidade económica.

Seja como for Mário Soares está disposto a apresentar em Bruxelas no fim deste mês o pedido de adesão formal à C. E. E. a que se seguirá o da Grécia, já na fase de negociações.

TINDEMANS EM DIFICULDADES

A parte mais significativa e final da digressão de Mário Soares em Bruxelas tem como ponto central as conversações com o primeiro-ministro belga, Tindemans, um homem com ideias muito peculiares acerca da Europa, da CEE e da sociedade em geral. Não é, todavia este o momento ideal para Tindemans receber Mário Soares.

O seu governo minoritário, está a passar por um transe difícil, e Tindemans gastou parte do dia de ontem em demoradas entrevistas com os presidentes das diversas representações políticas representadas no Parlamento. Registe-se que Tindemans é autor de um célebre relatório para a CEE, que lhe fora pedido em consequência de um impasse e das contradições que estavam a saltar no seio da CEE. O relatório estava terminado no final de 1975. Reconhece a situação de crise do mundo capitalista e advoga qualquer coisa como uma liquidação das soberanias nacionais absolutas atacando «a política nacional concebida em funções dos interesses nacionais».

Pretende criar um núcleo super integrado com a R.F.A., a França e os países do Benelux na órbita do qual se encontrariam os países da comunidade com maiores dificuldades no seu desenvolvimento económico. A ligação à NATO também aparece subjacente.

De resto Tindermans tem ideias muito precisas acerca das relações da Europa com os Estados Unidos: «Na minha opinião, diz ele, as relações entre os Estados Unidos e a Europa são de uma importância capital. Jamais poderemos encontrar uma solução válida para os problemas económicos e monetários se não fizermos um acordo fundamental para uma política euro-americana». É este o pensamento oficial do último interlocutor do Primeiro-Ministro português para o ingresso de Portugal na CEE.

EXILADOS OCUPAM EMBAIXADA EM BRUXELAS

Um grupo de portugueses refractários e desertores do Exército Português desde a guerra colonial, ocupou esta manhã as instalações da Embaixada de Portugal em Bruxelas.

Os ocupantes convocaram a imprensa para uma reunião e distribuiram um comunicado explicando os motivos que os conduziram a tal atitude.

«Na ocasião da vinda de Mário Soares a Bruxelas, protestamos energicamente contra as sanções políticas de que somos vítimas em Portugal e que se traduzem na imposição de elevadas multas» — dizem os ocupantes, no seu texto.

«Insurgimo-nos contra o facto de a partir de 31/3, na ausência de verdadeira e total amnistia que exigimos, sermos vítimas das mesmas leis do tempo do fascismo. Exigimos total amnistia, abolição do Decreto n.º 504/76 e da multa de 600$00 que este nos impõe».

. Em contacto telefónico com a ANOP, um dos ocupantes da Embaixada disse que a ocupação tinha decorrido «pacificamente» e que a polícia belga esteve no local mas retirou-se.

Segundo o mesmo informador, o grupo tencionava abandonar as instalações da Embaixada cerca do meio-dia, depois de ter falado à Imprensa e à televisão belgas, «a fim de quebrar o silêncio feito à volta da sua situação actual» e «denunciar, perante a opinião pública internacional, as sanções de que são alvo num Portugal que se quer democrático, socialista e anticolonialista».

Paulo VI está doente

O Papa Paulo VI está com gripe, segundo anunciou hoje de manhã o porta-voz do Vaticano. O Papa tem um «indroma gripal com febre», acrescenta o comunicado da Santa Sé. Paulo VI teve que cancelar a sua audiência geral das quartas-feiras. Paulo VI vai fazer 80 anos no dia 26 de Setembro deste ano.

Notas falsas de Moçambique eram feitas em Portugal

As notas falsas de escudos moçambicanos ultimamente apreendidas pela Polícia Judiciária, foram fabricadas em Portugal.

Trata-se de uma informação obtida esta manhã pelo «DL» junto de fonte segura.

A mesma fonte acrescenta que por altura da apreensão das notas (uma quantidade suficiente para desestabilizar a economia moçambicana) foram detidos em flagrante dois ou três falsários, cuja identidade não foi ainda revelada.

Junto com as notas, foram ainda apreendidas as chapas de impressão e o restante material de fabrico.

Entretanto, crê-se que a actividade dos falsários tem ramificações em Espanha, já que os responsáveis da Brigada de Moeda Falsa da P. J. que se deslocaram recentemente a Madrid, de onde ainda não regressaram.

Sousa Gomes recebeu delegação da C.G.T.P.-Inter

Dando cumprimento às directrizes traçadas pelo Congresso de Todos os Sindicatos, o secretariado da CGTP-Intersindical Nacional realizou ontem um encontro de trabalho com o ministro do Plano e Coordenação Económica, eng. Sousa Gomes, a quem expôs as preocupações e os problemas que mais afectam a classe trabalhadora portuguesa e o Movimento Sindical.

Segundo informação daquele ministério, durante a reunião «foram abordados problemas concernentes ao relançamento das bases de uma política nacional de salários, na sequência das intenções expressas pelo Governo neste sentido».

Ao encontro assistiu, ainda, o secretário de Estado do Trabalho, Maldonado Gonelha.

TIRAGEM MÉDIA DIÁRIA EM JANEIRO: 45.122

Nota

A VELHA HISTÓRIA

O que se passou ontem às portas da Assembleia da República faz-nos lembrar aquela velha história do heróico bombeiro, incansável lutador contra as chamas... que ele próprio provocava, para ter assim a oportunidade de as extinguir heroicamente!

HELICÓPTEROS

Anteontem foram embarcados na Portela, com destino à Suiça, seis helicópteros portugueses, novos em folha. Será empréstimo? Será venda?

. Não seriam, tais helicópteros, mais úteis, entre nós, na protecção das nossas praias, socorro a náufragos, combate a incêndios e apoio a outros sinistros ou sinistrados?

«DIÁLOGO»

Galvão de Melo não gostou das afirmações proferidas ontem por Acácio Barreiros, a propósito do comício de retornados realizado há dias no Coliseu, e aconselhou-o a «consultar um psiquiatra».

Outro deputado do C. D. S., Cunha Simões (um dos responsáveis pelo pasquim fascista «O Templário») diria, inspirado pelo general, sobre a cabeça de Acácio Barreiros: «É tão grande, tão grande, que dentro dela cabe à vontade um regimento de cavalaria, a trote, sem perigo de esbarrar numa única ideia.»

. Acácio Barreiros respondeu: «Há cabeças tão pequeninas e tão estúpidas que nem para fascistas servem»...

O PATROCÍNIO

Um determinado jornal da manhã anda na Europa com Mário Soares com o patrocinio de determinada cerveja. Como nas provas ciclistas...

De Coimbra para ver "A Paródia"

. Um numeroso grupo de antifascistas de Coimbra desloca-se no próximo sábado a Lisboa expressamente para assistir a uma representação da revista «A Paródia» em cena no Adóque.

O grupo, composto por centena e meia de pessoas, viaja em três autocarros. Está previsto que assista à primeira sessão da noite, regressando depois àquela cidade.

Férias da PÁSCOA nos AÇORES

Por Pessoa — 6.670$00

Lugares limitados

Informações e Inscrições

MUNDIRAMA

R. DO CRUCIFIXO, Nº 33
LISBOA 2 / TELEFS.
323633 / 324296
328856 / 363294

MUNDIRAMA

PASSAPORTES